Projeto Pedagógico de Curso

Bacharelado em Direito

2023

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

INFORMAÇÕES DA MANTENEDORA

Nome: INSTITUTO MONITOR LTDA - EPP
CNPJ: 60.943.974/0001-30
Endereço: Avenida Rangel Pestana, 1005 -
CEP: 03.001-000
São Paulo / SP
Site: www.faculdademonitor.com.br
Código e-MEC: 13129
Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil

INFORMAÇÕES DA MANTIDA

Nome: FACULDADE IMESP MONITOR
Sigla: IMESP
Código e-MEC: 12817
Endereço: Avenida Rangel Pestana, 1005
CEP: 03.001-000
São Paulo / SP
Modalidade de Credenciamento: Educação Presencial e Educação a Distância

ATOS LEGAIS (INSTITUIÇÃO)

Credenciamento. Portaria nº 320, de 04 de abril de 2018.

ATOS LEGAIS (CURSO)

Autorização. Portaria n.º 119, de 22 de abril de 2020.

MISSÃO

“Formar profissionais valorizados pelo mercado de trabalho e cidadãos aptos a realizarem mudanças no meio em que vivem, por meio de ações empreendedoras e empoderadas para promover ações transformadoras e que resultem em desenvolvimento social para a comunidade.”

Parte do princípio de que o profissional do futuro deverá considerar as necessidades da população pensada na sua totalidade e não apenas em termos de grupos privilegiados ou dominantes.

Considera, ainda, imprescindível levar em conta as tendências da realidade socioeconômica e cultural do país e a criação de um sistema de valores, suficientemente abrangente e culturalmente significativo, capaz de orientar a ação do futuro profissional, por meio de uma ética profissional consistente, embasada em princípios de respeito ao próximo e de respeito a si mesmo.

FACULDADE MONITOR

Sumário

PROPOSTA CONCEITUAL DO CURSO **7**
1. DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA **11**
1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso 11
1.1.1 Políticas Institucionais de Ensino 11
1.1.2 Políitcas Institucionais de Pesquisa e Extensão 14
1.1.3 Políticas Institucionais do Curso 15
1.2 CARACTERÍSTICAS LOCAIS E REGIONAIS **15**
1.3 OBJETIVOS DO CURSO **16**
1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO **17**
1.5 ESTRUTURA CURRICULAR **18**
1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES E EMENTÁRIO **21**
1.7 PLANO DE ENSINO **88**
1.8 METODOLOGIA DE ENSINO, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO **89**
1.9 ESTÁGIO SUPERVISIONADO **91**
1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES **93**
1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC **95**
1.12 APOIO AO DISCENTE **96**
1.12.1 Atendimento presencial 97
1.12.2 Apoio psicopedagógico 98
1.12.3 Alunos com Transtorno do Espectro Autista 99
1.12.4 Atividades de monitoria e nivelamento 99
1.12.5 Procedimentos para bolsas de estudo 100
1.12.6 Aproveitamento de competências profissionais 101
1.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROC.DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA **101**
1.14 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM **104**
1.14.1 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM 105
1.15 NÚMERO DE VAGAS **106**
2. DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE **107**
2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE **107**
2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR **108**
2.3 PERFIL E ATUAÇÃO DO COORDENADOR **108**
2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO **112**
2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO **112**
2.6 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR **114**
2.7 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO **114**
2.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA **115**
3. DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA **116**
3.1 APRESENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA IES **116**
3.1.1 Espaço para os Docentes Tempos Integrais 116
3.1.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador 116
3.1.3 Sala Coletiva dos Docentes 117
3.2 BIBLIOGRAFIA **118**
3.2.1 Bibliografia básica 118
3.2.2 Bibliografia Complementar 119
3.2.3 Empréstimo e acesso ao acervo 119
3.2.4 Biblioteca Virtual 119
3.3 ACESSIBILIDADE **119**
3.4 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÂO BÁSICA **120**
3.5 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA **121**

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CC – Conceito de Curso
CIDE – Capacitação Inserção e Desenvolvimento
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CST – Curso Superior de Tecnologia
DOU – Diário Oficial da União
DPA – *Dairy Partners Americas*
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituição de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBA – *Master of Business Administration*
MEC – Ministério da Educação
MOODLE - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*
NBR – Norma Técnica
NDE – Núcleo Docente Estruturante
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PROE – Programa de Orientação ao Estudante
ProUni – Programa Universidade para Todos
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso - PPC busca, ser o instrumento norteador dos processos de ensino-aprendizagem na relação entre os autores deste processo, dentre eles os docentes, discentes, coordenação, equipe pedagógica e tutores.

A Faculdade IMESP Monitor compreende que a construção e atualização deste documento, Projeto Pedagógico de Curso - PPC, deve expressar a importância dos cursos, formação, perfil do egresso, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos profissionais que atuarão nesta área, em especial, por meio da construção de um saber transversal e holístico. Desta forma, o Projeto Pedagógico de Curso - PPC de Bacharelado em Direito foi pensado de forma a estruturar a realidade do curso ofertado pela Instituição levando em consideração as tendências e requisitos de mercado, legislação educacional e as características da oferta do curso no Estado e no País, possibilitando assim que as habilidades e competências aqui projetadas e construídas, solidamente, se concretizem ao longo da formação dos seus egressos.

O Projeto Pedagógico de Curso - PPC foi elaborado de forma coletiva e participativa, por meio da colaboração do Núcleo Docente Estruturante – NDE, órgão que tem como uma de suas atribuições a construção e atualização do projeto e diretrizes acadêmicas, em sintonia com o Colegiado do Curso, formado por representantes de seus corpos docente e discente.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE deve cuidar para que o presente documento, Projeto Pedagógico de Curso – PPC, reflita a realidade do curso, bem como os conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais), às disciplinas (unidades curriculares, temas e conteúdos), às matrizes curriculares, às metodologias de ensino, às atividades de aprendizagem, e ao processo de avaliação sejam propostos a fim de desenvolver o perfil proposto ao egresso.

Doravante, o Projeto Pedagógico do Curso não constitui um documento estático, mas está aberto às inovações oriundas de novas práticas pedagógicas, de metodologias ou da legislação, em especial a educacional, traduzindo-se em reestruturações pedagógicas ou tecnológicas permitindo, de forma positiva, o desenvolvimento dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e o atendimento aos anseios do mercado de trabalho. Por essas razões, o Projeto Pedagógico de Curso – PPC, será atualizado para fazer frente aos desafios pedagógicos e de formação profissional, sempre que se fizer necessário.

Por fim, cabe ao Projeto Pedagógico de Curso – PPC possibilitar ao corpo discente uma formação prática e assertiva, face às Diretrizes Curriculares do Curso, o desenvolvimento das competências e habilidades previstas, desenvolver senso crítico, cidadãos éticos, reflexivos de acordo com a missão da Instituição.

PROPOSTA CONCEITUAL DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor expõe o pensamento sócio filosófico e pedagógico da educação proposta no curso, fundamentada nas Diretrizes Curriculares específicas, nas instruções normativas e na legislação estabelecida pelo Ministério da Educação e demais órgãos que regem a profissão.

NOME DO CURSO:

Bacharelado em Direito

ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO:

Avenida Rangel Pestana, 1005, Brás, município de São Paulo, Capital.

JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO:

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor busca desenvolver um trabalho na perspectiva de fazer cumprir o papel histórico e social da instituição ao qual está vinculado, buscando assegurar um processo formativo compromissado com as orientações presentes nas diretrizes para a formação de Bacharéis em Direito e considerando a dimensão da complexidade subjacente ao processo ao qual se propõe realizar.

Considera fundamental para seus propósitos ter como horizonte formativo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste quesito, entende que a formação pretendida se inicia pela ação acadêmica que precisa agregar a dimensão da estreita relação entre o saber e o fazer, procurando dar sentido ao movimento produzido pelo campo da episteme, conotando-o de significado para a formulação do saber escolar como competência necessária ao egresso do curso que oferece.

Esse movimento precisa ser compreendido na dinâmica da contemporaneidade, com vistas a promover contribuições significativas e condizentes com a concepção de produção do conhecimento histórico, seus mecanismos de transmissão, bem como de sua função social.

O NDE e colegiado de curso objetivam o desenvolvimento de ações com o intuito de contemplar uma estrutura curricular que privilegie consistente orientação teórica, articulando-a com a dinâmica da produção do conhecimento em diferentes campos de atuação jurídicas.

Assim, esse instrumento objetiva a promoção as ações e as características necessárias ao futuro profissional, vislumbrando-o como ser participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Deverá ser, não apenas um prático do direito, mas também um pesquisador da Ciência Jurídica, sendo que, em ambas as dimensões, constitui-se um profissional comprometido.

CAMPO DE ATUAÇÃO:

Os bacharéis em Direito são aptos para atuar nos diversos campos do Direito Público e do Direito Privado advocacia, assessoria e consultoria jurídica a

particulares ou empresas, Magistratura, Ministério Público, Assistência Judiciária do Estado, Defensoria Pública Geral, Procuradoria Geral entre outros.

Esses campos profissionais devem ser pensados em um contexto regionalizado interligado com as demandas e características do mundo globalizado.

ATOS LEGAIS DO CURSO:

O Curso de Direito da Faculdade IMESP Monitor, foi autorizado pela Portaria MEC nº 119, de 22 de abril de 2020.

Os requisitos legais previstos nos Pareceres CNE/CES nº 146, de 03/04/02; nº 67, de 11/03/03; nº 55, de 18/02/04; nº 211, de 08/07/04 foram contemplados no presente instrumento, no que concerne aos objetivos gerais do curso, inserções institucional, política geográfica e social; incentivo à pesquisas, e como instrumento para a iniciação científica; fornecimento de diplomas; igualdade de oportunidades profissionais a todos os discentes; facilidade de transferência de curso, quando se fizer necessário; conteúdos e organização curriculares, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, bem como, fixação de currículo mínimo.

NÚMERO DE VAGAS:

De acordo com a Portaria de Autorização, o curso teve o sua autorização com o nº de 200 vagas totais anuais para o Curso de Bacharelado em Direito.

Essa quantidade de vagas está em consonância com os estudos qualitativos e quantitativos realizados de forma periódica junto à comunidade acadêmica. A infraestrutura do curso, tecnológica e física, bem como o corpo docente apresenta-se de forma adequada face a este número de vagas, constatada periodicamente a partir de estudos/pesquisas - qualitativos e quantitativos - com a comunidade acadêmica através da Comissão Própria de Avaliação, que periodicamente, desenvolve avaliações internas com a comunidade acadêmica, tendo em vista apurar a satisfação dos alunos.

FORMAS DE ACESSO AO CURSO:

A forma de ingresso na Faculdade IMESP Monitor está formalizado em consonância com a Constituição Federal de 1988, pelos Pareceres CNE/CP nº 95/98 e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, conforme seu artigo 44, inciso II, a saber:

> Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [...]
> **II -** de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.

O discente poderá ingressar nos cursos ofertados pela Faculdade IMESP Monitor por meio de:

- Vestibular: a todo início de turma, conforme edital, a Faculdade IMESP Monitor oferta de forma programada vestibulares agendados, conforme disponibilidade do candidato, ou unificados, que são agendados em data e horário específico. O vestibular é composto por prova de múltipla escolha que busca mensurar o domínio de competências, habilidades e conhecimentos gerais do candidato e uma redação com tema dissertativo.

- Transferência Externa: consiste, como o próprio nome indica, na transferência de alunos, matriculados ou trancados, de outras instituições de ensino, cujo curso esteja de acordo com a legislação educacional sendo autorizado ou reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, para os cursos ofertados pela Faculdade IMESP Monitor. Este processo está condicionado à existência de vagas, em caso de o número de candidatos ser superior às vagas ofertadas a instituição realizará um processo seletivo, vestibular.
- Portador de Diploma de Nível Superior: caso o candidato já tenha uma formação superior (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo), este está isento da realização do processo seletivo, vestibular, visto estar apto a ocupar uma vaga nos cursos ofertados pela Faculdade IMESP Monitor, de acordo com a análise de sua documentação pela coordenação de curso.
- Programa Universidade para Todos – ProUni: programa do Governo Federal, que permite o ingresso de alunos de baixa renda em instituições particulares de todo o Brasil devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação – MEC, com bolsas integrais ou parciais, conforme oferta do curso.
- Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: consiste em avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que permite ao candidato por meio de sua pontuação, fruto da avaliação de competências e habilidades, ingressar em instituições de ensino superior.

TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor funciona na modalidade presencial, no período matutino e noturno.

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (EM HORAS)

O curso de Bacharelado em Direito tem carga horária total de 4.850 (quatro mil, oitocentas e cinquenta) horas, distribuídas em 3600 (três mil e seiscentas) horas de atividades teórico-práticas, 600 (seiscentas) horas de Estágio Curricular obrigatório, 200 (cento e quarenta) horas de Atividades Complementares e 450 (quatrocentas e cinquenta) horas de Atividades de Extensão.

A estrutura do curso atende plenamente a Resolução CNE/CES 02, de 18/06/2007, que dispõe sobre a integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Bacharelado em Direito.

As atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES n. 492/2001.

Acrescido a isso, o curso de Bacharelado em Direito institui na sua matriz curricular 450 (quatrocentas e cinquenta) horas de curricularização de atividades em extensão acadêmica, que são desenvolvidas dentro da carga horárias das disciplinas do curso.

Atendendo ao preceito legal, Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional da Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências em seu artigo 3º dispõem que a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a instituição por meio de programas, projetos, oficias, eventos e prestação de serviço, conforme estabelecido na mesma Resolução em seu artigo 8º, traz o a aluno a consciência de seu futuro papel na sociedade, bem como a vivência e contato com as habilidades e competências da formação e a construção de conhecimentos por meio da prática e ações acadêmicas junto ao processo extensionista proposto aos curso.

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é ofertada de maneira optativa aos alunos do curso, em atendimento ao decreto n. 5626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO

O tempo mínimo para a integralização do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor é de 10 (dez) semestres, mínimo, e o máximo de 15 (quinze) semestres.

1. DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A LDB, lei 9.394/96, dedica um capítulo (Capítulo III) para a educação profissional, em função de uma profunda mudança pela qual passa o mundo do trabalho. Este mundo vai se transformando no mundo do conhecimento. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, àciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para omundo do trabalho. A necessidade de uma vinculação estreita entre educação profissional e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, implica que oscurrículos dessa área devem ser desenvolvidos a partir da prévia definição das competências e das habilidades requeridas para o exercício profissional em cada área específica das necessidades especificas de aprendizagem dos ingressantes. Isto impõe a necessidade da realização de estudos de mercado, de análise de novos perfis profissionais, de análise de tendências tecnológicas, de avaliação daatual oferta de cursos, da identificação das as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global no uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, bem como promover a inclusão plena e um diálogo entre escola, empresa e sociedade.

1.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.1.1. Políticas Institucionais de Ensino

A Faculdade IMESP Monitor possui convênio com entidades públicas e privadas, possibilitando ao discente campo para a realização de estágio e oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Além das entidades profissionais, Faculdade IMESP Monitor possui convênios e parcerias com instituições de ensino superior, públicas e privadas, o que permite a integração acadêmica entre as instituições e o corpo discente.

A Faculdade IMESP Monitor, ao definir os termos da sua política para o ensino, toma como ponto de partida a compreensão de que a educação superior se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais.

À luz desse entendimento e das orientações formuladas pela política educacional brasileira, a Faculdade IMESP Monitor elegeu como sua função primeira empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, a Faculdade IMESP Monitor adota como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentada pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI.

Com base neste referencial, a educação tem como objetivo proporcionar ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmos, capacitando-o para o exercício cidadão e profissional em tempos de mudanças.

A educação deve proporcionar, de forma eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.

A "educação ao longo de toda a vida" organiza-se em torno de 04 (quatro) aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento:

- "Aprender a conhecer" significa, antes de tudo, o aprendizado dos métodos que nos ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório e ter, assim, acesso aos saberes de nossa época. A iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso, desde o início da vida humana a não-aceitação de qualquer resposta sem fundamentação racional e/ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos;
- "Aprender a fazer" é um aprendizado da criatividade. "Fazer" também significa criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas, para que venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores;
- "Aprender a viver juntos" significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas devem ser verdadeiramente compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, e não sofridas como imposições exteriores. "Viver junto" não quer dizer simplesmente tolerar o outro com suas diferenças embora permanecendo convencido da justeza absoluta das próprias posições;
- "Aprender a ser" implica em aprender que a palavra "existir" significa descobrir os próprios condicionamentos, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre a vida individual e social.

A política de ensino da Faculdade IMESP Monitor, focada nessas premissas norteadoras, tem como objetivos:

- Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem à experiência profissional;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a iniciação científica individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Estabelecer mecanismos de avaliações periódicas, que sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;
- Acompanhar os egressos, como forma de avaliar a qualidade desses cursos oferecidos pela Faculdade IMESP Monitor.

1.1.2. Políticas Institucionais de Pesquisa e Extensão

A Faculdade IMESP Monitor desenvolve atividades de extensão visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e iniciação científica; e captando as demandas sociais para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A extensão é entendida como um princípio educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a iniciação científica de forma indissociável e viabiliza uma relação transformadora entre a instituição de ensino e a sociedade.

A extensão, como processo educativo, dirige-se à comunidade, abrangendo cursos e serviços, beneficiando-a das conquistas resultantes do trabalho científico desenvolvido na Faculdade IMESP Monitor.

São objetivos da política de extensão da Faculdade IMESP Monitor:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;
- Priorizar as práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, geração de emprego e ampliação da renda;
- Enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação;
- Valorizar os programas de extensão interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e para a solidariedade nacional e internacional;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica;
- Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, iniciação científica e extensão.

A política de extensão se pauta numa perspectiva curricular renovadora, de modo a contribuir para a vitalidade do processo acadêmico. As ações residem no estabelecimento de um diálogo permanente e articulado com a sociedade, para possibilitar que indivíduos se apropriem de conhecimentos especializados, serviços e técnicas produzidos intramuros, visando à melhoria das condições da qualidade de vida da população.

A política de extensão se consolida como uma importante interface da Faculdade IMESP Monitor extramuros, estabelecendo a indissociabilidade do tripé ensino, iniciação científica e extensão, reafirmando, esta, como relevante socialmente e com ênfase no processo acadêmico formativo dos estudantes da Faculdade IMESP Monitor.

Desta forma, oportuniza a difusão de conhecimento entre profissionais de instituições públicas e privadas que atuam com ensino, iniciação científica e extensão, favorece a ampliação das experiências acadêmicas para estudantes do ensino médio e técnico, da graduação e pós-graduação, à medida que apresenta os avanços científicos e tecnológicos em diferentes áreas, possibilidade de

formação de grupos de trabalho, bem como debates sobre temas emergentes em iniciação científica e inovação.

1.1.3. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor, busca desenvolver um trabalho na perspectiva de fazer cumprir o papel histórico e social da instituição ao qual está vinculado, buscando assegurar um processo formativo compromissado com as orientações presentes nas diretrizes para a formação de Bacharéis em Direito e considerando a dimensão da complexidade subjacente ao processo ao qual se propõe realizar.

Considera fundamental para seus propósitos ter como horizonte formativo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste quesito, entende que a formação pretendida se inicia pela ação acadêmica que precisa agregar a dimensão da estreita relação entre o saber e o fazer, procurando dar sentido ao movimento produzido pelo campo da episteme, conotando-o de significado para a formulação do saber escolar como competência necessária ao egresso do curso que oferece.

Esse movimento precisa ser compreendido na dinâmica da contemporaneidade, com vistas a promover contribuições significativas e condizentes com a concepção de produção do conhecimento histórico, seus mecanismos de transmissão, bem como de sua função social.

O NDE e colegiado de curso objetivam o desenvolvimento de ações com o intuito de contemplar uma estrutura curricular que privilegie consistente orientação teórica, articulando-a com a dinâmica da produção do conhecimento em diferentes campos de atuação jurídicas.

Assim, esse instrumento objetiva a promoção as ações e as características necessárias ao futuro profissional, vislumbrando-o como ser participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor tem por objetivo geral formar um profissional com autonomia para enfrentar um mundo em constante processo de mudanças, com capacidade para atender às exigências das situações jurídicas cotidianas e emergentes, especialmente as que se manifestarem no contexto local. Ao se deparar com as questões jurídicas, o profissional deverá estar apto para solucioná-las, adotando uma postura ética, com senso de justiça e disposição para contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

1.2. CARACTERÍSTICAS LOCAIS E REGIONAIS

A Faculdade IMESP Monitor, situa-se no município de São Paulo, capital do Estado e pertencente a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (composta por trinta e nove municípios, sendo o maior polo de riqueza do país).

A metrópole centraliza importantes complexos industriais (São Paulo, ABC), Guarulhos (localização do Aeroporto Internacional de Guarulhos), centro comerciais, e, principalmente, financeiros (Bolsa de Valores), que dinamizam as atividades econômicas no país.

A RMSP abriga a principal metrópole nacional, São Paulo – cidade global. É o centro de decisões políticas do Estado. Além disso, concentra serviços diversificados e especializados, com destaque para as áreas de telecomunicações, cultura, educação, saúde, transportes e gastronomia. Polo de turismo de negócios da América Latina é, ainda, centro gerencial e administrativo, abrigando sedes de empresas transnacionais.

Em uma escala de 0,00 a 1,00, o município apresenta o seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,805. Ao todo, a cidade possui cerca de 11.253.503 pessoas, conforme dados do Censo de 2010. Sendo que a população do município de São Paulo, consoante IBGE (2020), é de 12.325.232, sendo o município mais populoso do estado e do país, apresentando uma densidade populacional de 7.398,26 habitantes por km².

Em 2017, o salário médio mensal era de 4,2 salários-mínimos. A proporçãode pessoas ocupadas em relação à população total era de 45,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 7 de 645 e 30 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 24 de 5570 e 90 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 31,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 305 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4372 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

1.2.1. Localização da IES

A Faculdade IMESP Monitor está sediada no bairro do Brás. O Brás é um dos mais famosos bairros de São Paulo e até serviu de inspiração para Adoniran Barbosa criar a música “O Samba do Arnesto”. Lembra-se dela? “OArnesto nos convidou para um samba, ele mora no Brás”. Sem dúvidas, uma belahomenagem para essa região cheia de história.

O local foi palco de grandes transformações e movimentos sociais importantes para a capital paulista, como a imigração italiana, o surgimento da indústria, as manifestações operárias e a migração nordestina.

Todos esses fatos foram determinantes para a construção e o desenvolvimento do bairro, que hoje ocupa uma área de 3,5 km² no centro-leste de São Paulo. Aliás, a região tem tradicionais vias de acesso entre o centro e a zona leste da cidade e boa infraestrutura — o que a torna um lugar ideal para morar.

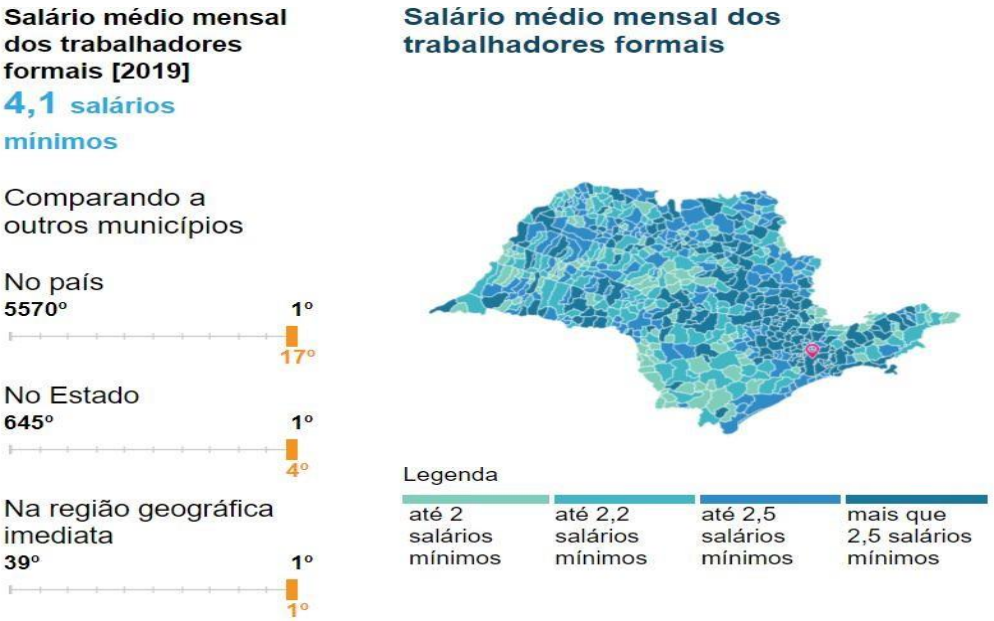
Além disso, o comércio característico do local continua impulsionando o crescimento do Brás. Tanto é verdade que o bairro recebeu um investimento de R$ 1,6 bilhão para atender o setor varejista, de acordo com reportagem doEstadão.

Sem dúvidas, o bairro Brás é muito importante para a história de São Paulo.Foi lá que surgiu a São Paulo Gas Company, empresa que implementou ailuminação pública a gás na cidade no século 19. A região ainda foi berçode inúmeras fábricas e recebeu imigrantes italianos, armênios, gregos, bolivianos e chineses. Também recebeu milhares de nordestinos em busca de uma vida melhor na capital paulista.

O bairro ainda foi o centro das manifestações de operários que lutaram por melhores condições de trabalho nas fábricas. Depois disso, mudanças como, adicional noturno, férias e jornada de oito horas, foram conquistadas.

Como visto, a região tem uma capacidade única de acolher em um mesmolugar pessoas diferentes e de ser pioneira de grandes transformações.

Pensando na Cidade de São Paulo, em 2019, o salário médio mensal era de 4.1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 47.1%. Na comparação com os outros municípios do estado,ocupava as posições 4 de 645 e 23 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 17 de 5570 e 79 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meiosalário-mínimo por pessoa, tinha 31.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 305 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4372 de 5570 dentre as cidades do Brasil.



Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama. Acesso em 23 fev. 2022

1.3. OBJETIVOS DO CURSO

O **objetivo geral** do Curso de Direito é promover a formação do profissionaldo Direito para o exercício das atividades desempenhadas por advogados, magistrados, membros do ministério público, procuradores públicos, delegados de polícia, professores, pesquisadores, notários, assessores e consultores jurídicos e outros profissionais que exercem atividades paralegais, ou seja, a empregabilidade é o diferencial.

Os **objetivos específicos** contemplam, além do necessário cabedalpedagógico, o importante aspecto social do profissional do Direito. Desta forma, podem ser resumidos em:

- graduar bacharéis em Direito com excelente formação em direito público, privado e nos “novos direitos”;
- fornecer aos graduados a base de direito processual necessária à boa realização dos direitos materiais, nela incluídas as técnicas de conciliação, mediação e arbitragem;
- fornecer aos graduados uma base de formação humanística que lhes permita o desenvolvimento de uma adequada visão crítica e consciência sociopolítica, com o correspondente aprimoramento do raciocínio jurídico necessário à plena realização do acesso à justiça, em seu sentido mais amplo, propiciando a democratização da procura da prestação jurisdicional;

- desenvolver nos discentes o alargamento da compreensão do Direito por meio da interação das normas e dos princípios jurídicos de modo a permitir uma interpretação contemporânea e crítica dos textos legais;
- estimular a capacitação do docente como fundamental fator para a melhoria da qualidade do curso;
- procurar atender à grande demanda verificada pelo curso nas suas regiões de influência imediata;
- procurar integrar-se plenamente na comunidade, com a efetivação da extensão, otimizando os serviços prestados pelo Setor de Assistência Jurídica, realizando acompanhamento de processos, prestando assistência ao hipossuficiente, microempresários, difundindo o pleno exercício da cidadania etc.;
- nesse mesmo sentido, tornar-se intérprete da real situação da Justiça no país, explicando a recente crise do Judiciário;
- redefinir, constantemente, o perfil do profissional que se quer formar, de acordo com as demandas da Sociedade Produtiva;
- buscar formar o profissional do Direito do III Milênio, cioso da Ética das suas atividades, conhecedor profundo dos efeitos da Globalização, em especial àqueles relativos ao Mercosul, e especialista na utilização das novas tecnologias;
- tornar-se polo de referência no ensino do Direito, formador de opiniões e exportador de novas posturas, dedicando-se aos temas emergentes e aos novos direitos, utilizando-se de espaços ampliados para discussão entre as diversas séries do curso, como a Biblioteca, o Laboratório de Informática, Auditório, a Sala de Audiências, o Núcleo de Conciliação e Mediação, todos eles vinculados ao Núcleo de Prática Jurídica – NPJ;
- estabelecer um processo de mudança da cultura institucional visando alcançar, junto aos docentes, um padrão de comportamento, comprometido com os objetivos da instituição;
- atuar junto ao corpo discente na definição de uma postura mais condizente comas tradições do Direito;
- incentivar a busca permanente da melhoria do ensino de graduação, tendo como consequência natural a qualidade da extensão, pesquisa e pós-graduação.

1.4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil do profissional a ser formado pelo curso de Direito foi elaborado a partir da sua concepção e dos seus objetivos, antes expostos, tendo em vista as peculiaridades regionais, o mercado de trabalho, as mudanças socioeconômicas e tecnológicas e a nova legislação que disciplina a formação de recursos humanos para a área jurídica.

Por meio da matriz curricular proposta pelo curso de Bacharelado em Direito e das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs previstas, possibilitar ao discente o desenvolvimento das competências e habilidades que possibilitarão a atuação profissional do egresso em sua profissão e a articulação com as realidades locais e regionais.

O currículo do curso propicia a formação de profissional com um perfil que contemple as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o

curso, Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, atualizada pela Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021.

Atente-se que a concepção do currículo pleno do curso considerou, sempre,o fato de que o curso é ministrado no Município de São Paulo e, como tal, está inteiramente ajustado à realidade socioeconômica da região. Assim, esse currículo propiciará a formação de um profissional com perfil específico a essa realidade regional, que tenha as peculiaridades reportadas no documento "Padrões de Qualidade para os Cursos de Graduação em Direito", de lavra da Comissão de Especialistas de Ensino de Direito da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, quais sejam:

a) internalização de valores e responsabilidade social, justiça e ética profissional;
b) sólida formação humanística e visão global que o contextualize no meio social,político, econômico e cultural;
c) desenvolvimento de práticas de estudos independentes, com vista a umaautonomia profissional e intelectual;
d) capacidade de atuação no âmbito interdisciplinar;
e) aquisição de conhecimentos técnicos e científicos para atuar nas carreirasjurídicas, desenvolvendo atividades específicas da atividade profissional;
f) capacidade de julgar e de tomar decisões, em um contexto diversificado einterdependente;
h) desenvolvimento de potencialidades, mediante o estudo de vários tipos dehabilitações diferenciadas;
i) fortalecimento entre teoria e prática profissional, mediante a utilização de atividades de pesquisa individual, coletiva, atividades de extensão e estágios."

O profissional terá as habilidades:

a) capacidade técnico-instrumental na classificação dos fenômenos jurídicos;
b) linguagem concisa, fluência verbal na expressão oral e escrita, durante o exercício profissional;
c) raciocínio lógico, crítico e analítico, capacidade de argumentação e de persuasão;
d) capacidade de pesquisa e uso da legislação, doutrina e jurisprudência;
e) leitura e interpretação de textos jurídicos;
f) capacidade de adotar atitudes flexíveis e de adaptação a terceiros e a situações diversas;
g) formação para atuar no campo de solução preventiva de litígios, negociações, técnicas de arbitragem;
h) produção criativa e capacidade de iniciativa na solução e identificação dos fatos jurídicos."

O currículo de disciplinas demonstra que a Faculdade IMESP Monitor está atenta às novas tendências do mundo contemporâneo e do Brasil de nossos dias, que repercutem diretamente na Ciência Jurídica.

1.5. ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de Direito comtempla objetivos e estudos calcados nas diretrizes, que alicerçam as bases legais, filosóficas, socioculturais e institucionais; o histórico do curso; o perfil do graduando; as competências e habilidades desejadas; os objetivos; a organização curricular; o ementário das disciplinas; as atividades complementares, estágios, práticas, corpo docente e a avaliação, são itens de relevância e preocupação contínua que destacadas aqui, retratam a preocupação

e empenho dispensados pelo NDE e o colegiado do curso de Direito almejando e servindo de apoio e norte aos que dele precisarem, em processos de construção coletiva, dialogada, dinâmica e em contínua avaliação como é desejável aos processos formativos educativos.

Neste sentido, o curso está pautado em princípios e eixos formativos geradores de processos que levem ao desenvolvimento de ensino-aprendizagem.

O primeiro eixo de Formação Fundamental, privilegiam-se as relações do Direito com as outras áreas do saber, incluindo-se conhecimentos sociológicos, psicológicos, antropológicos, éticos, filosóficos, históricos e políticos, em todos os casos, objetivando consolidar uma propedêutica voltada para uma formação humanística do graduando.

O segundo eixo, denominado Eixo de Formação Profissional contempla conteúdos com enfoques dogmáticos e sua aplicação, levando-se em consideração as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais. Nessa perspectiva, enfoca-se o Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho e Direito Processual.

No terceiro eixo, denominado Eixo de Formação Prática, os conteúdos são ministrados considerando-se a dialética entre a relação teoria-prática e a prática da teoria, concepção que se fundamenta no princípio da retroalimentação entre a formação teórica, prática profissional e ação transformadora de uma realidade histórica, econômica e cultural pensada em sua dialética entre o global e o local. Integram nesse eixo as Atividades de Estágio Supervisionado, de Trabalho de Conclusão de Curso, de Atividades Complementares e Atividades de Extensão.

A gestão do curso de Direito contempla a existência de organização em Coordenadoria específica, locado em espaço situado no edifício da Faculdade IMESP Monitor.

Prevê-se, ainda, a interdisciplinaridade, considerando a Constituição Federal e os Direitos Humanos como eixos temáticos comuns a todas as disciplinas. Além disso, na continuidade desse processo, as demais disciplinas serão ministradas tendo como pontos comuns temas transversais propostos pelo corpo docente e discente. Como ponto de partida para a consecução do processo, estabeleceram-se os seguintes temas: Desenvolvimento Sustentável e Novos Direitos.

A disciplina LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais é ofertada no curso de Bacharelado, em atendimento a legislação, Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005.

Abaixo apresenta-se a matriz curricular do curso de Bacharelado em Direito:

MATRIZ CURRICULAR

	Disciplina	C/H Total	C/H Extensão
1º Semestre	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	-
	Metodologia da Pesquisa Jurídica e Produção de Texto	60	45
	Introdução ao Estudo do Direito e História do Direito	60	-
	Teoria Geral do Direito Civil	60	-
	Teoria Geral do Direito Penal	60	-
	Relações Étnicos Raciais, Diversidade e Inclusão Social – Obrigatória – EaD	60	-
2º Semestre	Teoria Geral da Constituição	60	-
	Direito Penal I	60	-
	Direito Civil I	60	-
	Direitos Humanos e Ramos Inovadores do Direito	60	45
	Teoria Geral do Processo	60	-
	Antropologia e Filosofia Jurídica – Obrigatória - EaD	60	-
3º Semestre	Processo Civil I	60	-
	Direito Civil II	60	45
	Direito Constitucional I	60	-
	Direito Penal II	60	-
	Direito Internacional	60	-
	Psicologia Jurídica – Obrigatória - EaD	60	-
	Atividades Complementares I	50	-
4º Semestre	Processo Civil II	60	-
	Direito Civil III	60	45
	Direito Constitucional II	60	-
	Direito Penal III	60	-
	Direito Previdenciário	60	-
	Meio Ambiente e Sustentabilidade Jurídica – Obrigatória – EaD	60	-
	Atividades Complementares II	50	-
5º Semestre	Processo Civil III	60	-
	Processo Penal I	60	-
	Direito Civil IV	60	45
	Direito Penal IV	60	-
	Direito do Trabalho I	60	-
	Projeto Integrador Jurídico – Obrigatória - EaD	60	-
	Atividades Complementares III	50	-
6º Semestre	Processo Civil IV	60	-
	Processo Penal II	60	45
	Direito Civil V	60	-
	Direito do Trabalho II	60	-
	Direito Penal V	60	-

	Sociologia Jurídica – Obrigatória - EaD	60	-
	Atividades Complementares IV	50	-

7º Semestre	Processo Civil V	60	45
	Processo Penal III	60	-
	Direito Civil VI	60	-
	Direito Administrativo I	60	-
	Processo do Trabalho	60	-
	Ética Geral e Profissional Jurídica – Obrigatória - EaD	60	-
	Estágio Supervisionado I	150	-

8º Semestre	Processo Civil VI	60	-
	Prática Trabalhista	60	-
	Direito Civil VII	60	-
	Direito Administrativo II	60	-
	Metodologia da Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão de Curso I	60	45
	Direito Eleitoral – Obrigatória - EaD	60	-
	Estágio Supervisionado II	150	-

9º Semestre	Prática Civil	60	-
	Direito Ambiental	60	45
	Direito Financeiro e Tributário I	60	-
	Direito do Consumidor	60	-
	Direito Empresarial I	60	-
	Metodologia da Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão de Curso II – Obrigatória - EaD	60	-
	Estágio Supervisionado III	150	-

10º Semestre	Prática Penal	60	-
	Direito Empresarial II	60	45
	Direito Financeiro e Tributário II	60	-
	Formas Consensuais de Soluções de Conflitos	60	-
	Direito Cibernético Digital	60	-
	Direito Econômico – Obrigatória - EaD	60	-
	Estágio Supervisionado IV	150	-

Item	Descrição	Horas
I	Atividades Teórico-práticas	3600
II	Estágio Supervisionado	600
III	Atividades Complementares	200
IV	Atividades Extensão	450
	TOTAL DO CURSO	**4.850**

Código	Disciplinas Optativas	Ativ. Compl. (horas)	Aulas	Estágio (horas)	Prática (horas/aula)	Teórica (horas/aula)
ML	Medicina Legal	-	2	-	-	40
DEC	Direito Imobiliário	-	2	-	-	40
DEL	Direito Eleitoral	-	2	-	-	40
EAM	Educação Ambiental	-	2	-	-	40
DBAN	Direito Bancário	-	2	-	-	40
IPJ	Introdução à Pesquisa Jurídica		2			40
LIB	LIBRAS - Língua Brasileira de	-	2	-	-	40

	Sinais					
LCA	Licitação e Contratos Administrativos	-	2	-	-	40
PJA	Prática Jurídica Administrativa e Constitucional	-	2	-	-	40
PJT	Prática Jurídica Tributária	-	2	-	-	40
TXJ	Textos Jurídicos	-	2	-	-	40

1.6. CONTEÚDOS CURRICULARES E EMENTÁRIO

Levando em consideração a Resolução n. 2, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências, fundamentada no Parecer CNE/CES nº 635/2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.351 de 14/12/2018, os conteúdos curriculares do curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, atendem às seguintes perspectivas formativas, considerados os domínios estruturantes necessários à formação jurídica, aos problemas emergentes e transdisciplinares e aos novos desafios de ensino e pesquisa que se estabeleçam para a pretensa formação:

I – **Formação geral**, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões e reconhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II – **Formação técnico-jurídica**, a qual alcança, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos. Não obstante, tendo em vista os novos desafios que se apresentam no mundo jurídico contemporâneo, incluem-se, ainda, conteúdos referentes às áreas que envolvem Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente e Direito Cibernético;

III - **Formação prático-profissional**, sob o escopo da integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TCC;

IV – **Prática jurídica**, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização;

V – **Atividades complementares** correspondendo aos componentes

curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso;

VI – **Atividades curriculares de extensão,** ou de aproximação profissional, permitindo ao graduando que articule o aprimoramento e a inovação de vivências relativas ao campo de formação, por meio de ações junto à comunidade ou de caráter social, de forma a colocar em prática a teoria desenvolvida durante o curso.

Vale salientar que a Curricularização da Extensão é regulada por meio da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

O curso de Bacharelado em Direito possui uma carga horária de 450 horas de curricularização, a qual ocorre por meio de várias ações desenvolvidas junto à comunidade, inclusive de caráter social, visando promover:

> "[...] a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar; [...] a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais" (BRASIL, 2018, p. 2).

Como dito, a legislação a curricularização se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, devendo corresponder ao mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária do curso. O elenco de atividades extensionistas, de acordo com o artigo 8º de referida legislação, se inserem nas seguintes modalidades:

I – **programas:** é um conjunto de atividades integradas, de médio e longo prazo, orientadas a um objetivo comum e que visam à articulação de projetos e de outras atividades de extensão cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade integrem-se às linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas pela Faculdade IMESP Monitor nos termos de seus projetos pedagógicos e de desenvolvimento institucional.

II – **projetos**: é a ação de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica, com objetivo específico e prazo determinado, vinculada ou não a um programa.

III - **cursos e oficinas**: de extensão é um conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, nas modalidades presencial ou à distância, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com

carga horária mínima de 2 (duas) horas e critérios de avaliação definidos. Devendo ser organizadas e/ou ministradas pelos estudantes de graduação com acompanhamento acadêmico, obrigatório, de docentes e/ou Técnicos Administrativos em Educação na condição de orientadores ou coorientadores, cabendo aos docentes a responsabilidade de supervisão pedagógica e avaliação do discente. Para as modalidades cursos e eventos é recomendado que esteja vinculada a um programa acadêmico ou institucional.

IV – **eventos:** é a ação de curta duração que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

V - **prestação de serviços:** refere-se ao estudo e à solução de problemas dos meios profissional ou social e ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa bem como à transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade.

As Atividades Curriculares de Extensão terão como objetivo a promoção da prática dialógica transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, a partir da troca de saberes e desenvolvimento de ações que visem à redução das desigualdades sociais.

Para o curso de Bacharelado em Direito, foi escolhida em consonância com a instituição e de pleno acordo pelo NDE do curso, a modalidade I.

As atividades de extensão curricularizadas são:

1º Semestre (METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA E PRODUÇÃO DE TEXTO)
1 - Estudos Jurídicos Avançados – participação como debatedor, auxiliando o docente orientador no desenvolvimento da atividade, com envolvimento da comunidade;
2 – CINEMA E JUSTIÇA/ Processos Reflexões – participação como ouvinte e/ou debatedor e oferta de relatório circunstanciado.

2º Semestre (DIREITOS HUMANOS)
1 - Estudos Jurídicos Avançados – participação como debatedor, auxiliando o docente orientador no desenvolvimento da atividade, com envolvimento da comunidade;
2 – CINEMA E JUSTIÇA/ Processos Reflexões – participação como ouvinte e/ou debatedor e oferta de relatório circunstanciado.

3º Semestre (DIREITO CIVIL II)
1 - Estudos Jurídicos Avançados – participação como debatedor, auxiliando o docente orientador no desenvolvimento da atividade, com envolvimento da comunidade;
2 – CINEMA E JUSTIÇA/ Processos Reflexões – participação como ouvinte e/ou debatedor e oferta de relatório circunstanciado.

4º Semestre (DIREITO CIVIL III)
1 - Estudos Jurídicos Avançados – participação como debatedor, auxiliando o docente orientador no desenvolvimento da atividade, com envolvimento da

comunidade;
2 – CINEMA E JUSTIÇA/ Processos Reflexões – participação como ouvinte e/ou debatedor e oferta de relatório circunstanciado.

5º Semestre (DIREITO PENAL IV)
1 - Grupos de Estudos Jurídicos – participação no desenvolvimento das atividades junto ao professor orientador, objetivando pesquisa de iniciação científica, com apresentação nos eventos promovidos pela IES com envolvimento da comunidade;
2 - Semana Jurídica / Apresentação Painéis – participação no evento Jornada Jurídica com apresentação de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas, com envolvimento da comunidade;
3 - Projeto Júri Simulado – participação ativa em prática de júri simulado em evento promovido pela IES, com envolvimento da comunidade.

6º Semestre (DIREITO PENAL V)
1 - Grupos de Estudos Jurídicos – participação no desenvolvimento das atividades junto ao professor orientador, objetivando pesquisa de iniciação científica, com apresentação nos eventos promovidos pela IES com envolvimento da comunidade;
2 - Semana Jurídica / Apresentação Painéis – participação no evento Jornada Jurídica com apresentação de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas, com envolvimento da comunidade;
3 - Projeto Júri Simulado – participação ativa em prática de júri simulado em evento promovido pela IES, com envolvimento da comunidade.

7º Semestre (D. PROCESSUAL CIVIL V)
1 - Grupos de Estudos Jurídicos – participação no desenvolvimento das atividades junto ao professor orientador, objetivando pesquisa de iniciação científica, com apresentação nos eventos promovidos pela IES com envolvimento da comunidade;
2 - Semana Jurídica / Apresentação Painéis – participação no evento Jornada Jurídica com apresentação de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas, com envolvimento da comunidade;
3 - Projeto Júri Simulado – participação ativa em prática de júri simulado em evento promovido pela IES, com envolvimento da comunidade.

8º Semestre (TCCI)
1 - Grupos de Estudos Jurídicos – participação no desenvolvimento das atividades junto ao professor orientador, objetivando pesquisa de iniciação científica, com apresentação nos eventos promovidos pela IES com envolvimento da comunidade;
2 - Semana Jurídica / Apresentação Painéis – participação no evento Jornada Jurídica com apresentação de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas, com envolvimento da comunidade.

9º Semestre (DIREITO AMBIENTAL)
1 – Semana Jurídica / Apresentação Painéis – participação no evento Jornada Jurídica com apresentação de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas, com envolvimento da comunidade;
2 – Ação Global – participação ativa em evento desenvolvido pela IES, com orientações e esclarecimentos de dúvidas da comunidade em local aberto e fluxo de pessoas;
3 – Laboratório de Petições – participação ativa na elaboração de petições iniciais em reclamações apresentadas pela comunidade junto ao CEJUSC e não

conciliada.

10º Semestre (D. EMPRESARIAL II)
1 – Semana Jurídica / Apresentação Painéis – participação no evento Jornada Jurídica com apresentação de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas, com envolvimento da comunidade;
2 – Ação Global – participação ativa em evento desenvolvido pela IES, com orientações e esclarecimentos de dúvidas da comunidade em local aberto e fluxo de pessoas;
3 – Laboratório de Petições – participação ativa na elaboração de petições iniciais em reclamações apresentadas pela comunidade junto ao CEJUSC e não conciliada.

As Atividades de Extensão Curricularizadas do curso de Bacharelado em Direito, serão apresentadas juntamente com o ementário de cada período de sua aderência.

Abaixo apresentam-se as ementas do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor:

1º SEMESTRE

- CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO
Ementa:
Origem e evolução do Estado. Função Social do Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Formas e sistemas de governo. Regimes de governo e democracia. Separação de poderes e funções do Estado. Estado e Constituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 3ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2010. Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442227/cfi/5!/4/4@0.00:0.00
Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica, apresenta uma visão crítica e moderna, onde o autor, referência no estudo da Teoria Geral do Estado, situa o Direito como resultado da experiência concreta de determinado povo. Daí a importância da obra, considerada um clássico da matéria.
ZIPPELIUS, Reinhold. **Linha direito comparado: teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016 – Série IDP. Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502617995/cfi/4!/4/4@0.00:0.00
Justificativa: Uma das obras mais importantes nesta área da ciência jurídica e do conhecimento em geral. O seu autor, sem dúvida um dos mais consagrados juristas alemães desde a segunda metade do séc. XX, apresenta na sua obra uma síntese bem estruturada e muito clara das matérias mais importantes da moderna teoria geral do Estado, enriquecendo-a com as suas sábias reflexões críticas, o que faz deste livro uma obra indispensável a quem quer conhecer ou atualizar-se nesta importante área do direito.
CUNHA, Paulo F. da. **Teoria geral do Estado e ciência política**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553601912
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as com a doutrina traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, de forma direcionada, mais organizada e abrangente ao estudo da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
SCALABRIN, Felipe; MELO, Débora Sinflorio da Silva. **Ciência política e teoria geral do Estado**. Porto Alegre: Grupo A Educação SA, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021891/.

SANCHES, C. A. **Coleção saberes do direito ; v. 62 - Teoria geral do Estado**, 1ª Edição.. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502177987/.
SAHID, Maluf. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2019. 9788553610020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610020/.
GORINI GAMBA, João Roberto. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Ed Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021707/.
COUTO, P.K. **Curso de teoria geral do estado: fundamento do direito constitucional positivo**, 1ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480616/.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo da Teoria Geral do Estado e da Ciência Política. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA E PRODUÇÃO DE TEXTO
Ementa:
Produção do conhecimento científico. Técnicas de argumentação. A argumentação jurídica e suas especificidades. Estrutura de trabalhos acadêmicos. Aspectos gerais da monografia. Ensino das normas ABNT que regem os trabalhos científicos.
O discurso jurídico. Recursos de estilo na linguagem jurídica. Enfoque na linguagem jurídica. Interpretação de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622470. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622470/.
Justificativa: a obra se constrói na lógica da busca do conhecimento e em torno do conceito de método, se desenrolando em partes específicas que fornecem luzes a temas importantes e de conhecimento necessário para aquele que pretende desenvolver a pesquisa científica e, com isso, lidar com informações, argumentos, textos jurídicos, dados e fontes de pesquisa na preparação de monografia, dissertação ou tese, além de outras modalidades de textos científicos.
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa do direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/.
Justificativa: a presente obra contempla as diretrizes formais da ABNT publicadas até o ano de 2022, possibilitando aos pesquisadores e alunos instrumentos teóricos e metodológicos imprescindíveis para a construção e o desenvolvimento de pesquisas diferenciadas e inovadoras nas mais diferentes áreas do conhecimento.
QUEIROZ, Rafael Mafei R. **Monografia Jurídica - Passo a Passo - Projeto, Pesquisa, Redação, Formatação**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6298-2. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6298-2/.
Justificativa: corresponde a um guia para questões práticas e teóricas que quase sempre surgem no caminho de quem tem de fazer uma monografia jurídica, o que usualmente se dá no contexto de conclusão formal de algum programa educacional (de graduação ou pós-graduação), visando a algum título universitário específico.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Manolita C. **Monografia - a engenharia da produção acadêmica**. Revista e atualizada - 2ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502088771. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088771/.
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/.
HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597011760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/.
LEHFELD, Lucas de S. **Monografia Jurídica - Guia Prático**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6530-3. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6530-3/.
MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos**, 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502626553. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502626553/.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais à Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica, permitindo que o aluno alcance uma base sólida na construção de suas pesquisas acadêmicas.

- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO E HISTÓRIA DO DIREITO
Ementa:
Da família à Cidade-Estado. Evolução da Cidade. Direito Grego Antigo. Direito romano – Roma realeza, Roma República e Roma Império. Direito Codificado. O Direito na Baixa Idade Média. Especificidade do direito: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Direito, Sociedade e Estado. Natureza e cultura. Ciências afins do direito. Evolução histórica e clássicos do pensamento jurídico. Principais correntes do pensamento jurídico contemporâneo. Categorias jurídicas. Lei e norma jurídica. Direito e moral. Direito, equidade e justiça. Fontes do direito: estatais e não estatais. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito positivo e direito natural. Relações jurídicas: sujeitos do direito. Enciclopédia jurídica: direito público e privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. *E-book.* ISBN 9786559642755. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642755/.
Justificativa: a obra se apresenta em linguagem clara, de necessário caráter expositivo, dada a natureza da matéria que exige adequados processos de comunicação com jovens que ainda estão adquirindo o vocabulário jurídico, aduzindo os conceitos e categorias fundantes do Direito.
GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito.** 49ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. *E-book.* ISBN 9788530979768. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979768/.
Justificativa: o autor aplica neste livro o seu conceito pessoal do que deve ser uma autêntica “introdução” ao Direito que, em linhas gerais, deve conter todos os elementos necessários ao conhecimento jurídico. Para tanto, partindo das noções fundamentais para as mais complexas, deve dar ao iniciante nas letras jurídicas uma visão global do Direito, compreendendo não só os referidos conceitos, bem como aspectos sociológicos, históricos e filosóficos do jurídico.
LOPES, José Reinaldo de L. **Curso de História do Direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027563. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027563/.

Justificativa: Este livro aborda o período histórico da matéria, com sugestões de leitura, indicação de filmes de interesse para o tema e uma proposta de exercícios e leituras dirigidas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIZATTO, Nunes. **Manual de introdução ao estudo do direito**. São Paulo Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600700/.
FERRAZ JUNIOR, T.S. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021417/.
VENOSA, S. S. **Introdução ao Estudo do Direito**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018592/.
ABEL, H. **História do direito** [recurso eletrônico] / Henrique Abel, Marjorie de Almeida Araujo, Débora Cristina Holenbach Grivot ; revisão técnica: Gustavo da Silva Santanna. – Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021716.
FREITAS, P. R. **História do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019. 9788553610259. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610259/.
Justificativas: as obras acima mencionadas auxiliam os alunos iniciantes no curso de Direito na formação da concepção dos conceitos que formam o Direito enquanto disciplina e percorrem sua historicidade, fundamentais para os anos seguintes.

- TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

Ementa:

Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Perfil jurídico da LINDB. Análise teórica e jurisprudencial. Importância e aplicabilidade da LINDB. DIREITO CIVIL – PARTE GERAL: fontes, princípios e conceitos fundamentais; Lei de Introdução ao Código Civil, problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Sujeitos de direitos: personalidade jurídica. Pessoas naturais: estado e capacidade; incapacidade; emancipação; domicílio e residência; morte e ausência; registro civil de pessoas naturais. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas: natureza, classificação; limites da personalidade jurídica e desconsideração desta; registro civil de pessoas jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, A. V. **Curso de direito civil: teoria geral do direito civil: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609680/.
Justificativa: No volume Teoria Geral do Direito Civil: Parte Geral, o autor trata de temas como pessoas naturais; direitos da personalidade; ausência e sucessão; pessoas jurídicas; associações; fundações; domicílio; bens; fatos jurídicos; negócio jurídico; representação; condição, termo e encargo; defeitos do negócio jurídico; dolo; coação; estado de perigo; lesão; fraude contra credores; invalidade do negócio jurídico; atos jurídicos lícitos; prescrição e decadência; e prova.
TEPEDINO, G. **Fundamentos do Direito Civil - Teoria Geral do Direito Civil - Vol. 1.** / Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990206/.
Justificativa: Fruto de longos anos de pesquisa e de experiência didática de seus autores, os Fundamentos se contrapõem a dois vetores que ameaçam, constantemente, o mercado editorial. O primeiro deles é a repetição acrítica da dogmática tradicional, haurida dos postulados históricos do direito romano, com cosméticas adaptações, em suas sucessivas edições, à evolução legislativa. O segundo é a aderência casuística a soluções jurisprudenciais de ocasião, que aparentemente asseguram feição prática e

abrangente aos manuais, sem aprofundar, contudo, a justificativa doutrinária dos problemas jurídicos e a forma de solucioná-los. A coleção ora trazida a público, em sentido oposto, encontra-se inteiramente construída a partir do sistema instaurado pela Constituição da República de 1988, que redefiniu os modelos jurídicos com os princípios e valores que se incorporam às normas do Código Civil e à legislação infraconstitucional, estabelecendo, assim, novas bases dogmáticas que, unificadas pelo Texto Constitucional, alcançam coerência sistemática apta à compreensão dos problemas jurídicos e de seus alicerces doutrinários. .No sentido de facilitar a leitura, as ideias-chave de cada capítulo encontram-se destacadas na margem das páginas. Ao final de cada capítulo, há um problema prático associado ao respectivo tema tratado. Além disso, o leitor tem acesso a vídeos com comentários feitos pelos autores sobre os temas mais controversos e discutidos, que podem ser acessados por meio de QR Codes situados abaixo dos respectivos problemas práticos. Por outro lado, por meio do código de acesso disponível em cada volume, os autores oferecerão material jurisprudencial e bibliográfico, permanentemente atualizado, de apoio ao debate e ao aprofundamento teórico. O presente volume, dedicado à Teoria Geral do Direito Civil, examina os alicerces dogmáticos essenciais a todos os ramos do direito, abarcando temas de relevância geral, tais como interpretação, fontes do direito, ordenamento jurídico, pessoa, personalidade, bens, negócio jurídico, ato ilícito, prescrição, entre outros. Busca-se agregar ao aprofundamento teórico linguagem didática, com o maior número possível de exemplos e de análise de casos.

GONÇALVES, C.R. **Direito civil brasileiro, volume 1 - parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608461/.

Justificativa: obra Direito Civil Brasileiro, v. 1, de Carlos Roberto Gonçalves, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apresenta os principais aspectos e desdobramentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a parte geral do direito civil. O autor trata de temas como: capacidade, personalidade jurídica, ausência, pessoas jurídicas, os bens, negócio jurídico, representação, defeitos do negócio jurídico, fraude contra credores, decadência e prescrição. Obra indicada para alunos de graduação, pós-graduação e profissionais da área.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOBO, P. **Direito civil – Parte geral**, 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215453/.

MALUF, C. A D., DABUS MALUF, A. C. R. F. **Introdução ao direito civil.** São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600182/.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, Rodoolfo. Manual de direito civil; volume único. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553172764/.

TARTUCE, F. **Direito Civil - Lei de Introdução e Parte Geral - Vol. 1**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989309/.

AMARAL, F. **Direito Civil: introdução**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553602100/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do direito civil.

- TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

Ementa:

Direito Penal: fontes, história, princípios e conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes, fundamentos históricos e constitucionais; a norma penal.

Teoria Geral do Crime: conceitos de crime, elementos do crime, culpabilidade e punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASSON, C. **Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1** (Arts.1ª a 120). São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986292/.
Justificativa: referida obra é referência nacional no estudo da matéria. Está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo. No Volume 1 o autor se dedica a temas da Parte Geral do Código Penal (artigos 1} ao 120) como princípios norteadores, fontes do Direito Penal, interpretação, teoria do crime e ação penal.

NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal - Vol. 1 - Parte Geral - Arts. 1ª a 120 do Código Penal**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983123/.
Justificativa: doutrina atualizada de acordo com os diplomas legais que implicam alterações do Direito Penal objetivo pátrio. Este Manual constitui texto básico para o estudo da Parte Geral do Código Penal e para a solução dos problemas surgidos na aplicação da lei penal. O volume 1 analisa os artigos 1º ao 120 do Código Penal e inclui comentários a respeito de outras leis com repercussão no campo do Direito Penal, referências a outras obras doutrinárias e indicações de decisões dos tribunais brasileiros relativas às questões examinadas, auxiliando o acesso aos repositórios de jurisprudência.

JESUS, D. de. **Direito penal, volume 1: parte geral**, 35ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502219670/.
Justificativa: adota-se nesta obra a teoria da imputação objetiva sem abandono de alguns princípios do finalismo, sustentando-se o dolo e a culpa no tipo, o erro de tipo e de proibição etc. Mencionada teoria está introduzida de forma paulatina, encontrando-se em primeiro lugar a solução da doutrina clássica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRECO, R. **Direito Penal Estruturado**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985875/.

GONÇALVES, V. E. R. **Curso de Direito Penal** v 1. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610938/.

RAIZMAN, D. **Manual de Direito Penal - parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611379/.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal**, volume 1, parte geral. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547229566/.

BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de direito penal 1 - parte geral. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610037/.
Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Penal. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Ementa:

Conceito de relações étnicos raciais, diversidade e inclusão social aplicadas ao direito Ciências jurídicas aplicadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTINHO, D. R. Direito, desigualdade e desenvolvimento. 1ª Edição. São Paulo:

Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502207981/.
MIRANDA, S. A. de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178157/.
PEREIRA, J. R. G. Interpretação constitucional e direitos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600281/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Grupo GEN, 2002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466047/.
BAUMAN, Z. Danos colaterais, Desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537810149/.
MARMELSTEIN, G. Curso de Direitos Fundamentais, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021097/.
PINHO, R. C. R. Coleção Sinopses Jurídicas 17 - Direito constitucional: teoria geral da constituição e direitos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601226/.
MIRANDA, J. Direitos fundamentais: uma perspectiva de futuro / Jorge Miranda (organizador). São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481095/.

2º SEMESTRE

- DIREITO PENAL I

Ementa

Artigos 1 ao 31 do Código Penal: aplicação da lei penal, crime, imputabilidade penal, concurso de pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASSON, C. **Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1 (Arts.1ª a 120).** São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986292/.
Justificativa: referida obra é referência nacional no estudo da matéria. Está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo. No Volume 1 o autor se dedica a temas da Parte Geral do Código Penal (artigos 1} ao 120) como princípios norteadores, fontes do Direito Penal, interpretação, teoria do crime e ação penal.
NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal - Vol. 1 - Parte Geral - Arts. 1ª a 120 do Código Penal**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983123/.
Justificativa: doutrina atualizada de acordo com os diplomas legais que implicam alterações do Direito Penal objetivo pátrio. Constitui texto básico para o estudo da Parte Geral do Código Penal e para a solução dos problemas surgidos na aplicação da lei penal. O volume 1 analisa os artigos 1º ao 120 do Código Penal e inclui comentários a respeito de outras leis com repercussão no campo do Direito Penal, referências a outras obras doutrinárias e indicações de decisões dos tribunais brasileiros relativas às questões examinadas, auxiliando o acesso aos repositórios de jurisprudência.
JESUS, D. de. **Direito penal, volume 1: parte geral**, 35ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502219670/.

Justificativa: adota-se nesta obra a teoria da imputação objetiva sem abandono de alguns princípios do finalismo, sustentando-se o dolo e a culpa no tipo, o erro de tipo e de proibição etc. Mencionada teoria está introduzida de forma paulatina, encontrando-se em primeiro lugar a solução da doutrina clássica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRECO, R. **Direito Penal Estruturado**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985875/.
GONÇALVES, V. E. R. **Curso de Direito Penal v 1**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610938/.
RAIZMAN, D. **Manual de Direito Penal - parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611379/.
CAPEZ, F. **Curso de direito penal, volume 1**, parte geral. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547229566/.
BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de direito penal 1 - parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610037/.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Penal. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- DIREITO CIVIL I

Ementa:

Objeto de direitos: os bens e suas classificações; o patrimônio geral e os patrimônios especiais. Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos ilícitos e negócios jurídicos: caracterização. O negócio jurídico e seus elementos constitutivos, essenciais e acidentais (condição, termo e modo). Invalidade e ineficácia do negócio jurídico: erro, dolo, simulação, coação, etc. Atos ilícitos e abuso de direito – Fatos justificados: estado de necessidade, legítima defesa, etc. Extinção de direitos: prescrição; decadência; renúncia. Prova de atos e negócios jurídicos e registros públicos a eles relativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, A. V. **Curso de direito civil: teoria geral do direito civil: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609680/.

Justificativa: Uma das obras mais importantes na área da ciência jurídica e do conhecimento em geral. O seu autor, sem dúvida, um dos mais consagrados juristas nacionais, apresenta na sua obra uma síntese bem estruturada e muito clara da matéria numa visão atual e contemporânea do moderno Direito Civil, o que faz deste livro uma obra indispensável a quem quer conhecer ou atualizar-se nesta importante área do direito.

TEPEDINO, G. **Fundamentos do Direito Civil - Teoria Geral do Direito Civil - Vol. 1.** / Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990206/.

Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica civil, apresenta uma visão crítica e moderna, onde o autor, referência no estudo do Direito Civil, situa o Direito nos dias atuais, trazendo ao aluno uma visão contemporânea e concreta. Daí a importância da obra, considerada um clássico da matéria.

GONÇALVES, C.R. **Direito civil brasileiro, volume 1 - parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608461/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as com a doutrina mais atual, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em

cada um de seus capítulos, de forma direcionada, mais organizada e abrangente ao estudo da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOBO, P. **Direito civil – Parte geral**, 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215453/.

MALUF, C. A D., DABUS MALUF, A. C. R. F. **Introdução ao direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600182/.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, Rodoolfo. **Manual de direito civil**; volume único. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553172764/.

TARTUCE, F. **Direito Civil - Lei de Introdução e Parte Geral - Vol. 1**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989309/.

AMARAL, F. **Direito Civil: introdução**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553602100/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Civil. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- DIREITOS HUMANOS E RAMOS INOVADORES DO DIREITO

Ementa:

Direitos Humanos: conceito e evolução histórica. Processo de positivação: características e classificações. Interpretação dos direitos humanos. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Filosofia, Direito e Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito. Evolução histórica e clássicos da Filosofia do Direito: idealistas, materialistas e críticos. Tendências atuais em Filosofia do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAZ JUNIOR, T. S. **Filosofia, sociedade e direitos humanos: ciclo de palestras em homenagem ao professor Goffredo**. Telles Jr. / Tercio Sampaio Ferraz Jr. (organizador); Guilherme Assis de Almeida e Eduardo C. B. Bittar (coordenadores). – Barueri, SP: Manole, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520446546.

Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica, apresenta uma visão crítica e moderna, onde o autor, referência no estudo dos Direitos Humanos, situa o Direito como resultado da experiência concreta de determinado povo. Daí a importância da obra, considerada um clássico da matéria.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610198/.

Justificativa: Esta referência apresenta estudo relevante ao estudo dos Direitos Humanos Fundamentais, imprescindível à formação dos alunos e conhecimento na matéria.

MELO, F. Direitos Humanos. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530968908/.

Justificativa: A presente obra expõe com metodologia compreensível diversos pontos

relevantes e imprescindíveis ao estudo da Teoria Geral dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MALHEIRO, E. **Curso de Direitos Humanos**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006537/.

RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616633/.

MASCARO, A. L. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022360/.

MARCONDES, D; STRUCHINER, N. **Textos básicos de filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537814659/.

CASTILHO, R. **Filosofia geral e jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547229627/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo dos Direitos Humanos e dos Ramos Inovadores do Direito. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- TEORIA GERAL DO PROCESSO

Ementa:

Conceito de teoria geral do processo. Instrumentalidade do processo. Relação Jurídica. Autocomposição. Justiça Pública e Privada. Mediação. Arbitragem. Direito processual. As fontes do Direito Processual. Divisão do Direito Processual Civil. Evolução histórica do Direito Processual Civil Brasileiro. A lei processual: natureza e eficácia. Noções de Direito Processual Constitucional. Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa. Princípios processuais. Organização Judiciária. Competência. Foro geral e especial. Condições da ação. Cumulação de Ações. Ação de conhecimento: declaratória, constitutiva e condenatória. Processo e procedimento. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARREIRA ALVIM, J. E. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987800/.

Justificativa: A obra apresenta as atualizações legislativas com as recentes decisões dos Tribunais, discorrendo as discussões sobre as temáticas emblemáticas, traduzindo-se em um aprendizado didático sobre a sistemática processual.

MANCUSO, R. de C. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980788/.

Justificativa: Na presente obra, o conteúdo do curso prioriza a conceituação e explicação dos princípios, institutos e categorias processuais, apresentando inclusive quadro sinótico dos conteúdos.

ALMEIDA, R. M. de. **Série Concursos Públicos - Teoria Geral do Processo - Civil, penal e Trabalhista**, 4ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4910-5/.

Justificativa: A obra aborda todos os temas da disciplina, de forma objetiva e estilo diverso do tradicionalmente observado em outras obras, sem perder a profundidade de conteúdo, apresentando a posição crítica do autor sobre a aplicação e interpretação de

determinadas normas processuais, sem deixar de fornecer ao leitor os entendimentos divergentes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROCHA, J. de A. **Teoria Geral do Processo**, 10ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490219/.
RODRIGUES, H. W.; LAMY, E. de A. **Teoria Geral do Processo**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021073/.
LEAL, R. P. **Teoria Geral do Processo - Primeiros Estudos**, 12ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5637-0/.
TESHEINER, J. M. R; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616268/.
LIMA, F. A. N. **Teoria Geral do Processo Judicial**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492831/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas, apresentado ao leitor o curso completo de direito processual, em sua teoria geral, com a análise didática e abrangente de todos os institutos processuais, desenvolvidos durante o curso de graduação. Foram selecionados autores de carreiras jurídicas distintas e, nesse contexto, cada qual lança sua ótica sobre os temas abordados, permitindo ao leitor, e mormente ao estudante de direito, compreender os diferentes posicionamentos e teses debatidas, proporcionando a capacitação, o raciocínio crítico e o suporte argumentativo jurídico para o enfrentamento das questões que são postas no exercício da atividade jurídica.

- ANTROPOLOGIA E FILOSOFIA JURÍDICA

Ementa:

Conceito de antropologia jurídica. Antropologia e aspectos jurídicos. Ciências jurídicas antropológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, VO. Q; KÜMPEL, V. F. Manual de Antropologia Jurídica, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502120174/.
SOARES, R. M. F. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612826/.
CARNIO, H. G. Direito e Antropologia: reflexões sobre a origem do Direito a partir de Kelsen e Nietzsche, 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502181250/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUBERT, P. G. Antropologia teológica e direitos humanos. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028715/.
LOPES, J. R. L. Curso de História do Direito / José Reinaldo de Lima Lopes, Rafael Mafei Rabelo Queiroz, Tiago dos Santos Acca. – 3ª ed. rev. São Paulo: Método, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5099-6/.
VENOSA, S. S. Introdução ao Estudo do Direito, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018592/.
ABEL, H. História do direito [recurso eletrônico] / Henrique Abel, Marjorie de Almeida Araujo, Débora Cristina Holenbach Grivot ; revisão técnica: Gustavo da Silva Santanna. – Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021716

FREITAS, P. R. História do Direito. São Paulo: Saraiva, 2019. 9788553610259. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610259/.

3º SEMESTRE

- PROCESSO CIVIL I

Ementa:

Dos Sujeitos do Processo: Capacidade Processual. Deveres das Partes e de seus Procuradores. Responsabilidade das Partes por Dano Processual. Das Despesas, Honorários Advocatícios e Multas. Da Gratuidade da Justiça. Dos procuradores. Da sucessão das Partes e dos Procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Do incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Do Amicus Curiae. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública. Dos Atos Processuais - Da forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Procesuais: Dos atos em geral. Da prática Eletrônica de Atos Processuais. Dos atos da Parte. Do Pronunciamento do Juiz. Dos Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria. Do tempo e Lugar dos Atos Processuais. Dos Prazos: Disposições Gerais, Verificações e Penalidades. Das comunicações dos Atos Processuais: Disposições Gerais, Citação, Cartas. Intimações. Prática processual in inicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMENDOEIRA JUNIOR, S. **Manual de direito processual civil 01 - teoria geral do processo e fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição**, 9ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502120716/.

Justificativa: A obra apresenta as atualizações legislativas com as recentes decisões dos Tribunais, discorrendo as discussões sobre as temáticas emblemáticas, traduzindo-se em um aprendizado didático sobre a sistemática do Código de Processo Civil.

GRECO FILHO, V. **Direito processual civil brasileiro, voL. 1 : teoria geral do processo a auxiliares da justiça**, 29ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502203426/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, apresenta as atualizações legislativas e recentes decisões dos Tribunais. Oferece um instrumento de consulta e conhecimento permitindo aos discentes uma base sólida do Processo Civil Brasileiro.

SÁ, R. M. de; FREIRE, R. da C. L. Col. **saberes do direito 22 - Processo civil I: teoria geral do processo**, 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502171213/.

Justificativa: A obra, referência no estudo do Processo Civil Brasileiro, de maneira objetiva e didática, ressalta a constitucionalização do processo, no qual a meta perseguida é, antes de tudo, a efetividade da tutela jurisdicional e a presteza de sua promoção pelo Poder Judiciário. O Autor demonstra a necessária observância dos princípios fundamentais para o acesso à justiça assegurado pela Constituição seja realmente efetivado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERMUDES, S. **Introdução ao Processo Civil**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983666/.

MONTENEGRO FILHO, M. **Processo Civil Sintetizado**, 15ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978501/.

MONTENEGRO FILHO, M. **Novo Código de Processo Civil Comentado**, 3ª edição.

São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016611/.
CÂMARA, A. F. O **Novo Processo Civil Brasileiro**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019575/.
MONNERAT, F. V. da F. **Introdução ao Estudo do Direito Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616114/.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo Direito Processual Civil Brasileiro. Seus conteúdos contemplam as recentes alterações legislativas, apresentam as decisões dos Tribunais, com a finalidade de expor as discussões mais recentes sobre os mais diversos e variados aspectos do Direito Processual Civil. Seus conteúdos permitem que o aluno reflita criticamente sobre as peculiaridades do Direito Processual Civil Brasileiro.

- DIREITO CIVIL II
Ementa:
Direitos das obrigações: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Obrigações: fontes e elementos constitutivos. Classificação: obrigações de dar, de restituir, pecuniárias, de dar coisa incerta, de fazer, de não fazer, alternativas facultativas, divisíveis e indivisíveis, solidárias, naturais, principais e acessórias, líquidas e ilíquidas, condicionais, modais e a termo. Solidariedade ativa e passiva. Efeitos das obrigações. Modos de extinção: direitos e indiretos. Consequência da inexecução. Transmissão das obrigações. Obrigações com cláusula penal. Cessão de créditos. Concurso de credores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
VENOSA, S. de S. **Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2.** São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024678/.
Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica civil, apresenta uma visão crítica e moderna, onde o autor, referência no estudo do Direito Civil, situa o Direito atualmente, trazendo ao aluno uma visão contemporânea e concreta. Daí a importância da obra, considerada um clássico da matéria.
LOBO, P. **Direito civil – Obrigações, 5ª edição**. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215514/.
Justificativa: Uma das obras mais importantes na área da ciência jurídica e do conhecimento em geral. O seu autor, sem dúvida, um dos mais consagrados juristas nacionais, apresenta na sua obra uma síntese bem estruturada e muito clara da matéria numa visão atual e contemporânea do moderno Direito das Obrigações, o que faz deste livro uma obra indispensável a quem quer conhecer ou atualizar-se nesta importante área do direito.
GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro - teoria geral das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608256/.
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as com a doutrina mais atual, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, de forma direcionada, mais organizada e abrangente ao estudo da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
TARTUCE, F. **Direito Civil - Vol. 2 - Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**, 14ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984038/.
GAGLIANO, P. S; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil, volume 2 - obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609512/.
TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil - Volume Único**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984076/.
MIRAGEM, B. **Direito civil: direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600106/.
ALMEIDA, W. C. de. **Direito Civil: Obrigações**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 01/2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495696/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito das Obrigações. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- DIREITO CONSTITUCIONAL I

Ementa:

Formação constitucional do Brasil. A constituição de 1988: origem, princípios e objetivos fundamentais. Estrutura e organização do Estado brasileiro. Direito constitucional estadual e municipal. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções essenciais à justiça. Tributação e Orçamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**, 35ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020915/.

Justificativa: Está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611171/.

Justificativa: A presente obra está de acordo com as últimas alterações legislativas, escritas em linguagem descomplicada, com objetividade, riqueza do conteúdo e expondo conceitos e institutos de maneira acessível, sem perder a profundidade. Constituída em etapas sólidas, acompanhadas por críticas doutrinárias e posicionamentos do autor, e mantém o compromisso de permanentes atualizações, correções e aperfeiçoamentos.

PEÑA DE MORAES, G. **Curso de Direito Constitucional**, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020090/.

Justificativa: Encontra-se, a presente obra, de acordo com as últimas alterações legislativas, escrita em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTTA, S. **Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986544/.
FIGUEIREDO, L. V. **Lições de Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5107-8/.

HESSE, K. Série IDP - **Temas fundamentais do Direito Constitucional**, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502139480/.
SLAIBI FILHO, N. **Direito Constitucional**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-3813-0/.
BARCELLOS, A. P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989774/.
Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Constitucional. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- DIREITO PENAL II
Ementa:
Artigos 32 a 120 do Código Penal: Das penas, da medida de segurança, da ação penal e da extinção de punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MASSON, C. **Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1 (Arts.1ª a 120).** São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986292/.
Justificativa: referida obra é referência nacional no estudo da matéria. Está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo. No Volume 1 o autor se dedica a temas da Parte Geral do Código Penal (artigos 1º ao 120) como princípios norteadores, fontes do Direito Penal, interpretação, teoria do crime e ação penal.
NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal - Vol. 1 - Parte Geral - Arts. 1ª a 120 do Código Penal**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983123/.
Justificativa: doutrina atualizada de acordo com os diplomas legais que implicam alterações do Direito Penal objetivo pátrio. Este Manual constitui texto básico para o estudo da Parte Geral do Código Penal e para a solução dos problemas surgidos na aplicação da lei penal. O volume 1 analisa os artigos 1º ao 120 do Código Penal e inclui comentários a respeito de outras leis com repercussão no campo do Direito Penal, referências a outras obras doutrinárias e indicações de decisões dos tribunais brasileiros relativas às questões examinadas, auxiliando o acesso aos repositórios de jurisprudência.
JESUS, D. de. **Direito penal, volume 1: parte geral**, 35ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502219670/.
Justificativa: adota-se nesta obra a teoria da imputação objetiva sem abandono de alguns princípios do finalismo, sustentando-se o dolo e a culpa no tipo, o erro de tipo e de proibição etc. Mencionada teoria está introduzida de forma paulatina, encontrando-se em primeiro lugar a solução da doutrina clássica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GRECO, R. **Direito Penal Estruturado**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985875/.
GONÇALVES, V. E. R. **Curso de Direito Penal v 1**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610938/.
RAIZMAN, D. **Manual de Direito Penal - parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611379/.
CAPEZ, F. **Curso de direito penal, volume 1, parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547229566/.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de direito penal 1 - parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610037/.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Penal. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- DIREITO INTERNACIONAL

Ementa:

Direito internacional público: fontes princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Sujeitos de direito internacional público. Organizações internacionais. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição do Estado. Domínio Público internacional. Solução de conflitos internacionais. Perspectivas do direito internacional público frente à integração. Direito internacional público e a integração: União Europeia e o Mercosul. Direito internacional privado: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Codificações e tentativas de codificação. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos interespaciais. Aplicação, prova e interpretação do direito estrangeiro. Questões de direito civil internacional. Questões de direito comercial internacional. Questões de direito processual civil internacional. Perspectivas do direito internacional privado frente à globalização. Homologação de Julgados Estrangeiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VARELLA, M. D. **Direito internacional público.** São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547229344/.

Justificativa: a obra apresenta as atualizações legislativas com as recentes decisões dos Tribunais, discorrendo as discussões sobre as temáticas emblemáticas, traduzindo-se em um aprendizado didático sobre o Direito Internacional Público.

GUERRA, S. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219598/.

Justificativa: A obra aborda todos os temas da disciplina, de forma objetiva e estilo diverso do tradicionalmente observado em outras obras, sem perder a profundidade de conteúdo, apresentando a posição crítica do autor sobre a aplicação e interpretação de determinadas normas de direito internacional, sem deixar de fornecer ao leitor os entendimentos divergentes.

DEL´OLMO, F. S; JAEGER JUNIOR, A. **Curso de Direito Internacional Privado**, 12ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530973896/.

Justificativa: Na presente obra o conteúdo do curso de Direito Internacional Privado é tratado de forma didática e em linguagem descomplicada, facilitando a compreensão, mormente pelos alunos de graduação, permitindo uma visão geral e acessível sobre a disciplina, estimulando-o ao aprofundamento do conteúdo quando necessário.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAZZUOLI, V. O. **Curso de Direito Internacional Público**, 12ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983383/.

RECHSTEINER, B. W. **Direito internacional privado.** São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608225/.

CASELLA, P. B. **Direito Internacional no Tempo Clássico**. São Paulo: Grupo GEN,

2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001853/.
BASSO, M. **Curso de Direito Internacional Privado**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023060/.
AMARAL JUNIOR, A. do. **Curso de Direito Internacional Público**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496853/.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas, apresentado ao leitor o curso completo de direito internacional público e privado, com a análise didática e abrangente de todos os institutos internacionais de direito, desenvolvidos durante o curso de graduação. Foram selecionados autores de carreiras jurídicas distintas e, nesse contexto, cada qual lança sua ótica sobre os temas abordados, permitindo ao leitor, e mormente ao estudante de direito, compreender os diferentes posicionamentos e teses debatidas, proporcionando a capacitação, o raciocínio crítico e o suporte argumentativo jurídico para o enfrentamento das questões que são postas no exercício da atividade jurídica.

- PSICOLOGIA JURÍDICA

Ementa:

Conceito, definição, importância, relações com outras ciências e com os principais ramos do Direito. Psicologia e ciências jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHEIRO, C. **Coleção Direito Vivo – Psicologia jurídica**, 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547216986/.
SERAFIM, A. de P; SAFFI, F. **Psicologia e Prática Forenses**. Barueri-SP: Manole, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520450215/.
PUTHIN, S. R. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025783/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, Sobre as afasias (1891) / O Projeto de 1895**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537806074/.
FIORELLI, J. O.; MANGINI, R. C. R. **Psicologia Jurídica**, 10ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597023121.
COLETTA, E. D. **Psicologia e criminologia [recurso eletrônico]** / Eliane Dalla Coletta [et al.]; [revisão técnica: Caroline Bastos Capaverde]. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024649/.
PINHEIRO, C. **Manual de Psicologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610402/.
HUSS, M. T. **Psicologia Forense**. Porto Alegre: Sagah, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325545/.

- ATIVIDADES COMPLEMENTARES I

Ementa:

Prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Podem compor as atividades complementares: Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, viagens e visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a

peças teatrais e mostras cinematográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno

4º SEMESTRE

- PROCESSO CIVIL II
Ementa:
Petição inicial no procedimento ordinário: do pedido, dos atos iniciais do juiz, da resposta do réu, contestação e objeção, exceções, impugnação do valor causa, reconvenção, ação declaratória incidental, contumácia e reconhecimento do pedido, providências preliminares no estado do processo. Teoria geral das provas e provas em espécie, sentença, coisa julgada. Procedimento sumário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MONTENEGRO FILHO, M. **Manual de Prática do Processo Civil**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005776/.
Justificativa: referida obra está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo.
LOURENÇO, H. **Processo Civil Sistematizado**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985493/.
Justificativa: referida obra está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo.
CÂMARA, A.L. **O Novo Processo Civil Brasileiro**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019575/.
Justificativa: a obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as questões processuais contemporâneas, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo críticas importantes sobre as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARAUJO JUNIOR, G. C. de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023107/.
MELLO, P. C. de. **A perícia no novo código de processo Civil**, 1ª edição. São Paulo: Trevisan, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519851/.
RIBEIRO, M. **Processo Civil**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985738/.
TERCEIRO NETO, O. J. **Interpretação dos Atos Processuais - Coleção Processo Civil Contemporâneo**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985752/.
BUENO, C. S. **Comentários ao código de processo civil – volume X (arts. 509 a 538)**

: da liquidação e do cumprimento de sentença. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600205/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do direito processual civil. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- DIREITO CIVIL III

Ementa:

Dos contratos em Geral. Princípios contratuais. Formação e extinção dos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Contrato preliminar. Diversas espécies de contratos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES C. R. **Direito civil brasileiro, volume 3 - contratos e atos unilaterais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608546/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as com a doutrina mais atual, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, de forma direcionada, mais organizada e abrangente ao estudo da disciplina.

TARTUCE, F. **Direito Civil - Vol. 3 - Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**, 14ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984014/.

Justificativa: Obra de referência no estudo do Direito Civil, apresenta uma visão crítica e moderna e contemporânea, enriquecida com exemplos atuais da jurisprudência nacional. O autor, referência no estudo do Direito Civil, situa o Direito atualmente, trazendo ao aluno uma visão contemporânea e concreta. Daí a importância da obra no estudo da matéria.

VENOSA, S. de S. **Direito Civil - Contratos - Vol. III**, 19ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019704/.

Justificativa: Os autores trazem uma obra inteiramente construída a partir do sistema instaurado pela Constituição da República de 1988, que redefiniu os modelos jurídicos com os princípios e valores que se incorporam às normas do Código Civil e à legislação infraconstitucional, estabelecendo, assim, novas bases dogmáticas que, unificadas pelo Texto Constitucional, alcançam coerência sistemática apta à compreensão dos problemas jurídicos e de seus alicerces doutrinários. A obra oferece um instrumento de conhecimento e de consulta a um só tempo didático e comprometido com o aprofundamento das teses jurisprudenciais mais atuais, voltado para a interpretação e aplicação do direito em sua contínua transformação.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOBO, P. **Direito civil – Contratos**, 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215491/.

SCHREIBER, A. **Manual de direito civil contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610532/.

TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil - Vol. Único**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989040/.

AMORIM, J. R. N. **Direito Civil: Parte Geral, Obrigações, Contratos, Atos Unilaterais,**

Responsabilidade Civil, Direito das Coisas. São Paulo: Manole, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444504/.

TEPETINO, G.; KPNDER, C. N.; BANDEIRA, P. G. **Fundamentos do Direito Civil - Contratos - Vol. 3**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989927/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo dos contratos no Direito Civil. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- DIREITO CONSTITUCIONAL II

Ementa:

Direitos Fundamentais: os direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos à nacionalidade, os direitos políticos. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem social. Tributação e Orçamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**, 35ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020915/.

Justificativa: A presente obra está de acordo com as últimas alterações legislativas, escritas em linguagem descomplicada, com objetividade, riqueza do conteúdo e expondo conceitos e institutos de maneira acessível, sem perder a profundidade. Constituída em etapas sólidas, acompanhadas por críticas doutrinárias e posicionamentos do autor, e mantém o compromisso de permanentes atualizações, correções e aperfeiçoamentos.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611171/.

Justificativa: Está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo.

PEÑA DE MORAES, G. **Curso de Direito Constitucional**, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020090/.

Justificativa: Encontra-se, a presente obra, de acordo com as últimas alterações legislativas, escrita em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTTA, S. **Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986544/.

FIGUEIREDO, L. V. **Lições de Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5107-8/.

HESSE, K. Série IDP - **Temas fundamentais do Direito Constitucional**, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502139480/.

SLAIBI FILHO, N. **Direito Constitucional**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-3813-0/.

BARCELLOS, A. P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989774/.

- DIREITO PENAL III

Ementa:

Artigos 121 ao 183 do Código Penal: crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUCCI, G. de S. **Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 2**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982973/.

Justificativa: Dividida em 3 volumes, esta coleção abrange todo o currículo da disciplina de modo detalhado. O primeiro volume dedica-se à Parte Geral do Código Penal, expondo conceitos e institutos de maneira acessível, sem perder a profundidade. Os outros dois volumes concentram a Parte Especial, com análise minuciosa de cada tipo penal aliada aos consagrados quadros esquemáticos e comparativos de crimes que otimizam a compreensão. O texto legal é inserido nos capítulos de doutrina, bem como acórdãos selecionados. A obra foi constituída em etapas sólidas, acompanhadas por críticas doutrinárias e posicionamentos do autor, e mantém o compromisso de permanentes atualizações, correções e aperfeiçoamentos.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal, volume 2, parte especial: arts. 121 a 212**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609444/.

Justificativa: referida obra que está em sua 22ª edição é referência nacional no estudo da matéria. Está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo. No Volume 2 o autor se dedica a temas da Parte Especial do Código Penal (artigos 121 ao 212) crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a organização do trabalho e crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

PRADO, L. R. **Tratado de Direito Penal Brasileiro - Parte Especial - Vol. 2**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984656/.

Justificativa: com vistas à solução de questões práticas e com detalhada análise doutrinária, referências às decisões gráficas de tribunais superiores e quadro sinóticos ao final dos capítulos. A obra abarca toda a matéria relativa às Partes Geral e Especial do Direito Penal, sem perder sua essência, profundidade e viés pragmático.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal 2 - parte especial: crimes contra a pessoa**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611591/.

ESTEVAM, A. **Direito penal v 2 - parte especial (arts. 121 a 234-b)**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609345/.

ANDREUCCI, R. A. **Manual de Direito Penal - verificado**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616329/.

COSTA, A. M. da. **Direito Penal - Parte Especial - Vol. IV**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6179-4/.

CAMPOS, P. F. de; THEODORO, L. M. M; BECHARA, F. R; ESTEVAM, A. **Direito penal aplicado: parte especial do código penal (arts. 121 a 361)**, 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634565/.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Penal. Seus conteúdos contemplam

desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Ementa:

Direito previdenciário: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Direito previdenciário e previdência social no Brasil. Noções de direito acidentário e de Medicina do trabalho. Benefícios e responsabilidades. Seguridade social, globalização e integração: Situação no Mercosul.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988715/.

Justificativa: Obra de referência no estudo do Direito Previdenciário, apresenta uma visão crítica e moderna e contemporânea, enriquecida com exemplos atuais da jurisprudência nacional. O autor, referência no estudo da disciplina em questão, situa o Direito atualmente, trazendo ao aluno uma visão contemporânea e concreta. Daí a importância da obra no estudo da matéria.

SANTOS, M. F. dos. **Direito previdenciário esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609079/.

Justificativa: O autor traz uma obra inteiramente construída a partir do sistema instaurado pela Constituição da República de 1988, que redefiniu os modelos jurídicos com os princípios e valores que se incorporam às normas do Direito Previdenciário e da Seguridade Social e à legislação infraconstitucional, estabelecendo, assim, novas bases dogmáticas que, unificadas pelo Texto Constitucional, alcançando coerência sistemática apta à compreensão dos problemas jurídicos e de seus alicerces doutrinários. A obra oferece um instrumento de conhecimento e de consulta a um só tempo didático e comprometido com o aprofundamento das teses jurisprudenciais mais atuais, voltado para a interpretação e aplicação do direito em sua contínua transformação.

DIAS, E. R; MACÊDO, J. L. M. de. **Curso de Direito Previdenciário**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5589-2/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as com a doutrina mais atual, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, de forma direcionada, mais organizada e abrangente ao estudo da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EDUARDO, U. R.; EDUARDO, J. T. A. **Curso de Direito Previdenciário - Teoria, Jurisprudência e Questões**, 12ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530971069/.

LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553602117/.

VIANNA, J. E. A. **Curso de Direito Previdenciário**, 7ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488650/.

AMORIM, J. R. N. **Direito Previdenciário**. São Paulo: Manole, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444375/.

ALENCAR, H. A. **Direito previdenciário para concursos**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611393/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem

informações fundamentais ao estudo dos contratos no Direito Previdenciário. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE JURÍDICA

Ementa:

Conceito, definição, importância, relações com outras ciências e com os principais ramos do Direito. Ciências jurídicas o meio ambiente e a sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, F. M. G. de. Direito Ambiental, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530975678/.
MUKAI, T. Direito Ambiental Sistematizado, 10ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530970918/.
FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608829/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, P. de B. Direito Ambiental, 20ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016819/.
BELTRÃO, A. F. G. Curso de Direito Ambiental. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5812-1/.
TRENNEPOHI, T. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600953/.
GRANZIERA, M. L. M, REI, F. Direito Ambiental Internacional: Avanços e Retrocessos. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497911/.
ALMEIDA, U. R. de. Tutela de Urgência no Direito Ambiental: Instrumento de Efetivação do Princípio da Precaução. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000979/.

- ATIVIDADES COMPLEMENTARES II

Ementa:

Prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Podem compor as atividades complementares: Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, viagens e visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a peças teatrais e mostras cinematográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno

5º SEMESTRE

- PROCESSO CIVIL III

Ementa:

Dos Sujeitos do Processo: Capacidade Processual. Deveres das Partes e de seus Procuradores. Responsabilidade das Partes por Dano Processual. Das Despesas, Honorários Advocatícios e Multas. Da Gratuidade da Justiça. Dos procuradores. Da sucessão das Partes e dos Procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Do incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Do *Amicus Curiae*. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública. Dos Atos Processuais - Da forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais: Dos atos em geral. Da prática Eletrônica de Atos Processuais. Dos atos da Parte. Do Pronunciamento do Juiz. Dos Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria. Do tempo e Lugar dos Atos Processuais. Dos Prazos: Disposições Gerais, Verificações e Penalidades. Das comunicações dos Atos Processuais: Disposições Gerais, Citação, Cartas. Intimações. Prática processual in inicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTENEGRO FILHO, M. **Manual de Prática do Processo Civil**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005776/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as fontes do Direito, o cotejo histórico e jurisprudencial, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma introdução ao direito processual civil, direcionando de forma organizada e abrangente o estudo da disciplina.

LOURENÇO, H. **Processo Civil Sistematizado**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985493/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as questões processuais contemporâneas, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo críticas importantes sobre as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.

CÂMARA, A.L. **O Novo Processo Civil Brasileiro**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019575/.

Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica processual, apresenta uma visão contemporânea, onde o autor situa o Direito como resultado da experiência concreta e atual da sociedade. Pautada nas mudanças e avanços sociais, analisando as regras vigentes no direito processual e as interpretações jurisprudenciais. Referido autor é muito difundido em outras obras de autores reconhecidos, bem como, muito citado na prática processual.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO JUNIOR, G. C. de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023107/.

MELLO, P. C. de. **A perícia no novo código de processo Civil**, 1ª edição. São Paulo: Trevisan, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519851/.

RIBEIRO, M. **Processo Civil**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985738/.

TERCEIRO NETO, O. J. **Interpretação dos Atos Processuais - Coleção Processo Civil Contemporâneo**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985752/.

BUENO, C. S. **Comentários ao código de processo civil – volume X (arts. 509 a 538): da liquidação e do cumprimento de sentença**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600205/.
Justificativa: as obras, de maneira objetiva e didática, permitem o contato direto com as questões processuais contemporâneas, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresentam uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo críticas importantes sobre as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.

- PROCESSO PENAL I
Ementa:
Direito Processual Penal: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e constitucionais. Inquérito policial. Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Teoria geral da prova.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AVENA, N. **Processo Penal**, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985462/.
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, abrange toda a disciplina do direito processual penal, e expõe de forma ampla toda a estrutura e institutos fundamentais do processo penal, fornecendo, ainda, as diversas posições e interpretações dadas às normas processuais penais pela doutrina e pelos Tribunais, propiciando ao leitor, notadamente ao estudante de Direito, o domínio sobre todos os temas tratados na disciplina e o suporte argumentativo para a defesa e fundamentação das diversas teses de temas determinados. A obra é constantemente atualizada diante da diversidade de novas leis e das interpretações advindas da doutrina e da jurisprudência nacional.

LOPES JUNIOR, A. **Fundamentos de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610211/.
Justificativa: A obra aborda todos os temas da disciplina, de forma objetiva e estilo diverso do tradicionalmente observado em outras obras, sem perder a profundidade de conteúdo, apresentando a posição crítica do autor sobre a aplicação e interpretação de determinadas normas processuais, sem deixar de fornecer ao leitor os entendimentos divergentes. Os conteúdos são expostos sob a ótica do processo penal democrático e constitucional, com suporte na doutrina nacional e estrangeira, e com base na jurisprudência atualizada. Ao final de cada capítulo o autor apresenta uma síntese, que auxilia o leitor, notadamente o estudante de Direito, no entendimento dos pontos essenciais de cada tema tratado.
CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609437/.
Justificativa: Na presente obra o conteúdo do curso de processo penal é tratado de forma didática e em linguagem descomplicada, facilitando a compreensão dos institutos de processo penal, mormente pelos alunos de graduação, permitindo uma visão geral e acessível sobre a disciplina, estimulando-o ao aprofundamento do conteúdo quando necessário.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023763/.
NUCCI, G. de S. **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989422/.
MARCÃO, R. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608430/.
MAYA, A. M. **Imparcialidade e Processo Penal: Da Prevenção da Competência ao Juiz de Garantias**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492145/.
CAPEZ, F. **Processo penal simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502164932/.

Justificativa: as obras acima complementam as referências básicas, apresentado ao leitor o curso completo de processo penal, com a análise didática e abrangente de todos os institutos do processo penal, desenvolvidos durante o curso de graduação. Foram selecionados autores de carreiras jurídicas distintas e, nesse contexto, cada qual lança sua ótica sobre os temas abordados, permitindo ao leitor, e mormente ao estudante de direito, compreender os diferentes posicionamentos e teses debatidas, proporcionando a capacitação, o raciocínio crítico e o suporte argumentativo jurídico para o enfrentamento das questões que são postas no exercício da atividade jurídica.

- DIREITO CIVIL IV

Ementa:

Teoria do Geral da Responsabilidade Civil; Responsabilidade Civil Contratual; Responsabilidade Civil Extracontratual; Responsabilidade das Pessoas Jurídicas e seus administradores; Responsabilidade Civil do Estado e seus Agentes, cláusulas abusivas e modificativas da responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil - Volume Único**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984076/.

Justificativa: Obra de referência no estudo do Direito Civil, apresenta uma visão crítica e moderna e contemporânea, enriquecida com exemplos atuais da jurisprudência nacional. O autor, referência no estudo do Direito Civil, situa o Direito atualmente, trazendo ao aluno uma visão contemporânea e concreta. Daí a importância da obra no estudo da matéria.

TEPEDINO, G.; TERRA, A. de M. V.; GUEDES, G. S. da C. **Fundamentos do Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 4**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989941/.

Justificativa: Os autores trazem uma obra inteiramente construída a partir do sistema instaurado pela Constituição da República de 1988, que redefiniu os modelos jurídicos com os princípios e valores que se incorporam às normas do Código Civil e à legislação infraconstitucional, estabelecendo, assim, novas bases dogmáticas que, unificadas pelo Texto Constitucional, alcançam coerência sistemática apta à compreensão dos problemas jurídicos e de seus alicerces doutrinários. A obra oferece um instrumento de conhecimento e de consulta a um só tempo didático e comprometido com o aprofundamento das teses jurisprudenciais mais atuais, voltado para a interpretação e aplicação do direito em sua contínua transformação.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro, volume 4 - responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608553/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as com a doutrina mais atual, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, de forma direcionada, mais organizada e abrangente ao estudo da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VENOSA, S. de S. **Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2**. São

Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024678/.
SCHREIBER, A. **Manual de direito civil contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610532/.
GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Manual de direito civil - volume único**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610648/.
SCHREIBER, S.; KONDER, C. N. **Direito Civil - Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005172/.
MIRAGEM, B. **Direito civil: responsabilidade civil**, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502628519/.
Justificativa: as obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo da Responsabilidade Civil. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- DIREITO PENAL IV

Ementa:

Artigo 213 ao Artigo 359-H do Código Penal: Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, F. **Curso de direito penal, volume 3, parte especial: arts. 213 a 359-H**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609208/.
Justificativa: referida obra é referência nacional no estudo da matéria. Está totalmente de acordo com as últimas alterações legislativas, é escrito em linguagem descomplicada, com objetividade e sem perder a riqueza do conteúdo. No Volume 3 o autor se dedica a temas da Parte Especial do Código Penal (artigos 213 ao 359-H) Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública.
BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: parte especial 5: crimes contra a administração pública e crimes praticados por prefeitos**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609215/.
Justificativa: O professor Cezar Roberto Bitencourt, renomado penalista, apresenta o Tratado de Direito Penal em 5 volumes. Sua doutrina é pautada pela clareza didática habitual, com profundidade de conteúdo e atualidade, acompanhando a evolução da moderna dogmática penal com muitas referências às principais doutrinas estrangeiras. O volume 5 trata da Parte Especial do Código Penal abrangendo desde os crimes contra a administração pública até dos crimes praticados por prefeitos.
NUCCI, G. de S. **Curso de Direito Penal - Parte Especial - Arts. 213 a 361 do Código Penal - Vol. 3**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983239/.
Justificativa: Dividida em 3 volumes, esta coleção abrange todo o currículo da disciplina de modo detalhado. O primeiro volume dedica-se à Parte Geral do Código Penal, expondo conceitos e institutos de maneira acessível, sem perder a profundidade. Os outros dois volumes concentram a Parte Especial, com análise minuciosa de cada tipo penal aliada

aos consagrados quadros esquemáticos e comparativos de crimes que otimizam a compreensão. O texto legal é inserido nos capítulos de doutrina, bem como acórdãos selecionados. A obra foi constituída em etapas sólidas, acompanhadas por críticas doutrinárias e posicionamentos do autor, e mantém o compromisso de permanentes atualizações, correções e aperfeiçoamentos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEVAM, A. **Direito penal v 2 - parte especial (arts. 121 a 234-b)**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609345/.
ANDREUCCI, R. A. **Manual de Direito Penal - verificado**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616329/.
COSTA, A. M. da. **Direito Penal - Parte Especial - Vol. IV**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6179-4/.
CAMPOS, P. F. de; THEODORO, L. M. M; BECHARA, F. R; ESTEVAM, A. **Direito penal aplicado: parte especial do código penal (arts. 121 a 361)**, 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634565/.
PRADO, L. R. **Curso de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral e Parte Especial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990114/.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Penal. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- DIREITO DO TRABALHO I

Ementa:

Direito Individual do trabalho: regras especiais do trabalho – rurícola, doméstica, estagiário. Direito coletivo do trabalho: origens, princípios e conceitos. Organização sindical. Receitas sindicais. Negociações coletivas. Conflitos coletivos do trabalho. Greve. Decisão normativa. Ação de cumprimento. Trabalho escravo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA LEITE, C. H. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610419/.

Justificativa: Redigido em linguagem simples, direta e descomplicada, mas ao mesmo tempo pautada em sólida argumentação jurídica fruto da experiência do autor no exercício da pesquisa científica, do magistério superior e da magistratura este livro apresenta a nova abordagem hermenêutica do Direito do Trabalho sob o prisma dos direitos fundamentais sociais trabalhistas. Todos reconhecidos na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. O livro contém ainda estudos sistematizados de teoria geral do direito do trabalho, direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho e direito internacional do trabalho. Esta nova edição está revisada, ampliada e atualizada de acordo com a legislação ¿ especialmente a Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista); o Decreto Federal n. 9.507/2018, que dispõe sobre terceirização na Administração Pública; a Lei n. 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e altera dispositivos da CLT; o Decreto n. 10.060/2019, que regulamenta o trabalho temporário; e a Portaria n. 1.065/2019, que disciplina a Carteira de Trabalho Digital e contém um anexo com a MP 905/2019 (Contrato Verde e Amarelo), além de outros diplomas legais, a doutrina e a jurisprudência.

RESENDE, R. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/.
Justificativa: O livro está dividido em cinco grandes partes: Introdução ao Direito do Trabalho, Direito Internacional do Trabalho, Direito Individual do Trabalho, Direito Tutelar do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho. Nesta edição, o autor deu especial atenção às alterações decorrentes da Medida Provisória n. 761, de 22-12-2016 Programa Seguro-Emprego, da Medida Provisória n. 763, de 22-12-2016 FGTS, das Leis n. 13.363/2016, que estabelece direitos para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai; 13.352/2016, que permite a contratação de profissionais de beleza por salões, sem vínculo empregatício; 13.297/2016, que incluiu no conceito de serviço voluntário a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada; 13.287/2016, que proibiu o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres; 13.271/2016, que proibiu a revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho; e 13.257/2016, que alterou o art. 473 da CLT, adicionando duas novas hipóteses de permissão ao empregado para deixar de comparecer ao trabalho sem desconto do seu salário.
JORGE NETO, F. F.; CAVALCANTE, J. de Q. P. **Direito do Trabalho**, 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018974/.
Justificativa: As profundas alterações do Direito do Trabalho promovidas pelas recentes leis, em especial pela Reforma Trabalhista, exigem debates, estudos e reflexões por parte dos operadores do Direito. Com uma frutífera parceria entre a toga e a beca, os autores esmiúçam todo o conteúdo do Direito do Trabalho, construindo um sólido patamar de conteúdo para formação, pesquisa e fundamentação para os públicos jurídicos que estão agora lidando com as dificuldades que surgem da compreensão pós-reforma do direito do trabalho. A experiência do Tribunal e da sala de aula que os autores possuem constituem fundamental ponto de diferenciação da obra, pois apresenta ao leitor tanto a construção doutrinária das polêmicas, como a repercussão prática de tais polêmicas nas decisões dos tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611027/.
CALVO, A. **Manual de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611287/.
RENZETTI, R. **Direito do Trabalho - Teoria e Questões Práticas**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981402/.
CISNEIROS, G. **Direito do Trabalho-Sintetizado**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982126/.
GARCIA, G. F. B. **Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico**, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502638181/.
Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito do Trabalho. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- PROJETO INTEGRADOR
Ementa:
Conceito, definição, importância, relações com outras ciências e com os principais ramos do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANCHEZ, A. **Série Método de Estudo OAB - Doutrina - Volume Único - Todas as Disciplinas**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972905/.
MESSA, A. F. **Exame da OAB unificado 1ª fase**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601479/.
SANCHEZ, A. **Série Método de Estudo OAB - Ética Profissional e Filosofia do Direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530973711/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANCHEZ, A. **Série Método de Estudo OAB - Questões Comentadas - Volume Único - Todas as Disciplinas**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530976064/.
GONZAGA, A. de A. **Série Essencial - Essencial para o Exame da OAB**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530976361/.
LENZA, P. **Esquematizado - OAB**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610587/.
GONZAGA, A. de A. D. Raio-X Oab - Teoria e Questões Comentadas. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981044/.
BARROSO, D. **Reta Final OAB - teoria unificada**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612000/.

- ATIVIDADES COMPLEMENTARES III

Ementa:

Prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Podem compor as atividades complementares: Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, viagens e visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a peças teatrais e mostras cinematográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno

6º SEMESTRE

- PROCESSO CIVIL IV

Ementa:

Procedimentos Especiais: Da Ação de Consignação em Pagamento. Das Ações Possessórias: Disposições Gerais. Da Manutenção e da Reintegração de Posse. Interdito Proibitórios. Do Inventário e da Partilha. Arrolamento. Embargos de Terceiro. Das Ações de Família. Juizados Especiais Cíveis. Princípios e regras procedimentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTENEGRO FILHO, M. **Manual de Prática do Processo Civil**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005776/.
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as fontes do Direito, o cotejo histórico e jurisprudencial, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma introdução ao direito processual civil, direcionando de forma organizada e abrangente o estudo da disciplina.
LOURENÇO, H. **Processo Civil Sistematizado**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985493/.
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as questões processuais contemporâneas, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo críticas importantes sobre as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.
CÂMARA, A.L. **O Novo Processo Civil Brasileiro**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019575/.
Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica processual, apresenta uma visão contemporânea, onde o autor situa o Direito como resultado da experiência concreta e atual da sociedade. Pautada nas mudanças e avanços sociais, analisando as regras vigentes no direito processual e as interpretações jurisprudenciais. Referido autor é muito difundido em outras obras de autores reconhecidos, bem como, muito citado na prática processual.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARAUJO JUNIOR, G. C. de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023107/.
MELLO, P. C. de. **A perícia no novo código de processo Civil**, 1ª edição. São Paulo: Trevisan, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519851/.
RIBEIRO, M. Processo Civil, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985738/.
TERCEIRO NETO, O. J. **Interpretação dos Atos Processuais - Coleção Processo Civil Contemporâneo**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985752/.
BUENO, C. S. **Comentários ao código de processo civil – volume X (arts. 509 a 538): da liquidação e do cumprimento de sentença**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600205/.
Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do direito civil.

- PROCESSO PENAL II
Ementa:
Prisão provisória. Atos de comunicação processual. Sentença. Procedimento comum e demais procedimentos constantes do Código de Processo Penal. Júri. Procedimentos constantes de leis especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AVENA, N. **Processo Penal**, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985462/.
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, abrange toda a disciplina do direito processual penal, e expõe de forma ampla toda a estrutura e institutos fundamentais do

processo penal, fornecendo, ainda, as diversas posições e interpretações dadas às normas processuais penais pela doutrina e pelos Tribunais, propiciando ao leitor, notadamente ao estudante de Direito, o domínio sobre todos os temas tratados na disciplina e o suporte argumentativo para a defesa e fundamentação das diversas teses de temas determinados. A obra é constantemente atualizada diante da diversidade de novas leis e das interpretações advindas da doutrina e da jurisprudência nacional.
LOPES JUNIOR, A. **Fundamentos de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610211/.
Justificativa: A obra aborda todos os temas da disciplina, de forma objetiva e estilo diverso do tradicionalmente observado em outras obras, sem perder a profundidade de conteúdo, apresentando a posição crítica do autor sobre a aplicação e interpretação de determinadas normas processuais, sem deixar de fornecer ao leitor os entendimentos divergentes. Os conteúdos são expostos sob a ótica do processo penal democrático e constitucional, com suporte na doutrina nacional e estrangeira, e com base na jurisprudência atualizada. Ao final de cada capítulo o autor apresenta uma síntese, que auxilia o leitor, notadamente o estudante de Direito, no entendimento dos pontos essenciais de cada tema tratado.
CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609437/.
Justificativa: Na presente obra o conteúdo do curso de processo penal é tratado de forma didática e em linguagem descomplicada, facilitando a compreensão dos institutos de processo penal, mormente pelos alunos de graduação, permitindo uma visão geral e acessível sobre a disciplina, estimulando-o ao aprofundamento do conteúdo quando necessário.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023763/.
NUCCI, G. de S. **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989422/.
MARCÃO, R. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608430/.
MAYA, A. M. **Imparcialidade e Processo Penal: Da Prevenção da Competência ao Juiz de Garantias**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492145/.
CAPEZ, F. **Processo penal simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502164932/.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas, apresentado ao leitor o curso completo de processo penal, com a análise didática e abrangente de todos os institutos do processo penal, desenvolvidos durante o curso de graduação. Foram selecionados autores de carreiras jurídicas distintas e, nesse contexto, cada qual lança sua ótica sobre os temas abordados, permitindo ao leitor, e mormente ao estudante de direito, compreender os diferentes posicionamentos e teses debatidas, proporcionando a capacitação, o raciocínio crítico e o suporte argumentativo jurídico para o enfrentamento das questões que são postas no exercício da atividade jurídica.

- DIREITO CIVIL V
Ementa:
DIREITO DAS COISAS: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Posse. Propriedade. Condomínio. Direitos reais sobre coisas alheias: de gozo, de aquisição e de garantia. Registro de imóveis. Propriedade literária, científica e artística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil - Volume Único**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984076/.

Justificativa: Obra de referência no estudo do Direito Civil, apresenta uma visão crítica e moderna e contemporânea, enriquecida com exemplos atuais da jurisprudência nacional. O autor, referência no estudo do Direito Civil, situa o Direito atualmente, trazendo ao aluno uma visão contemporânea e concreta. Daí a importância da obra no estudo da matéria.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro, volume 5 - direito das coisas**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553615971.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as com a doutrina mais atual, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, de forma direcionada, mais organizada e abrangente ao estudo da disciplina.

LOBO, P. **Direito Civil 4 - Coisas**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547229085/.

Justificativa: Os autores trazem uma obra inteiramente construída a partir do sistema instaurado pela Constituição da República de 1988, que redefiniu os modelos jurídicos com os princípios e valores que se incorporam às normas do Código Civil e à legislação infraconstitucional, estabelecendo, assim, novas bases dogmáticas que, unificadas pelo Texto Constitucional, alcançam coerência sistemática apta à compreensão dos problemas jurídicos e de seus alicerces doutrinários. A obra oferece um instrumento de conhecimento e de consulta a um só tempo didático e comprometido com o aprofundamento das teses jurisprudenciais mais atuais, voltado para a interpretação e aplicação do direito em sua contínua transformação.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Manual de direito civil - volume único**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610648/.

SCHREIBER, S.; KONDER, C. N. **Direito Civil - Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005172/.

DONIZETI, E.; QUINTELLA, F. **Curso Didático de Direito Civil**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019513/.

RODRIGUES JUNIOR, O. L. **Direito Civil Contemporâneo - Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987381/.

CASSETARI, C. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610501/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do direito das coisas. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- DIREITO DO TRABALHO II

Ementa:

Direito Individual do trabalho: regras especiais do trabalho – rurícola, doméstica, estagiário. Direito coletivo do trabalho: origens, princípios e conceitos. Organização sindical. Receitas sindicais. Negociações coletivas. Conflitos coletivos do trabalho. Greve. Decisão normativa. Ação de cumprimento. Trabalho escravo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA LEITE, C. H. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610419/.

Justificativa: Redigido em linguagem simples, direta e descomplicada, mas ao mesmo tempo pautada em sólida argumentação jurídica fruto da experiência do autor no exercício da pesquisa científica, do magistério superior e da magistratura este livro apresenta a nova abordagem hermenêutica do Direito do Trabalho sob o prisma dos direitos fundamentais sociais trabalhistas. Todos reconhecidos na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. O livro contém ainda estudos sistematizados de teoria geral do direito do trabalho, direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho e direito internacional do trabalho. Esta nova edição está revisada, ampliada e atualizada de acordo com a legislação ¿ especialmente a Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista); o Decreto Federal n. 9.507/2018, que dispõe sobre terceirização na Administração Pública; a Lei n. 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e altera dispositivos da CLT; o Decreto n. 10.060/2019, que regulamenta o trabalho temporário; e a Portaria n. 1.065/2019, que disciplina a Carteira de Trabalho Digital e contém um anexo com a MP 905/2019 (Contrato Verde e Amarelo), além de outros diplomas legais, a doutrina e a jurisprudência.

RESENDE, R. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/.

Justificativa: O livro está dividido em cinco grandes partes: Introdução ao Direito do Trabalho, Direito Internacional do Trabalho, Direito Individual do Trabalho, Direito Tutelar do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho. Nesta edição, o autor deu especial atenção às alterações decorrentes da Medida Provisória n. 761, de 22-12-2016 Programa Seguro-Emprego, da Medida Provisória n. 763, de 22-12-2016 FGTS, das Leis n. 13.363/2016, que estabelece direitos para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai; 13.352/2016, que permite a contratação de profissionais de beleza por salões, sem vínculo empregatício; 13.297/2016, que incluiu no conceito de serviço voluntário a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada; 13.287/2016, que proibiu o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres; 13.271/2016, que proibiu a revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho; e 13.257/2016, que alterou o art. 473 da CLT, adicionando duas novas hipóteses de permissão ao empregado para deixar de comparecer ao trabalho sem desconto do seu salário.

JORGE NETO, F. F.; CAVALCANTE, J. de Q. P. **Direito do Trabalho**, 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018974/.

Justificativa: As profundas alterações do Direito do Trabalho promovidas pelas recentes leis, em especial pela Reforma Trabalhista, exigem debates, estudos e reflexões por parte dos operadores do Direito. Com uma frutífera parceria entre a toga e a beca, os autores esmiúçam todo o conteúdo do Direito do Trabalho, construindo um sólido patamar de conteúdo para formação, pesquisa e fundamentação para os públicos jurídicos que estão agora lidando com as dificuldades que surgem da compreensão pós-reforma do direito do trabalho. A experiência do Tribunal e da sala de aula que os autores possuem constituem fundamental ponto de diferenciação da obra, pois apresenta ao leitor tanto a

construção doutrinária das polêmicas, como a repercussão prática de tais polêmicas nas decisões dos tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611027/.
CALVO, A. **Manual de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611287/.
RENZETTI, R. **Direito do Trabalho - Teoria e Questões Práticas**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981402/.
CISNEIROS, G. **Direito do Trabalho-Sintetizado**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982126/.
GARCIA, G. F. B. **Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico**, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502638181/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo dos contratos no Direito do Trabalho. Seus conteúdos contemplam o arcabouço teórico do Direito, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito durante todo o curso, compreendo as nuances da teoria do Direito como disciplina da convivência humana, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento, de modo a permitir a adoção de atitude crítica e reflexiva em relação ao fenômeno jurídico. Além disso, permitindo-o refletir criticamente sobre as especificidades do direito.

- DIREITO PENAL V

Ementa:

Princípios Penais Constitucionais e Legislação Penal Especial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva, 14ª ed, 2019.
https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610488/cfi/0!/4/4@0.00:0.00

Justificativa: A Obra Legislação Penal Especial, De Ricardo Antonio Andreucci, Abrange Um Estudo Completo Sobres Como Leis Penais Extravagantes, Trazendo Aspectos Relevantes Sobre Cada Assunto Abordado. A 14ª Edição Contamos Com 50 Leis Minuciosamente Comentadas, A Partir Da Inclusão Da Análise Dos Crimes Realizados No Estatuto Da Pessoa Com Deficiência.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva, 15ª ed, 2020.
https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619245/cfi/0!/4/4@0.00:66.8

Justificativa: O Curso De Direito Penal, De Fernando Capez, Composto Em 4 Volumes, É Referência Nacional No Estudo Direito Penal, Escrito Em Uma Linguagem Descomplicada, Com Objetividade, Sem Perder A Riqueza Do Conteúdo, Facilitando O Entendimento Dos Institutos. O Volume 4 Trata Da Legislação Penal Especial. A Obra Foi Revista E Atualizada, De Acordo Com As Leis N. 13.641, 13.769 E 13.772, De 2018.

LENZA, Pedro; GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios; BALTAZAR, José Paulo Júnior. **Legislação Penal Especial Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 6ª ed, 2020.
https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619481/cfi/0!/4/4@0.00:7.61

Justificativa: essa obra trata de diversos crimes de maneira aprofundada, identificando os sujeitos, as condutas e as penas. A obra contempla jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e as mais recentes inovações legislativas. A

metodologia empregada na obra possui tabelas, quadros e questões de concursos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Código Penal. Decreto-lei 2848 de 07/12/1940**. Barueri: Manole, 4ª ed., 2019. (Disponível em https://bv4.digitalpages.com.br/?from=#/legacy/169389).
BRASIL. **Constituição Federal**. Barueri: Manole, 11ª ed., 2019. (Disponível em https://bv4.digitalpages.com.br/?from=#/legacy/169386).
GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios. **Sinópses Jurídicas. Volume 24: Lesgislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva, 6ª ed, 2019.
DELMANTO, Roberto; DELMANTO, Roberto Júnior; DELMANTO, Fábio M. de Almeida. **Leis Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: Saraiva, 3ª ed, 2018.
PAGLIUCA, José Carlos Gobbis; CURY, Matheus Guimarães. **Leis Penais Comentadas: Execução Penal**. São Paulo: Rideel, 2016. https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174334

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Penal, incluindo-se as leis especiais com previsão de penas privativas de liberdade. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- SOCIOLOGIA JURÍDICA

Ementa:

Conceito, definição, importância, relações com outras ciências e com os principais ramos do Direito. Ciências jurídicas sociológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCURO NETO, P. **Sociologia geral e jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611720/.
CAVALIERI FILHO, S. **Programa de Sociologia Jurídica.** São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022322/.
SOARES, R. M. F. **Sociologia e Antropologia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612826/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUEZ, J. R. **Manual de sociologia jurídica**, 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017 Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219109/.
CUNHA, F. S. **História & Sociologia**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582172209/.
CASTRO, C. **Textos básicos de sociologia, De Karl Marx a Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537812730/.
SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. **Manual de sociologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609895/.
ZIPPELIUS, R. **Série IDP: Direito comparado - Sociologia do direito e do Estado: noções fundamentais**, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502209640/.

- ATIVIDADES COMPLEMENTARES IV

Ementa:

Prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as

ações de extensão junto à comunidade. Podem compor as atividades complementares: Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, viagens e visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a peças teatrais e mostras cinematográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
A bibliografia será pertinente ao tema trabalhado pelo aluno.

7º SEMESTRE

- PROCESSO CIVIL V
Ementa:
Estudo das peculiaridades do processo de execução. Disposições gerais. Execução em Geral – Partes. Competência. Título Executivo. Exigibilidade da Obrigação. Responsabilidade Patrimonial. Liquidação de Sentença; Cumprimento de Sentença. Das diversas espécies de execução na legislação codificada e na legislação extravagante. Estudo das hipóteses de resposta do devedor, especialmente a Impugnação e os Embargos do Devedor. Remição, suspensão e extinção do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil - volume único** / Cassio Scarpinella Bueno. – 6. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618040/cfi/5!/4/4@0.00:0.00
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as fontes do Direito, o cotejo histórico e jurisprudencial, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma introdução ao direito processual civil, direcionando de forma organizada e abrangente o estudo da disciplina.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 11ª ed, SP: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615933/cfi/3!/4/4@0.00:0.00
Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as questões processuais contemporâneas, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo críticas importantes sobre as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, volume 3: execução forçada...** / Humberto Theodoro Júnior. – 54. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992927/cfi/6/10!/4/6/2@0:0
Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica processual, apresenta uma visão contemporânea, onde o autor situa o Direito como resultado da experiência concreta e atual da sociedade. Pautada nas mudanças e avanços sociais, analisando as regras vigentes no direito processual e as interpretações jurisprudenciais. Referido autor é muito difundido em outras obras de autores reconhecidos, bem como, muito citado na prática processual.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALVIM, Eduardo Arruda, Daniel Willian Granado e Eduardo Aranha Ferreira. **Direito**

Processual Civil. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611416/cfi/4!/4/4@0.00:5.37
DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil**. 23ª ed, SP:Atlas, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024616/cfi/6/10!/4/4/2@0:45.1
LUNARDI, Fabrício Castagna. **Curso de Direito Processual Civil**. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Série IDP : Linha doutrina). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611003/cfi/3!/4/4@0.00:0.00
MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito Processual Civil.** – 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020304/cfi/6/10!/4/2/4@0:0
SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**, 6ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592757/cfi/6/4!/4/4/2/4/18/2/2@0:29.4

Justificativa: As obras, de maneira objetiva e didática, permitem o contato direto com as questões históricas chegando ao contemporâneo, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresentam uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.

- PROCESSO PENAL III

Ementa:

Nulidades e exceções. Recursos. Execução Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVENA, N. **Processo Penal**, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985462/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, abrange toda a disciplina do direito processual penal, e expõe de forma ampla toda a estrutura e institutos fundamentais do processo penal, fornecendo, ainda, as diversas posições e interpretações dadas às normas processuais penais pela doutrina e pelos Tribunais, propiciando ao leitor, notadamente ao estudante de Direito, o domínio sobre todos os temas tratados na disciplina e o suporte argumentativo para a defesa e fundamentação das diversas teses de temas determinados. A obra é constantemente atualizada diante da diversidade de novas leis e das interpretações advindas da doutrina e da jurisprudência nacional.

LOPES JUNIOR, A. **Fundamentos de Processo Penal.** São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610211/.

Justificativa: A obra aborda todos os temas da disciplina, de forma objetiva e estilo diverso do tradicionalmente observado em outras obras, sem perder a profundidade de conteúdo, apresentando a posição crítica do autor sobre a aplicação e interpretação de determinadas normas processuais, sem deixar de fornecer ao leitor os entendimentos divergentes. Os conteúdos são expostos sob a ótica do processo penal democrático e constitucional, com suporte na doutrina nacional e estrangeira, e com base na jurisprudência atualizada. Ao final de cada capítulo o autor apresenta uma síntese, que auxilia o leitor, notadamente o estudante de Direito, no entendimento dos pontos essenciais de cada tema tratado.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal.** São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609437/.

Justificativa: Na presente obra o conteúdo do curso de processo penal é tratado de forma didática e em linguagem descomplicada, facilitando a compreensão dos institutos de processo penal, mormente pelos alunos de graduação, permitindo uma visão geral e

acessível sobre a disciplina, estimulando-o ao aprofundamento do conteúdo quando necessário.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023763/.
NUCCI, G. de S. **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989422/.
MARCÃO, R. **Curso de processo penal.** São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608430/.
MAYA, A. M. **Imparcialidade e Processo Penal: Da Prevenção da Competência ao Juiz de Garantias**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492145/.
CAPEZ, F. **Processo penal simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502164932/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas, apresentado ao leitor o curso completo de processo penal, com a análise didática e abrangente de todos os institutos do processo penal, desenvolvidos durante o curso de graduação. Foram selecionados autores de carreiras jurídicas distintas e, nesse contexto, cada qual lança sua ótica sobre os temas abordados, permitindo ao leitor, e mormente ao estudante de direito, compreender os diferentes posicionamentos e teses debatidas, proporcionando a capacitação, o raciocínio crítico e o suporte argumentativo jurídico para o enfrentamento das questões que são postas no exercício da atividade jurídica.

- DIREITO CIVIL VI

Ementa:

Direito Sucessório: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais; Sucessão legítima; Sucessão Testamentária; Inventário e Partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro v 6 - direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615995/.

Justificativa: A obra Direito Civil Brasileiro, v. 6, de Carlos Roberto Gonçalves, apresenta os principais aspectos e desdobramentos doutrinários e jurisprudenciais sobre direito de família. O autor trata de temas como: poder familiar, casamento, filiação, anulação de casamento, união estável, eficácia jurídica do casamento, invalidade do casamento, impedimento do casamento, curatela, tutela, adoção, alimentos. Além de explorar o pacto antinupcial, os regimes de bens do casamento e divórcio, e outros temas. Obra indicada para alunos de graduação, pós-graduação e profissionais da área.

TARTUCE, F. **Direito Civil - Vol. 5 - Direito de Família**, 14ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983970/.

Justificativa: Flávio Tartuce é um dos mais completos civilistas do Brasil. Suas obras são excelentes. Pós-Doutor e Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUCSP. Professor Titular permanente e coordenador do mestrado da Escola Paulista de Direito (EPD). Professor e coordenador dos cursos de pós-graduação lato sensu em Direito Privado da EPD. Professor do G7 Jurídico. Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em São Paulo (IBDFAM/SP). Advogado em São Paulo, parecerista e consultor jurídico.

TEPEDINO, G.; TEIXEIRA, A. C. B. **Fundamentos do Direito Civil - Vol. 6 - Direito de**

Família. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989965/.

Justificativa: Fruto de longos anos de pesquisa e de experiência didática de seus autores, os Fundamentos se contrapõem a dois vetores que ameaçam, constantemente, o mercado editorial. O primeiro deles é a repetição acrítica da dogmática tradicional, haurida dos postulados históricos do direito romano, com cosméticas adaptações, em suas sucessivas edições, à evolução legislativa. O segundo é a aderência casuística a soluções jurisprudenciais de ocasião, que aparentemente asseguram feição prática e abrangente aos manuais, sem aprofundar, contudo, a justificativa doutrinária dos problemas jurídicos e a forma de solucioná-los. A coleção ora trazida a público, em sentido oposto, encontra-se inteiramente construída a partir do sistema instaurado pela Constituição da República de 1988, que redefiniu os modelos jurídicos com os princípios e valores que se incorporam às normas do Código Civil e à legislação infraconstitucional, estabelecendo, assim, novas bases dogmáticas que, unificadas pelo Texto Constitucional, alcançam coerência sistemática apta à compreensão dos problemas jurídicos e de seus alicerces doutrinários. No sentido de facilitar a leitura, as ideias-chave de cada capítulo encontram-se destacadas na margem das páginas. Ao final de cada capítulo, há um problema prático associado ao respectivo tema tratado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Manual de direito civil - volume único**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610648/.

SCHREIBER, S.; KONDER, C. N. **Direito Civil - Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005172/.

DONIZETI, E.; QUINTELLA, F. **Curso Didático de Direito Civil**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019513/.

RODRIGUES JUNIOR, O. L. **Direito Civil Contemporâneo - Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987381/.

CASSETARI, C. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610501/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do direito civil.

- DIREITO ADMINISTRATIVO I

Ementa:

Introdução ao Direito Administrativo. Princípios. Organização Administrativa. Poderes da Administração Pública. Atos Administrativos. Agentes Administrativos. Processo Administrativo Disciplinar. Bens Públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTO, R. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610853/.

Justificativa: Extremamente didático, o Manual de Direito Administrativo apresenta ao estudante uma visão global dos institutos, que são abordados em 4 planos distintos: a) doutrina; b) legislação; c) jurisprudência; e d) sua incidência no Exame da Ordem e em concursos públicos. No final de cada capítulo, o autor incluiu quadros sinóticos para revisão da matéria, seguidos de questões de concurso para fixação e verificação da aprendizagem.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**, 32ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984830/.
Justificativa: Esta obra desenvolve os vários temas do Direito Administrativo de forma clara e didática e com a preocupação de manter a disciplina atualizada diante das sucessivas inovações legislativas que imprimem nova feição a esse importante ramo da ciência jurídica. Além de correções e aperfeiçoamentos
NOHARA, I. P. **Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021363/.
Justificativa: Uma obra completa e voltada para diversos públicos: aos alunos de graduação, que terão contato com os assuntos da disciplina; tem uma linguagem mais simples e auxiliará na compreensão do conteúdo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALMEIDA, F. B. de. **Manual de Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610891/.
ARAS, J. **Direito Administrativo**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978051/.
MOREIRA NETO, D. de F. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5372-0/.
DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo - Pareceres**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6641-6/.
ARAGÃO, A. S. de. **Curso de Direito Administrativo**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4882-5/.
Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Administrativo, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito Administrativo, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento.

- PROCESSO DO TRABALHO
Ementa:
Da fase de Conhecimento: Do ajuizamento da Reclamação Escrita e Verbal no Processo Judicial Eletrônico; Ritos Sumaríssimo e Ordinário; Notificações das partes; Prazos processuais; Audiência; Efeitos das ausências do autor (arquivamento) e do réu (revelia e confissão); Da Conciliação; Da Mediação; Da Defesa; Das Provas; Das Decisões Interlocutórias e Sentença; Dos Recursos.
Da fase de Liquidação: Liquidação por Cálculos, Arbitramento e Artigos.
Da fase de Execução: Modalidades; Garantia do Juízo; Ferramentas Eletrônicas e Penhora de Bens; Da Venda Judicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JORGE NETO, F. F.; CAVALCANTE, J. de Q. P. **Direito Processual do Trabalho**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019162/.
Justificativa: Estudo comparado sobre a história do direito processual do trabalho na França, Alemanha, Itália, México, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos.
ULHOA, M. D. **Direito Processual do Trabalho no TST - Teoria e Práticas Modernas**. São Paulo: Grupo GEN, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4297-7/.
Justificativa: Esta obra é fruto da experiência do autor em sua militância perante o TST e busca refletir os entendimentos da maior Corte na matéria em relação aos pressupostos processuais extrínsecos e intrínsecos de recursos de sua competência. Utilizando-se de

exemplos práticos e modelos de peças processuais, o autor aprofunda o estudo das peculiaridades processuais desse Tribunal Superior, em especial, as retratadas em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, estabelecendo as diferenças entre a atuação recursal nas primeiras instâncias e nos recursos direcionados ao TST. Reporta-se ao setor do Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, com a companhia da Constituição Federal e de outros ramos que subsidiam as duas faces da Consolidação das Leis do Trabalho.

CISNEIROS, G. **Processo do Trabalho Sintetizado**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 06/2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981440/.

Justificativa: Temas recorrentes em concursos públicos e no Exame de Ordem ganham destaque nesta obra, com abordagem didática e direta, prezando pela objetividade, mas sem abdicar da análise de temas espinhosos e controvertidos que envolvem o processo trabalhista. Os principais tópicos da disciplina são explorados neste livro, desde os princípios do processo laboral, passando pela audiência trabalhista, até chegar ao sistema recursal e à fase executória, com exemplos vivenciados pelo autor e a resolução comentada de questões do Exame de Ordem. A proposta imediata desta publicação é repassar conhecimento, facilitando o caminho daquele que busca um meio ágil de consulta sobre as regras processuais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, L. **Manual de processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610594/.

ALMEIDA, A. P. de. **Curso prático de processo do trabalho**, 24ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502627017/.

MARTINS FILHO, I. G. da S. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609581/.

PINHEIRO, R. N. **Direito e Processo do Trabalho-Aplicados à Administração Pública e Fazenda Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4754-5/.

BEZERRA LEITA, C. H. **CPC – Repercussões no processo do trabalho**, 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547213435/.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Processual do Trabalho, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento.

- ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL JURÍDICA

Ementa:

Especificidade da ética: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ética e moral. Evolução histórica e clássicos do pensamento ético. A questão da ética hoje. Código de Ética e Disciplina da OAB.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, E. C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601066/.

COELHO, M. V. F. **Comentários ao novo Código de ética dos Advogados**, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219659/.
BRASIL. **Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**, 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, D. M. de.; CASTELLANA, G. B**. Psiquiatria Forense: Interfaces jurídicas, éticas e clínicas**. Porto Alegre: Artmed, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582716052/.
RACHID, A. **Dominando ética**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612321/.
REDINIZ, M. A. **Gabaritando ética da OAB**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611836/.
SANTOS, A. P. M. dos. **Legislação e ética profissional**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029019/.
ADEODATO, J. M. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência - em contraposição à ontologia de Nicolai Hartmann**, 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502197916/

- ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa:

O Estágio Supervisionado, devidamente regulamentado na IES, tem por meta enfocar a integração teoria/prática, propiciando a complementação do processo ensino/aprendizagem. Trata-se de um instrumento de inserção profissional, que proporciona aos estudantes a participação em situações reais de vida e trabalho, por meio de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - 7º SEMESTRE
CARGA HORÁRIA - 150 HORAS

TIPO	COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
VARA CÍVEL - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA
VARA CRIMINAL – TRIBUNAL DO JÚRI	RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA	20 HORAS/CADA
VARA TRABALHO - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	30 HORAS/CADA
VARA CRIMINAL – 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA

8º SEMESTRE

- PROCESSO CIVIL VI

Ementa:

Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões. Judiciais. Dos

recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Interno. Embargos de Declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça: Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTENEGRO FILHO, M. **Manual de Prática do Processo Civil**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005776/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as fontes do Direito, o cotejo histórico e jurisprudencial, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma introdução ao direito processual civil, direcionando de forma organizada e abrangente o estudo da disciplina.

LOURENÇO, H. **Processo Civil Sistematizado**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985493/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as questões processuais contemporâneas, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo críticas importantes sobre as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.

CÂMARA, A.L. **O Novo Processo Civil Brasileiro**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019575/.

Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica processual, apresenta uma visão contemporânea, onde o autor situa o Direito como resultado da experiência concreta e atual da sociedade. Pautada nas mudanças e avanços sociais, analisando as regras vigentes no direito processual e as interpretações jurisprudenciais. Referido autor é muito difundido em outras obras de autores reconhecidos, bem como, muito citado na prática processual.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO JUNIOR, G. C. de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023107/.

MELLO, P. C. de. **A perícia no novo código de processo Civil**, 1ª edição. São Paulo: Trevisan, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519851/.

RIBEIRO, M. **Processo Civil**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985738/.

TERCEIRO NETO, O. J. **Interpretação dos Atos Processuais - Coleção Processo Civil Contemporâneo**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985752/.

BUENO, C. S. **Comentários ao código de processo civil – volume X (arts. 509 a 538): da liquidação e do cumprimento de sentença**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600205/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do direito civil.

- PRÁTICA TRABALHISTA

Ementa:

Petição Inicial; Contestação; Réplica; Razões Finais; Recurso Ordinário, Contrarrazões, Recurso Adesivo; Embargos De Declaração; Agravo de Instrumento; Recurso de Revista; Ação Rescisória e Recurso Extraordinário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JORGE NETO, F. F.; CAVALCANTE, J. de Q. P. **Direito Processual do Trabalho**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019162/.

Justificativa: Estudo comparado sobre a história do direito processual do trabalho na França, Alemanha, Itália, México, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

ULHOA, M. D. **Direito Processual do Trabalho no TST - Teoria e Práticas Modernas**. São Paulo: Grupo GEN, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4297-7/.

Justificativa: Esta obra é fruto da experiência do autor em sua militância perante o TST e busca refletir os entendimentos da maior Corte na matéria em relação aos pressupostos processuais extrínsecos e intrínsecos de recursos de sua competência. Utilizando-se de exemplos práticos e modelos de peças processuais, o autor aprofunda o estudo das peculiaridades processuais desse Tribunal Superior, em especial, as retratadas em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, estabelecendo as diferenças entre a atuação recursal nas primeiras instâncias e nos recursos direcionados ao TST. Reporta-se ao setor do Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, com a companhia da Constituição Federal e de outros ramos que subsidiam as duas faces da Consolidação das Leis do Trabalho.

CISNEIROS, G. **Processo do Trabalho Sintetizado**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 06/2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981440/.

Justificativa: Temas recorrentes em concursos públicos e no Exame de Ordem ganham destaque nesta obra, com abordagem didática e direta, prezando pela objetividade, mas sem abdicar da análise de temas espinhosos e controvertidos que envolvem o processo trabalhista. Os principais tópicos da disciplina são explorados neste livro, desde os princípios do processo laboral, passando pela audiência trabalhista, até chegar ao sistema recursal e à fase executória, com exemplos vivenciados pelo autor e a resolução comentada de questões do Exame de Ordem. A proposta imediata desta publicação é repassar conhecimento, facilitando o caminho daquele que busca um meio ágil de consulta sobre as regras processuais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, L. **Manual de processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610594/.

ALMEIDA, A. P. de. **Curso prático de processo do trabalho**, 24ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502627017/.

MARTINS FILHO, I. G. da S. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609581/.

PINHEIRO, R. N. **Direito e Processo do Trabalho-Aplicados à Administração Pública e Fazenda Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4754-5/.

BEZERRA LEITA, C. H. **CPC – Repercussões no processo do trabalho**, 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547213435/.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Processual do Trabalho, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento.

- DIREITO CIVIL VII

Ementa:

fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais; Sucessão legítima; Sucessão Testamentária; Inventário e Partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**. SP: Saraiva, vol. 6 Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615995/

Justificativa: A obra Direito Civil Brasileiro, v. 6, de Carlos Roberto Gonçalves, apresenta os principais aspectos e desdobramentos doutrinários e jurisprudenciais sobre direito das sucessões. Obra indicada para alunos de graduação, pós-graduação e profissionais da área.

TARTUCE, F. **Direito Civil - Direito das Sucessões**, 14ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983970/.

Justificativa: Flávio Tartuce é um dos mais completos civilistas do Brasil. Suas obras são excelentes. Pós-Doutor e Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUCSP. Professor Titular permanente e coordenador do mestrado da Escola Paulista de Direito (EPD). Professor e coordenador dos cursos de pós-graduação lato sensu em Direito Privado da EPD. Professor do G7 Jurídico. Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em São Paulo (IBDFAM/SP). Advogado em São Paulo, parecerista e consultor jurídico.

TEPEDINO, G.; TEIXEIRA, A. C. B. **Fundamentos do Direito Civil - Direito das Sucessões**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989965/.

Justificativa: Fruto de longos anos de pesquisa e de experiência didática de seus autores, os Fundamentos se contrapõem a dois vetores que ameaçam, constantemente, o mercado editorial. O primeiro deles é a repetição acrítica da dogmática tradicional, haurida dos postulados históricos do direito romano, com cosméticas adaptações, em suas sucessivas edições, à evolução legislativa. O segundo é a aderência casuística a soluções jurisprudenciais de ocasião, que aparentemente asseguram feição prática e abrangente aos manuais, sem aprofundar, contudo, a justificativa doutrinária dos problemas jurídicos e a forma de solucioná-los. A coleção ora trazida a público, em sentido oposto, encontra-se inteiramente construída a partir do sistema instaurado pela Constituição da República de 1988, que redefiniu os modelos jurídicos com os princípios e valores que se incorporam às normas do Código Civil e à legislação infraconstitucional, estabelecendo, assim, novas bases dogmáticas que, unificadas pelo Texto Constitucional, alcançam coerência sistemática apta à compreensão dos problemas jurídicos e de seus alicerces doutrinários. No sentido de facilitar a leitura, as ideias-chave de cada capítulo encontram-se destacadas na margem das páginas. Ao final de cada capítulo, há um problema prático associado ao respectivo tema tratado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Manual de direito civil - volume único**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610648/.

SCHREIBER, S.; KONDER, C. N. **Direito Civil - Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005172/.

DONIZETI, E.; QUINTELLA, F. **Curso Didático de Direito Civil**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019513/.
RODRIGUES JUNIOR, O. L. **Direito Civil Contemporâneo - Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987381/.
CASSETARI, C. **Elementos de Direito Civil.** São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610501/.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do direito civil.

- DIREITO ADMINISTRATIVO II
Ementa:
Atos Administrativos. Licitação. Contratos Administrativos: conceito, espécies, controle e fiscalização. Controle da Administração Pública: controle, modalidade, privilégios da administração pública em juízo. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio Público. Bens Públicos. Recursos Naturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**, 32ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984830/.
Justificativa: Esta obra desenvolve os vários temas do Direito Administrativo de forma clara e didática e com a preocupação de manter a disciplina atualizada diante das sucessivas inovações legislativas que imprimem nova feição a esse importante ramo da ciência jurídica. Além de correções e aperfeiçoamentos
MAZZA. Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 11ªed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593266/.
Justificativa: Extremamente didático, o Manual de Direito Administrativo apresenta ao estudante uma visão global dos institutos, que são abordados em 4 planos distintos: a) doutrina;b) legislação;c) jurisprudência; e d) sua incidência no Exame da Ordem e em concursos públicos. No final de cada capítulo, o autor incluiu quadros sinóticos para revisão da matéria, seguidos de questões de concurso para fixação e verificação da aprendizagem.
NOHARA, I. P. **Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021363/.
Justificativa: Uma obra completa e voltada para diversos públicos: aos alunos de graduação, que terão contato com os assuntos da disciplina; tem uma linguagem mais simples e auxiliará na compreensão do conteúdo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALMEIDA, F. B. de. **Manual de Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610891/.
ARAS, J. **Direito Administrativo**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978051/.
MOREIRA NETO, D. de F. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5372-0/.
DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo - Pareceres**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6641-6/.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Administrativo, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito Administrativo, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento.

- METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa:

Produção do conhecimento e produção de sentido: ciência e epistemologia. Principais escolas hermenêuticas. Especificidades e conceito de hermenêutica jurídica. Os modos de produção do direito. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Lógica e hermenêutica. Interpretação do direito. Integração do direito. Antinomias jurídicas. Aplicação do direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622470. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622470/.

Justificativa: a obra se constrói na lógica da busca do conhecimento e em torno do conceito de método, se desenrolando em partes específicas que fornecem luzes a temas importantes e de conhecimento necessário para aquele que pretende desenvolver a pesquisa científica e, com isso, lidar com informações, argumentos, textos jurídicos, dados e fontes de pesquisa na preparação de monografia, dissertação ou tese, além de outras modalidades de textos científicos.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa do direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/.

Justificativa: a presente obra contempla as diretrizes formais da ABNT publicadas até o ano de 2022, possibilitando aos pesquisadores e alunos instrumentos teóricos e metodológicos imprescindíveis para a construção e o desenvolvimento de pesquisas diferenciadas e inovadoras nas mais diferentes áreas do conhecimento.

QUEIROZ, Rafael Mafei R. **Monografia Jurídica - Passo a Passo - Projeto, Pesquisa, Redação, Formatação**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6298-2. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6298-2/.

Justificativa: corresponde a um guia para questões práticas e teóricas que quase sempre surgem no caminho de quem tem de fazer uma monografia jurídica, o que usualmente se dá no contexto de conclusão formal de algum programa educacional (de graduação ou pós-graduação), visando a algum título universitário específico.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Manolita C. **Monografia - a engenharia da produção acadêmica**. Revista e atualizada - 2ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502088771. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088771/.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597011760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/.

LEHFELD, Lucas de S. **Monografia Jurídica - Guia Prático**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6530-3. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6530-3/.

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos**, 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502626553. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502626553/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem

informações fundamentais à Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica, permitindo que o aluno alcance uma base sólida na construção de suas pesquisas acadêmicas.

- DIREITO ELEITORAL

Ementa:

Conceito, definição, importância, relações com outras ciências e com os principais ramos do Direito. Ciências jurídicas e o direito eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, J. J. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024630/.

GOMES, J. J. **Direito Eleitoral Essencial**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980894/.

GONÇALVES, L. C. dos S. **Direito Eleitoral**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017540/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, R. C. R. **Manual de Direito Eleitoral**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016772/.

VASCONCELO, V. **Direito eleitoral**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600014/.

CERQUEIRA, T. T. **Direito eleitoral esquematizado** / Thales Tácito Cerqueira e Camila Albuquerque Cerqueira; coordenação Pedro Lenza. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502624702/.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CHIMENTI, R. C. **Coleção Sinopses Jurídicas – Volume 29 – Direito Eleitoral**, 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547217501/.

- ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa:

O Estágio Supervisionado, devidamente regulamentado na IES, tem por meta enfocar a integração teoria/prática, propiciando a complementação do processo ensino/aprendizagem. Trata-se de um instrumento de inserção profissional, que proporciona aos estudantes a participação em situações reais de vida e trabalho, por meio de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - 8º SEMESTRE
CARGA HORÁRIA - 150 HORAS

TIPO	COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
VARA CÍVEL - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA

VARA CRIMINAL – 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA	20 HORAS/CADA
VARA TRABALHO - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA
PRÁTICA JURÍDICA (TRABALHISTA)	PROTOCOLO NO NPJ – 10 PEÇAS DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA	30 HORAS

9º SEMESTRE

- PRÁTICA CÍVEL

Ementa:

(CIVIL E PROCESSO CIVIL) Petição Inicial - regra geral. Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial. Fixação de Alimentos, Execução de Alimentos, Contestação, Embargos e Réplica, Reconvenção, Alegações Finais, Agravo de Instrumento e Agravo Retido, Embargos Declaratórios, Recurso.s de Apelação, Recurso Adesivo, Recurso Especial, Recurso Ordinário, Recurso Ordinário, Recurso Extraordinário, Mandado de Segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHACON, L. F. R. **Manual de prática forense civil**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600755/.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, apresenta conteúdo abrangente demonstrando as particularidades das peças práticas da esfera cível, trazendo a revisão de todos os conceitos, prazos e pedidos. Apresenta enunciados aplicados nos Exames de Ordem Nacional, com espelho de correção e modelo detalhado.

BARROSO, D.; PIMENTA, E.; VICTALINO, A. C.; PAULINO, C.; GARCIA, V. **Col. Prática Forense - Prática civil**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618200.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, apresenta quadros-resumos, destaques e modelos, facilitando a fixação e o aprendizado dos temas mais recorrentes em concursos e nos Exames de Ordem. Ainda propicia uma revisão geral observando as diretrizes da jurisprudência e da doutrina dominantes sobre cada tema abordado.

Sá, R. M.; Aguirre, J. **Prática Civil**. 10ª Edição. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618064

Justificativa: A obra, de forma clara e prática, fornece o instrumental necessário para o exercício das mais diversas atividades práticas na área cível, contendo roteiro dinâmico para a sua formulação, possibilitando a aprendizagem e fixação de informações essenciais para o eficiente desenvolvimento das peças processuais, preparando o aluno para o Exame de Ordem.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, C. S. **Manual de Direito Processual Civil - volume único**. 6ª Edição. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618040

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Manual de direito civil - volume único**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610648/.

GONÇALVES, M. V. R. **Direito Processual Civil: Esquematizado**. 11ª Edição. São

Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615933
RODRIGUES JUNIOR, O. L. **Direito Civil Contemporâneo - Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987381/.
SANTOS, E. F. dos. **Manual de Direito Processual Civil v. 1** - 16ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547211172/.
TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil: Volume Único**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989040

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem conteúdos fundamentais ao desenvolvimento das principais peças processuais do Direito Processual Civil, contemplando o Direito Material essencial para a fundamentação de cada peça processual. Além disso, os renomados Doutrinadores, explicam de forma clara e objetiva todas as garantias do Direito Civil, Constituição Federal e demais Leis, permitindo aos discentes o desenvolvimento do raciocínio crítico e formação do pensamento jurídico.

- DIREITO AMBIENTAL

Ementa:

Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito ambiental: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. O direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. As conferências internacionais sobre meio ambiente e ecologia. O programa das Nações Unidas para o meio ambiente. Princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. A questão ambiental e a educação. Princípios e objetivos da educação ambiental. A educação como fator de defesa do patrimônio natural/cultural. Desenvolvimento Sustentado. Planejamento ambiental. impacto ambiental. Conservação e valorização ambiental. Emergência do paradigma ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, F. M. G. de. **Direito Ambiental**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530975678/.

Justificativa: A obra acima contempla informações fundamentais ao estudo do Direito Ambiental. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

MUKAI, T. **Direito Ambiental Sistematizado**, 10ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530970918/.

Justificativa: A obra acima contempla informações fundamentais ao estudo do Direito Ambiental. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608829/.

Justificativa: A obra acima contempla informações fundamentais ao estudo do Direito Ambiental. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, P. de B. **Direito Ambiental**, 20ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016819/.

BELTRÃO, A. F. G. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5812-1/.

TRENNEPOHI, T. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600953/.

GRANZIERA, M. L. M, REI, F. **Direito Ambiental Internacional: Avanços e Retrocessos**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497911/.

ALMEIDA, U. R. de. **Tutela de Urgência no Direito Ambiental: Instrumento de Efetivação do Princípio da Precaução**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000979/.

Justificativa: A obra acima contempla informações fundamentais ao estudo do Direito Ambiental. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO I

Ementa:

Direito Financeiro: fontes, conceitos e princípios fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Normas gerais de direito financeiro. Direito Tributário: fontes, princípios e conceitos fundamentais do Direito Tributário; problemas e temas relevantes do Direito Tributário; fundamentos históricos e constitucionais. Sistema Tributário Nacional: princípios constitucionais tributários. Competência impositiva. Limitações Constitucionais ao poder de tributar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, L. **Direito Tributário Brasileiro**. 22ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/.

Justificativa: considerada uma das obras mais importantes e influentes no Direito Tributário, este livro do Professor Luciano Amaro, agora em sua 22ª edição, permanece atual e moderno, além de configurar uma referência doutrinária tanto para os alunos da graduação e da pós-graduação, quanto para os profissionais que militam na área tributária. As sucessivas reedições são o reflexo da qualidade e confiabilidade da obra, que representa um guia seguro para a compreensão dos conceitos e fundamentos do complexo sistema tributário brasileiro.

CASSONE, V. **Direito Tributário**, 28ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015706/.

Justificativa: O Direito Tributário guia-se, essencialmente, por princípios e regras próprios. Dispostos no extenso sistema tributário nacional, são compostos pelos artigos 145 a 162; 184, § 5º; 194; 195; 212, § 5º; 239 e 240, todos da CF/1988, com alterações posteriores. Em tais artigos, são contemplados os seguintes tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios. Por sua importância, o autor cuidou de modo especial dos institutos da incidência, da não incidência, da imunidade, da isenção e da alíquota zero, que, juntamente com os princípios constitucionais tributários e a classificação dos tributos, representam o alicerce e o ponto de partida para bem compreender a disciplina tributária.

COELHO, S. C. N. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.

Justificativa: Balizado na larga experiência nos Poderes Executivo e Judiciário e na

intensa advocacia especializada, o livro Curso de Direito Tributário Brasileiro é fruto da maturidade jurídica do Autor. Suas seguidas reedições devem-se não somente à necessidade de constante atualização, em face das mutações do sistema pátrio, mas à grande aceitação da obra pelo seu público. Neste Curso, o Professor Sacha Calmon traz estudos que transcendem a disciplina, que se justificam, no entanto, na medida em que identificamos a interferência deles no campo do Direito Tributário. A primeira parte, dedicada à Filosofia do Direito, faz uma reflexão madura sobre o papel e os fins do Direito e sua importância para o convívio social. A segunda apresenta estudo da norma jurídica como categoria epistemológica da Ciência do Direito, dotando o leitor de uma visão ampla e abrangente do fenômeno jurídico. Adentrando a temática tributária, na Parte Constitucional, é apresentado estudo de cada dispositivo da CF que possui repercussão direta no Direito Tributário. Com a mesma minúcia, faz análise exauriente do Direito Tributário que habita o CTN, bem como das leis complementares posteriores, sem descurar da análise estrutural de todos os impostos de nosso sistema tributário. Trata-se de Curso que possui reconhecida qualidade doutrinária e que está totalmente atualizado com as constantes mudanças do Texto Constitucional e das leis complementares que tratam da matéria tributária, constituindo-se em leitura fundamental para os estudiosos do Direito Tributário.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, E. **Direito Tributário e Constituição - Estudos e Pareceres**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003185/.

CARNEIRO, C. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615872/.

PEREIRA, F. C.; QUINTANILHA, G. S. **Mandado de segurança no direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547209896/.

MAZZA, A. **Manual de Direito Tributário na prática**. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547222055/.

SABBAG, E. **Série Método de Estudo OAB - Direito Tributário**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982782/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Financeiro e Tributário.

- DIREITO DO CONSUMIDOR

Ementa:

Direito do consumidor: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Legislação brasileira específica. Direitos básicos do consumidor. Qualidade dos produtos e serviços e Reparação de danos. Práticas Comerciais. Proteção contratual. Defesa do consumidor em juízo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOLZAN, Fabrício. **Direito do Consumidor esquematizado**. SP:Saraiva, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592788/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.0609

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as fontes do Direito, o cotejo histórico e jurisprudencial, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma introdução ao direito consumerista, direcionando de forma organizada e abrangente o estudo da disciplina.

Além disso, apresenta exercícios e indicações de questões que caíram em concursos jurídicos.

CAVALIERI F, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022414/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-231009%5D%400:0.101

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, permite o contato direto com as questões históricas chegando ao contemporâneo, traduzindo-se numa sólida base de aprendizado. Apresenta, em cada um de seus capítulos, uma análise principiológica e interpretativa da legislação vigente, bem como trazendo as interpretações jurisprudenciais atuais dos temas estudados.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. 13 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607532/cfi/0!/4/4@0.00:0.00

Justificativa: A obra, clássico da literatura jurídica consumerista, apresenta uma visão culturalista, onde o autor situa o Direito como resultado da experiência concreta da sociedade. Pautada nas mudanças e avanços sociais desde a Revolução Industrial, tratando do consumo e produção em massa, com enfoque na proteção do consumidor e da devida interpretação dos princípios e normas legais que regem as relações de consumo e o mercado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO Jr., Gediel Claudino de. *Prática no Direito do Consumidor* . Grupo GEN, 2020.Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026368/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-956551%5D%400:0

FILOMENO. José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do consumidor**. 15. Ed. – São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017069/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-187248%5D%400:0.00

GRINOVER, Ada P.; WATANABE, Kazuo; NERY JR., Nelson. **Código Brasileiro do Consumidor; comentado pelos autores do anteprojeto**. 12 ed. RJ: Forense, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982867/recent

MANCUSO, Rodolfo. **Manual do Consumidor em Juízo**. Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592375/pageid/0

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor - Direito Material e Processual - v. Único**. Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989712/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-418878%5D%400:0.101

Justificativa: As obras apresentam uma visão culturalista, pautadas nas mudanças e avanços sociais desde a Revolução Industrial, tratando do consumo e produção em massa, com enfoque na proteção do consumidor e da devida interpretação dos princípios e normas legais que regem as relações de consumo e o mercado.

- DIREITO EMPRESARIAL I

Ementa:

História do Direito Comercial. Caracterização da Atividade Empresarial. Empresário Individual e Sociedade Empresária. Obrigações Burocráticas do Empresário. Teoria Geral do Estabelecimento Empresarial. Bens Materiais e Imateriais do estabelecimento empresarial. Alienação do Estabelecimento Empresarial. Proteção ao Ponto Comercial. Teoria Geral do Direito Societário. Definição de Sociedade Empresária. O Sócio.

Classificação das Sociedades. Tipos Societários. Sociedades Despersonificadas. Sociedades Simples. Sociedades Limitadas. Sociedades Anônimas. Sociedade Cooperativa. Sociedade Dependente de Autorização. Títulos de Crédito. Noções básicas e sua teoria. Estudo específico dos diversos títulos de créditos mercantis. Noções gerais sobre títulos industriais e rurais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEGRÃO, R. **Manual de Direito Empresarial**. 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616190/.

Justificativa: De forma sistemática e detalhada, o manual aborda toda a disciplina do Direito Empresarial exigida nos semestres destinados ao estudo do Direito Empresarial nos cursos de graduação. Partindo da evolução histórica e da autonomia do direito comercial, o manual trata do empresário, dos diversos tipos societários e das modernas construções da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e da sociedade limitada unipessoal. A avaliação do estabelecimento comercial e de seus componentes, como o ponto comercial, as marcas e patentes, é realizada como objeto do desenvolvimento da empresa e termina por se aperfeiçoar com o estudo da disciplina dos contratos empresariais, dos títulos de créditos e, diante de eventual crise que possa acometer essa atividade, dos institutos da recuperação de empresas e falência. Sua clareza e profundidade contribuem para uma melhor compreensão dos diversos institutos jurídicos afetos ao Direito Empresarial.

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. V 1**. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616671/.

Justificativa: O Curso de direito empresarial tem como objetivo fundamental apresentar um estudo detalhado do direito empresarial e, em toda a coleção, faz-se uma análise detalhada da doutrina nacional e estrangeira, clássica e contemporânea, bem como da jurisprudência mais atualizada dos Tribunais nacionais. Este volume abrange a teoria geral do direito empresarial e do direito societário, da maneira mais didática possível.

CRUZ, A. S. **Direito Empresarial - Volume Único**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985523/.

Justificativa: Obra atualizada com a revisão de alguns assuntos atingidos por alterações legislativas e com a inserção de diversos julgados importantes do Superior Tribunal de Justiça. O grande destaque desta nova edição são as mudanças provocadas pela Lei 13.874/2019, batizada de Lei da Liberdade Econômica. Merecem menção também a Lei 13.966/2019 (nova Lei de Franquias), a Lei Complementar 167/2019, que criou a Empresa Simples de Crédito (ESC) e a Empresa Simples de Inovação (Inova Simples), e a Lei Complementar 169/2019, que ressuscitou a sociedade de garantia solidária.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VENOSA, S. de S.; RODRIGUES, C. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/.

SANCHEZ, A. **Direito Empresarial Sistematizado**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978785/.

MAMEDE, G. **Direito Empresarial Brasileiro - Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024135/.

FINKELSTEIN, M. E. **Manual de Direito Empresarial**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008975/.

KLEINDIENST, A. C. **Estudos aplicados de direito empresarial: societário** / coordenação Ana Cristina Kleindienst. São Paulo: Almedina, 2019. Vários autores. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935208/NADER, P.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Empresarial, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito Empresarial, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento.

- METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
Ementa:
Conceito, definição, importância, relações metodológicas, normas. Pesquisa científica acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BITTAR, E. C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para concursos de direito**. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204143/.
ALBENIDES, R**. Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Grupo GEN, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465989/.
MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BARROS, Susane. Rosa, Flávia. RIBEIRO, Elizabeth M. **Princípios e técnicas para elaboração de textos acadêmicos**. Susane Barros, Flávia Rosa e Elizabeth Matos Ribeiro. - 1ª edição - 1ª reimpressão. Salvador: UFBA, 2017. 120 p. ilust. Disponível em https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174974/4/eBook_Principios_e_Tecnicas_para_Elaboracao_de_Textos_Academicos-Especializacao_em_Gestao_de_Pessoas_UFBA.pdf
ARAGÃO, José Wellington Marinho de. **Metodologia Científica**. [recurso eletrônico] / José Wellington Marinho de Aragão, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. - Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. 51 p.: il. Disponível em https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf
PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber CristianoProdanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf
BELLO, Enzo. **Metodologia da pesquisa em direito [recurso eletrônico]** / coordenadores Enzo Bello, Wilson Engelmann. - Caxias do Sul, RS: Educs, 2015. Disponível em https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_metodologia_da_pesquisa.pdf
LAMY, Marcelo. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação** / Marcelo Lamy. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em http://lelivros.love/book/download-metodologia-da-pesquisa-juridica-tecnicas-de-investigacao-argumentacao-e-redacao-marcelo-lamy-em-epub-mobi-e-pdf/#tab-additional_information

- ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Ementa:
O Estágio Supervisionado, devidamente regulamentado na IES, tem por meta enfocar a integração teoria/prática, propiciando a complementação do processo ensino/aprendizagem. Trata-se de um instrumento de inserção profissional, que proporciona aos estudantes a participação em situações reais de vida e trabalho, por meio de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - 9º SEMESTRE
CARGA HORÁRIA - 150 HORAS

TIPO	COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
VARA CÍVEL - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA
VARA CRIMINAL – 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DA AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA
VARA TRABALHO - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA
PRÁTICA JURÍDICA (PRÁTICA CÍVEL)	PROTOCOLO NO NPJ – 10 PEÇAS DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA (NPJ-e)	30 HORAS

10º SEMESTRE

- PRÁTICA PENAL
Ementa:
Requerimento para instauração de Inquérito Policial; Queixa crime; Relaxamento de prisão em flagrante; Liberdade provisória; Resposta, Defesa preliminar e defesa prévia; Memoriais Finais; Recurso em Sentido Estrito; Recurso de Apelação; Agravo em execução; Embargos infringentes e de nulidade; Embargos de declaração; Carta Testemunhável; Recurso Ordinário Constitucional; Recurso Extraordinário; Habeas Corpus; Mandado de Segurança; Revisão Criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
PRADO, L. R. **Tratado de Direito Penal Brasileiro - Parte Especial - Vol. 2**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984656/.
Justificativa: com vistas à solução de questões práticas e com detalhada análise doutrinária, referências às decisões gráficas de tribunais superiores e quadro sinóticos ao final dos capítulos. A obra abarca toda a matéria relativa às Partes Geral e Especial do Direito Penal, sem perder sua essência, profundidade e viés pragmático.
LOPES JUNIOR, A. **Direito processual penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590005/

Justificativa: A obra aborda todos os temas da disciplina, de forma objetiva e estilo diverso do tradicionalmente observado em outras obras, sem perder a profundidade de conteúdo, apresentando a posição crítica do autor sobre a aplicação e interpretação de determinadas normas processuais, sem deixar de fornecer ao leitor os entendimentos divergentes. Os conteúdos são expostos sob a ótica do processo penal democrático e constitucional, com suporte na doutrina nacional e estrangeira, e com base na jurisprudência atualizada. Ao final de cada capítulo o autor apresenta uma síntese, que auxilia o leitor, notadamente o estudante de Direito, no entendimento dos pontos essenciais de cada tema tratado.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619160/.

Justificativa: Na presente obra o conteúdo do curso de processo penal é tratado de forma didática e em linguagem descomplicada, facilitando a compreensão dos institutos de processo penal, mormente pelos alunos de graduação, permitindo uma visão geral e acessível sobre a disciplina, estimulando-o ao aprofundamento do conteúdo quando necessário.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Código Penal. Decreto-lei 2848 de 07/12/1940**. Barueri: Manole, 4ª ed., 2019. (Disponível em https://bv4.digitalpages.com.br/?from=#/legacy/169389).

BRASIL. **Constituição Federal**. Barueri: Manole, 11ª ed., 2019. (Disponível em https://bv4.digitalpages.com.br/?from=#/legacy/169386).

MASSON, Kleber. **Código Penal Comentado**. Saraiva, 7ª ed., 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo: RT, 2019.

LENZA, Pedro; GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios; BALTAZAR, José Paulo Júnior. **Legislação Penal Especial Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 5ª ed, 2019.

Justificativa: As obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Penal. Seus conteúdos contemplam desde os princípios norteadores como as regras basilares de aplicabilidade na área, além de questões controversas e de entendimento comum, analisados em ângulos distintos.

- DIREITO EMPRESARIAL II

Ementa:

Contratos empresariais – Parte 02 - Recuperação judicial e falência: caracterização, declaração e efeitos jurídicos. Administrador. Crimes falimentares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEGRÃO, R. **Manual de Direito Empresarial**. 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616190/.

Justificativa: De forma sistemática e detalhada, o manual aborda toda a disciplina do Direito Empresarial exigida nos semestres destinados ao estudo do Direito Empresarial nos cursos de graduação. Partindo da evolução histórica e da autonomia do direito comercial, o manual trata do empresário, dos diversos tipos societários e das modernas construções da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e da sociedade limitada unipessoal. A avaliação do estabelecimento comercial e de seus componentes, como o ponto comercial, as marcas e patentes, é realizada como objeto do desenvolvimento da empresa e termina por se aperfeiçoar com o estudo da disciplina dos contratos empresariais, dos títulos de créditos e, diante de eventual crise que possa acometer essa atividade, dos institutos da recuperação de empresas e falência. Sua clareza e profundidade contribuem para uma melhor compreensão dos diversos institutos jurídicos afetos ao Direito Empresarial.

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. V 1**.

São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616671/.
Justificativa: O Curso de direito empresarial tem como objetivo fundamental apresentar um estudo detalhado do direito empresarial e, em toda a coleção, faz-se uma análise detalhada da doutrina nacional e estrangeira, clássica e contemporânea, bem como da jurisprudência mais atualizada dos Tribunais nacionais. Este volume abrange a teoria geral do direito empresarial e do direito societário, da maneira mais didática possível.
CRUZ, A. S. **Direito Empresarial - Volume Único**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985523/.
Justificativa: Obra atualizada com a revisão de alguns assuntos atingidos por alterações legislativas e com a inserção de diversos julgados importantes do Superior Tribunal de Justiça. O grande destaque desta nova edição são as mudanças provocadas pela Lei 13.874/2019, batizada de Lei da Liberdade Econômica. Merecem menção também a Lei 13.966/2019 (nova Lei de Franquias), a Lei Complementar 167/2019, que criou a Empresa Simples de Crédito (ESC) e a Empresa Simples de Inovação (Inova Simples), e a Lei Complementar 169/2019, que ressuscitou a sociedade de garantia solidária.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
VENOSA, S. de S.; RODRIGUES, C. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/.
SANCHEZ, A. **Direito Empresarial Sistematizado**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978785/.
MAMEDE, G. **Direito Empresarial Brasileiro - Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024135/.
FINKELSTEIN, M. E. **Manual de Direito Empresarial**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008975/.
KLEINDIENST, A. C. **Estudos aplicados de direito empresarial: societário** / coordenação Ana Cristina Kleindienst. São Paulo: Almedina, 2019. Vários autores. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935208/NADER, P.
Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Empresarial, permitindo que o aluno alcance uma base sólida no estudo do Direito Empresarial, aproximando aspectos práticos e conceituais dessa área do conhecimento.

- DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II
Ementa:
Crédito Tributário; Garantias e Privilégios do Crédito Tributário; Processo Administrativo Tributário; Processo Judicial Tributário – Mandado de Segurança, Ação de Repetição de Indébito, Ação Anulatória; Infrações à Legislação Tributária e Sanções Tributárias (Direito tributário penal); Tributos: federais estaduais e municipais; Direito tributário e integração: União européia e Mercosul.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AMARO, L. **Direito Tributário Brasileiro**. 22ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/.
Justificativa: considerada uma das obras mais importantes e influentes no Direito Tributário, este livro do Professor Luciano Amaro, agora em sua 22ª edição, permanece atual e moderno, além de configurar uma referência doutrinária tanto para os alunos da graduação e da pós-graduação, quanto para os profissionais que militam na área tributária. As sucessivas reedições são o reflexo da qualidade e confiabilidade da obra,

que representa um guia seguro para a compreensão dos conceitos e fundamentos do complexo sistema tributário brasileiro.

CASSONE, V. **Direito Tributário**, 28ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015706/.

Justificativa: O Direito Tributário guia-se, essencialmente, por princípios e regras próprios. Dispostos no extenso sistema tributário nacional, são compostos pelos artigos 145 a 162; 184, § 5º; 194; 195; 212, § 5º; 239 e 240, todos da CF/1988, com alterações posteriores. Em tais artigos, são contemplados os seguintes tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios. Por sua importância, o autor cuidou de modo especial dos institutos da incidência, da não incidência, da imunidade, da isenção e da alíquota zero, que, juntamente com os princípios constitucionais tributários e a classificação dos tributos, representam o alicerce e o ponto de partida para bem compreender a disciplina tributária.

COELHO, S. C. N. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.

Justificativa: Balizado na larga experiência nos Poderes Executivo e Judiciário e na intensa advocacia especializada, o livro Curso de Direito Tributário Brasileiro é fruto da maturidade jurídica do Autor. Suas seguidas reedições devem-se não somente à necessidade de constante atualização, em face das mutações do sistema pátrio, mas à grande aceitação da obra pelo seu público. Neste Curso, o Professor Sacha Calmon traz estudos que transcendem a disciplina, que se justificam, no entanto, na medida em que identificamos a interferência deles no campo do Direito Tributário. A primeira parte, dedicada à Filosofia do Direito, faz uma reflexão madura sobre o papel e os fins do Direito e sua importância para o convívio social. A segunda apresenta estudo da norma jurídica como categoria epistemológica da Ciência do Direito, dotando o leitor de uma visão ampla e abrangente do fenômeno jurídico. Adentrando a temática tributária, na Parte Constitucional, é apresentado estudo de cada dispositivo da CF que possui repercussão direta no Direito Tributário. Com a mesma minúcia, faz análise exauriente do Direito Tributário que habita o CTN, bem como das leis complementares posteriores, sem descurar da análise estrutural de todos os impostos de nosso sistema tributário. Trata-se de Curso que possui reconhecida qualidade doutrinária e que está totalmente atualizado com as constantes mudanças do Texto Constitucional e das leis complementares que tratam da matéria tributária, constituindo-se em leitura fundamental para os estudiosos do Direito Tributário.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, E. **Direito Tributário e Constituição - Estudos e Pareceres**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003185/.

CARNEIRO, C. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615872/.

PEREIRA, F. C.; QUINTANILHA, G. S. **Mandado de segurança no direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547209896/.

MAZZA, A. **Manual de Direito Tributário na prática**. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547222055/.

SABBAG, E. **Série Método de Estudo OAB - Direito Tributário**, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982782/.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas por incluírem informações fundamentais ao estudo do Direito Financeiro e Tributário.

- ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

Ementa:

Ética e Direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica: Ética Geral e Profissional.** SP: Saraiva Educação.

Justificativa: A obra, de maneira objetiva e didática, apresenta conteúdo abrangente demonstrando a historicidade e evolução do conceito de Ética, suas particularidades e importância nas relações humanas. A obra aborda também, a importância da Ética nas carreiras jurídicas, fornecendo aos acadêmicos o entendimento de que sem ética não há justiça.

NALINI, J. R**. Ética geral e profissional**. SP: RT.

Justificativa: A obra aborda todos os temas da disciplina, de forma objetiva apresentando o conceito, a evolução histórica da Ética, salientando a sua importância no exercício profissional.

OAB - **Código de Ética e Disciplina da OAB**

Justificativa: A norma aplica-se a todos os profissionais inscritos no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil, apresentando de forma objetiva os direitos e deveres dos Advogados, as normas de atuação e sigilo, publicidade, honorários e o procedimento disciplinar; sendo então uma obra essencial para o exercício da advocacia.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - Lei nº 8.906/1994**.

BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de Ética Jurídica**: SP: Saraiva

OAB – **Regulamento Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.**

RODRIGUES, William Gustavo, SALVI, Taísa Lucia, et al. **Ética Geral e Jurídica**. RS: Sagah Educação

SÁ, Antonio Lopes. **Ética Profissional**. SP: Atlas.

Justificativa: A obras acima complementam as referências básicas, apresentado ao leitor o curso completo de ética geral e profissional, com o conhecimento dos dispositivos legais e sua teoria geral. Foram selecionados autores de carreiras jurídicas distintas e, nesse contexto, cada qual lança sua ótica sobre a importância da ética profissional, proporcionando a capacitação, o raciocínio crítico e o suporte argumentativo jurídico para o enfrentamento das questões que são postas no exercício jurídica.

- DIREITO DIGITAL

Ementa:

Sociedade da informação. As novas tecnologias de informação e comunicação. Introdução aos mecanismos de governança da internet no Brasil e no mundo. Regulação do ambiente online e o Marco Civil da Internet. Direitos e deveres no ciberespaço. Responsabilidade de usuários, provedores e governo. Inovação nas tecnologias de informação e comunicação. Propriedade intelectual na era digital. Acessibilidade, inclusão digital e ciberativismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação: A tutela jurídica do meio ambiente digital. São Paulo: Editora Saraiva. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito E Internet. Liberdade De Informação, Privacidade E Responsabilidade Civil. Editora: Atlas. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.
PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito digital. São Paulo: Editora Saraiva. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. O marco civil da Internet e o meio ambiente digital na sociedade da informação: Comentários à Lei n. 12.965/2014. São Paulo: Editora Saraiva. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/.
NETTO, José Carlos Costa. Direito Autoral no Brasil. São Paulo: Editora Saraiva. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.
SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual: Propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. Editora Manole. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.
TEIXEIRA, Tarcisio. Comércio eletrônico: conforme o marco civil da internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil. São Paulo: Editora Saraiva. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.

- DIREITO ECONÔMICO

Ementa:

Conceito, definição, importância, relações com outras ciências e com os principais ramos do Direito. Economia jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 22ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/.
CASSONE, V. Direito Tributário, 28ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015706/.
COELHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, E. Direito Tributário e Constituição - Estudos e Pareceres. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003185/.
CARNEIRO, C. Curso de Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615872/.
PEREIRA, F. C.; QUINTANILHA, G. S. Mandado de segurança no direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547209896/.
MAZZA, A. Manual de Direito Tributário na prática. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547222055/.
SABBAG, E. Série Método de Estudo OAB - Direito Tributário, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982782/.

- ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Ementa:

O Estágio Supervisionado, devidamente regulamentado na IES, tem por meta enfocar a

integração teoria/prática, propiciando a complementação do processo ensino/aprendizagem. Trata-se de um instrumento de inserção profissional, que proporciona aos estudantes a participação em situações reais de vida e trabalho, por meio de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
A bibliografia será pertinente à área observada pelo aluno.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - 10º SEMESTRE
CARGA HORÁRIA - 150 HORAS

TIPO	COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
VARA CÍVEL - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA
VARA CRIMINAL – 2 TRIBUNAIS DO JÚRI	RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA	20 HORAS/CADA
VARA TRABALHO - 2 AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS	20 HORAS/CADA
PRÁTICA JURÍDICA PENAL	PROTOCOLO NO NPJ – 10 PEÇAS DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA	30 HORAS

1.7. PLANO DE ENSINO

A estruturação dos conteúdos curriculares apresenta-se construído por meio do Plano de Ensino, que pode ser compreendido como uma ferramenta de ação educacional, que permite ao docente e coordenação a organização do conteúdo programático, metodológico, avaliativo e embasamento teórico, este suportado por meio das referências bibliográficas, básica e complementar, a serem empregadas no curso e no desenvolvimento das competências e habilidades do egresso do curso de Bacharelado em Direito.

A elaboração do Plano de ensino consiste em um trabalho conjunto entre coordenação e corpo docente, face as competências e habilidades a serem desenvolvidas de acordo com o perfil previsto para o egresso do curso de Bacharelado em Direito. Trata-se de documento essencial para a ciência do aluno quanto ao conteúdo a ser trabalho e, ao docente, compromisso com o processo de ensino-aprendizagem.

O Plano de Ensino Aprendizagem do Curso de Direito da Faculdade IMESP Monitor está estruturado da seguinte forma:

- Nome da Disciplina;
- Ementa;
- Objetivos;
- Conteúdo;
- Procedimentos Didáticos;
- Recursos;
- Metodologia; e,

- Referências Bibliográficas.

1.8. METODOLOGIA DE ENSINO, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO

A Faculdade IMESP Monitor, conforme consta em seu Projeto Pedagógico Institucional - PPI, preocupa-se com a formação para a cidadania, a formação profissional visando a ascensão social, a compreensão docontexto regional para atuação na comunidade, identificando inclusive as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena, estabelecendo metas e estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas.

Para tanto, lança mão de práticas como currículo atualizado em seus cursos, professores com formação e experiência profissional adequadas, incentivo à produção científica e participação em extensão, preferencialmente por meio de ações sociais, a difusão entre o alunado do raciocínio reflexivo, o oferecimento de monitorias e apoio pedagógico, e incentiva a responsabilidade compartilhada entre professor e aluno na relação ensino-aprendizagem.

O aprimoramento constante da qualidade dos cursos superiores da Faculdade IMESP Monitor é definida como meta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que destaca, entre as ações referentes ao ensino que suportam o PPI, o acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem do alunado, a revisão constante dos PPCs, o acompanhamento da execução dos planos de ensino, de pesquisa e de extensão pelos professores, o acompanhamento e revisão do acervo bibliográfico, a manutenção e boa utilização dos recursos de infraestrutura física específica, e o gerenciamento e incentivo às propostas do NDE.

No intuito de garantir a acessibilidade atitudinal as questões relacionadas aos Direitos Humanos, a Realidade Brasileira e de relações étnico raciais, de educação ambiental e de acessibilidade são tratadas de forma mista tanto como um conteúdo específico nas disciplinas do curso, principalmente no perfil de Formação Humanística quanto pela transversalidade, por meio de temas relacionados que são tratados interdisciplinarmente de forma contínua e permanente no Perfil de Formação de Prática Profissional com os projetos integradores semestrais, nos projetos de extensão e de pesquisa, nas atividades complementares.

A postura cidadã, crítica e reflexiva é estimulada e construída através da discussão de casos sob o ponto de vista ético e legal, levando em consideração osDireitos Humanos, a Realidade Brasileira e as relações étnicos raciais e a educação ambiental e de acessibilidade. O ensino é pensado e executado de modo a contextualizar o aprendizado e também capaz de inferir no desenvolvimento tecnológico da profissão, em constante mudança.

A acessibilidade pedagógica é garantida por meio de uma metodologia de ensino e de avaliação discente concebidas para proporcionar uma formação coerente com o perfil do egresso postulado no Projeto Pedagógico. O ensino do graduando é pautado pelo caráter teórico-prático nas disciplinas básicas e laboratoriais, onde a execução de conceitos discutidos em aulas expositivasconsolida o aprendizado e confere ao aluno a prática requerida ao exercício da profissão. O estudo de casos faz parte do elenco de metodologias de ensino, ondeo aluno é levado a desenvolver postura crítica e profissional sobre os aspectos tecnológicos e éticos que envolvem as situações analisadas.

As avaliações primam pela contextualização de situações. Nas disciplinas de formação laboratorial, as avaliações apresentam componentes de apreciação de caráter prático, em conjunto com a arguição dos aspectos teóricos contextualizados. A interdisciplinaridade no ensino e na avaliação do aluno é um princípio adotado na condução do ensino do aluno do curso de Direito da Faculdade IMESP Monitor, estando sua execução articulada com metodologia de avaliação condizente.

O curso de Direito, com a finalidade contribuir para a qualidade do ensino-aprendizagem, orienta que o professor deve utilizar por metodologias que ultrapassem a reprodução do conhecimento e busquem autonomia e criatividade. Nesse caso específico adotamos algumas metodologias ativas. Na metodologia ativa, o aluno é personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizado. O objetivo desse modelo de ensino é incentivar que a comunidade acadêmica desenvolva a capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma e participativa, o que propicia um melhor desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes. Através das metodologias ativas o aluno:

- ✓ melhora as habilidades de comunicação oral e escrita;
- ✓ adquire mais facilidade para desenvolver atividades em equipe;
- ✓ aprende a investigar outras fontes de informação antes de defender uma ideia;
- ✓ entende a necessidade de respeitar as opiniões diferentes;
- ✓ dá maior importância ao cumprimento de planos e prazos, o que se reflete posteriormente na carreira;
- ✓ “aprende a aprender”, o que resulta em uma pessoa capaz de compreender novos assuntos por conta própria;
- ✓ desenvolve mais iniciativa e espírito empreendedor, característica bem avaliada por gestores no mundo corporativo.

São exemplos de metodologias ativas utilizadas no curso: aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem por sala de aula invertida, aprendizagem por pares, narrativas digitais, e outras que permitem a criação de desafios, atividades e jogos que realmente podem trazer as competências requeridas.

Entre outras estratégias alternativas que podem contribuir para o processo ensino-aprendizagem, destacam-se o estágio e a iniciação científica quesão discutidos também em itens específicos desse documento.

Os conteúdos são trabalhados em aulas visando a articulação vertical (de disciplinas e conteúdo do mesmo semestre letivo) e horizontal (trabalhados progressivamente no curso). Para tanto o corpo docente reúne-se periodicamente para discussão de conteúdos afins. O trabalho em equipe dos docentes de forma coordenada é fundamental para a integração dos conteúdos das disciplinas. A coordenação do curso orienta e fomenta a discussão interdisciplinar para que haja coesão das disciplinas durante todo o curso. A interdisciplinaridade entre as disciplinas pode ser visualizada neste PPC na matriz gráfica do curso. As implementações das metodologias ativas nas Unidades Curriculares devem ser feitas de modo a estimularem o aluno ao desenvolvimento da relação entre teoria e prática.

A avaliação dos alunos considera a interdisciplinaridade, sobretudo na realização da Avaliação Integrada, avaliação semestral na qual estes conteúdos são

abordados de modo conjunto em um mesmo momento, com questões de todas as Unidades Curriculares, e nas disciplinas de Projeto, onde o aluno é incentivadoe orientado a trabalhar com conceitos interdisciplinares. Como suporte ao seu aprendizado, o aluno conta ainda com outros recursos, como monitorias e período destinado a estudo livre, contando com a infraestrutura laboratorial, de biblioteca e outros recursos, que corroboram para implantação das metodologias dotadas no curso.

O processo de Avaliação da Aprendizagem no Curso ocorre de forma contínua, agregando, em caráter cumulativo, os conteúdos das Unidades Curriculares contempladas no currículo pleno.

Vale ressaltar que o emprego de uma metodologia acessível à realidade do aluno não ocorre apenas na questão didática da instituição, tal volta-se a assegurar às pessoas com deficiência condições de igual acesso, permanência e conclusão da educação superior. Desta forma, são promovidas pela instituição um conjunto de ações objetivando garantir o acesso metodológica, instrumental, atitudinal, comunicacional, digital e arquitetônica a todos.

Por fim, a metodologia empregada está alinhada e em consonância com o modelo acadêmico da instituição, buscando o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nas disciplinas e no conteúdo programático, objetivando que o perfil proposto ao egresso seja alcançado e o profissional tenha a sua inserção no mercado de trabalho apto a desenvolver as atividades esperadas.

1.9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado oportuniza ao discente a realização de atividades práticas em situações reais de trabalho, enquanto componente da formação profissional, seja pelo desenvolvimento da competência técnica ou pelo compromisso político-social frente à sociedade.

Por ser um componente fundamental na formação profissional e na cidadania dos alunos, tem como objetivos:

- proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país;
- promover a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à formação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades, bem como no exercício do pensamento reflexivo e criativo.

Quanto ao aspecto carga horária, o estágio curricular aparece na matriz docurso de Direito como atividade obrigatória, perfazendo um total de 600 horas, estando assim em consonância com normatização própria e com as Diretrizes Curriculares do curso. O estágio é desenvolvido em atividades extra e intramuros,distribuídas ao longo da matriz curricular, estando alocadas nos últimos 4 semestres do curso, com divisão de 150 horas em cada semestre.

A realização do estágio curricular da Faculdade IMESP Monitor é feita mediante a celebração de convênios com instituições, que possam prover ao discente as condições necessárias para o pleno desenvolvimento da prática de estágio, em um ambiente estimulante e formativo. Nesse sentido, a IES reconhece e dispensa atenção especial à relação entre discentes estagiários, comunidade e

organizações, de forma a oportunizar um ambiente colaborativo, de forte interação interpessoal e que permita a aplicação da bagagem conceitual adquirida pelo discente em diferentes contextos da prática profissional.

Quanto às formas de apresentação, durante o estágio o aluno pode desenvolver as seguintes atividades: observação - nesta modalidade de atividadeo aluno deverá entender e compreender ações de planejamento, acompanhamentoe avaliação de procedimentos práticos realizados, bem como analisar criticamenteas condições em que são realizadas estas ações e a sua inserção nesse contexto;coparticipação - o discente, além dos itens citados em observação, deverá auxiliaro profissional nas ações desenvolvidas durante o estágio; e intervenção – quando o discente assume as atividades junto à comunidade.

A Instituição compreende que os estágios devem propiciar acomplementação do ensino e da aprendizagem, sendo planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, emtermos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O discente será orientado e supervisionado por professores e/ou profissionais da área do curso quando se tratar de estágio intramuros ou extramuros, sendo esses, responsáveis por acompanhar as questões relacionadas à prática da profissão, bem como as questões pertinentes a comportamentos, frequência ou qualquer outro assunto que exija colaboração das partes envolvidas.

A avaliação do desempenho do estagiário será realizada de forma contínua e sistemática, durante o desenvolvimento de todo o estágio, envolvendo a análise dos aspectos técnicos-científicos, sociais e humanos da profissão. São considerados na avaliação os seguintes aspectos: o grau de aproveitamento técnico-profissional, a frequência às atividades programadas, o cumprimento das atividades estabelecidas, a ética e o relacionamento pessoal, a entrega dos diários de campo, relatórios parciais e do relatório final de estágio. Os acadêmicos são avaliados tendo por base o programa de estágio e sua realização conforme o cronograma estabelecido e demais critérios relativos à sua dedicação, frequência e interesse, constantes dos planos de ensino dos respectivos estágios.

1.9.1. Estágio Curricular Supervisionado – Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado possui um total 600 horas, divididas em Prática Real, Prática Simulada Não Forense e Prática Simulada Forense, e cumpre, integralmente, as exigências da Instrução Normativa CEJ/OAB nº 3/97 e da Resolução n°. 9/2004.

As atividades de estágio são eminentemente práticas e desenvolvidas mediante a coordenação do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ.

1.9.2. Estágio Curricular Supervisionado – Relação Teoria E Prática

A oferta de um curso de formação destinado à docência traz em sua concepção a junção dos conhecimentos teóricos e pedagógicos, materializados por meio da concretização da prática dentro e fora da sala de aula, objetivando a construção do saber e efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

> Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional (PARECER CNE/CP 9/2001, p. 23)

Desta forma, cabe ao Estágio Supervisionado:

- Permitir ao discente a aplicação dos conhecimentos teóricos na prática;
- Possibilitar ao discente a experiências fora do ambiente tradicional de ensino, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a sua atuação profissional; e,
- Desenvolver o pensamento reflexivo e criativo.

Quanto às questões de Teoria e Prática, os estágios são desenvolvidos pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, voltados à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, após devida aprovação pelo corpo colegiado do curso.

Nesse diapasão, as atividades de Prática Jurídica, quando necessário, são reprogramadas e reorientadas em função do aprendizado teórico-prático gradualmente demonstrado pelo graduando, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Práticas Jurídicas, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

Ademais, poderão integrar as atividades de práticas jurídicas ações simuladas e reais e estágios supervisionados, nos termos definidos neste PPC.

1.10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares da Faculdade IMESP Monitor são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, viagens e visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a peças teatrais e mostras cinematográficas poderão fazer parte das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares têm como objetivo:

- Complementar a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou à distância.
- Contribuir para que a formação do futuro egresso seja humanista e reflexiva.
- Despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais.
- Estimular a capacidade analítica do aluno na argumentação de questões e problemas.
- Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista.
- Incentivar o aluno na participação de projetos e ações sociais.

As Atividades Complementares possuem regulamento próprio, no qual

constam os eixos (Científico Acadêmico, Cultural e Responsabilidade Social) para a realização das atividades, bem como a descrição com a carga horária de cada uma das atividades que o discente pode realizar em cada um dos eixos, requisitos para a confecção do relatório e postagem em ambiente específico. O discente tem à sua disposição no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA. documentação referente à Atividade Complementar e vídeo instrutivo com tradução em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

TIPO DA ATIVIDADE		PONTOS
Científico/Acadêmico	Autoria de artigo publicado nas revistas científicas	30 horas
	Autoria de artigo publicado em outras revistas científicas (com apresentação da cópia do artigo e ISSN da Revista)	20 horas
	Autoria de artigo publicado em outros meios de divulgação (com apresentação de cópia do artigo e informações detalhadas do veículo publicador)	05 horas
	Autoria de trabalho apresentado em eventos acadêmicos (com apresentação de resumo e cópia do certificado)	05 horas
	Participação em Congresso ou Eventos Acadêmico-Científicos (com apresentação de resumo e cópia do certificado)	Nº de horas declarado no certificado
Cultural	Participação em Cursos de extensão (com apresentação de resumo e cópia do certificado)	Nº de horas declarado no certificado
	Participação em Palestras (com apresentação de resumo e cópia do certificado)	Nº de horas declarado no certificado
	Filmes (com apresentação do resumo comentado e comprovante de entrada)	03 horas
	Cinema em casa (com apresentação do resumo comentado e capa do filme)	03 horas
	Visita a Exposições/Feiras (com apresentação de comprovante original de entrada e/ou fotos e relatório)	05 horas
	Visita a museu (com apresentação de comprovante de entrada e/ou fotos e relatório)	05 horas
	Peça teatral (com apresentação de comprovante de entrada e/ou fotos e relatório)	04 horas
	Viagem Mediante aprovação prévia e definição de atividade a serem consideradas.	- o -
Responsabilidade Social	Trabalho Assistencial/social: Mediante aprovação prévia e definição de atividade a serem consideradas.	Nº de horas declarado no certificado
	Prestação de serviços em Questões ligadas à cidadania, família, inovação na dinâmica de produção de bens e realização de serviços, saúde, educação, moradia. (Exemplos: campanhas de vacinação, mutirões, trabalho voluntário de natureza socioeducativa, visitas a orfanatos, creches, hospitais entre outros).	

Após a realização da atividade devidamente comprovada por meio de declaração ou certificados e confecção do relatório, o discente deverá submeter tais documentos à análise da coordenação de curso, por meio da postagem em ambiente específico.

Necessário se faz apontar que devem ser cumpridas 200 (duzentas) horas, devendo, de acordo com o regulamento, realizar, obrigatoriamente, atividades nas três áreas indicadas na tabela constante do regulamento, respeitando a cota mínima de 20% do total da carga horária em cada área.

Destaca-se que o discente tem acesso ao Manual das Atividades Complementares, no qual há informações quanto ao fluxograma de processo de

postagem e outros esclarecimentos quanto às estas atividades.

A Resolução da Faculdade IMESP Monitor n.º 10, de 21 de dezembro de 2005, disciplina o aproveitamento e registro das atividades complementares dos Cursos de Graduação oferecidos pela IES.

1.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Em conformidade com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, bacharelado, e dá outras providências, a organização curricular do Curso prevê a realização do TCC como mecanismo para oportunizar a síntese do processo de formação, estimulando a produção científica e compreendendo-a como dimensão indissociável da ação docente.

Entende-se por trabalho de conclusão de Curso (TCC) aquela produção – monografia, artigo científico, projeto e pré-projeto de pesquisa, resumo, resenha - elaborada, mediante atenção às normas de conteúdo e forma, na perspectiva de permitir a finalização da graduação do(a) aluno(a), conferindo-lhe o título correspondente ao seu nível de estudos.

É condição indispensável, para a conclusão do curso, a elaboração e apresentação da monografia.

O Trabalho de Conclusão de Curso, ou como é chamado TCC, tem como finalidade proporcionar ao aluno a aplicação de conhecimentos e habilidades desenvolvidas no decorrer do curso, resultado em uma produção científica de relevância e aplicabilidade em sua realidade profissional.

Desta forma, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tem como objetivos:

- Incentivar a produção intelectual do corpo discente face aos conceitos, habilidades e competências prevista para o curso, e sua interlocução com a prática profissional do discente;
- Possibilitar, ao discente, a explanação e aprofundamento de um tema específico e produção de material científico que possa ser utilizado como fonte de consulta por outros pesquisadores da área;
- Possibilitar ao discente a inserção e vivência na área de pesquisa.
  O trabalho de conclusão de curso consiste na produção científica acadêmica de trabalho monográfico, acompanhado e orientado por professor responsável pelo acompanhamento dos alunos em curso em que a produção consistirá em pesquisa individual orientada, em qualquer ramo do Direito, desenvolvida no âmbito do curso Jurídico.

Os objetivos gerais do TCC serão os de propiciar aos alunos do Curso Jurídico a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do Direito. A monografia é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista na legislação específica.

A apresentação dos trabalhos monográficos consistirá em defesa pública, acompanhada pelo professor orientador e dois membros do corpo docente interno, agendadas presencialmente ou por meio de plataformas digitais segundo

a organização do docente responsável junto ao aluno.

Será considerado aluno em fase de realização de TCC todo aquele regularmente matriculado nas disciplinas respectivas, pertencentes ao currículo pleno do Curso Jurídico. Cabe ao aluno orientando:

I. Frequentar as reuniões convocadas pelo professor orientador;
II. Manter contatos no mínimo quinzenais com professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa;
III. Cumprir o calendário divulgado institucionalmente para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final da Monografia;
IV. Entregar ao professor orientador relatórios parciais mensais sobre as atividades desenvolvidas;
V. Elaborar a versão final de sua Monografia, de acordo com Regulamento e as instruções de seu professor orientador.
VI. Entregar, ao final do processo, a Monografia ao final do semestre em que estiver matriculado, devidamente autorizadas pelo professor orientador e pelo professor coordenador de TCC.
VII. Comparecer em dia, hora e local determinados (e/ou por meio de plataformas digitais), para apresentar e defender publicamente a versão final de sua Monografia.

Posteriormente à defesa, o trabalho final deverá ser enviado à instituição conforme orientações descritas no PPC do curso.

A construção do Trabalho de Conclusão de Curso atende às normas e critérios metodológicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo constituído por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Para ser aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor, o discente deverá submetê-lo ao docente orientador e à coordenação de curso, devendo obter nota igual ou superior a 6,0 (seis) para ser aprovado. Ressalta-se que todos os trabalhos são submetidos à análise do software de identificação de plágios, o *Plágius*, devidamente licenciado à instituição.

1.12. APOIO AO DISCENTE

A Faculdade IMESP Monitor desenvolve ações e programas visando apoiar o estudante durante todo seu processo acadêmico.

Podemos apontar como mecanismos que favorecem as relações do estudante com a instituição, bem como qualifica o processo de formação:

- Bolsas de Estudo: Trata-se de um programa voltado a alunos que apresentam situações socioeconômicas incompatíveis aos custos institucionais das escolas privadas. As ações desse programa dizem respeito a concessões de bolsas de estudo, bolsa de trabalho, bolsa convênio, parcerias com empresas, polícia militar, polícia municipal e polícia ambiental, dentre outras.
- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e PROUNI: Trata-se de programas voltados a alunos que apresentam situações socioeconômicas incompatíveis aos custos institucionais das escolas privadas. A Faculdade IMESP – Monitor fará adesão aos programas tão logo esteja habilitada para tal.
- Mecanismos de Nivelamento: A instituição estabelecerá a prática do

nivelamento para os alunos ingressantes, bem como para os que apresentam dificuldades de aprendizagem. O Programa compreenderá os componentes curriculares voltados para as habilidades de leitura e interpretação de textos, leitura e redação de textos acadêmicos, cálculo matemático, fundamentos da Química, da Física, da Biologia, dentre outros. O Programa prevê ainda a iniciação dos estudantes no acesso à informática. Serão oferecidos, também, cursos de inverno e de verão, gratuitamente, como estímulo às atividades complementares e aprofundamentos de conteúdo.

- Monitoria: Outro aspecto a considerar é a Monitoria como apoio ao processo de aprendizagem que constitui num importante estímulo à permanência discente.
- Estímulos à permanência do aluno na Faculdade IMESP – Monitor: Para minimizar as situações que levam à evasão do estudante, a IES desenvolverá ações nos encontros presenciais, constando de palestras sobre temas da atualidade, tais como, meio ambiente, religião, globalização; de exibição de filmes que, em sua temática, envolvem fatos do cotidiano escolar e social.
- Apoio Psicopedagógico: Supre dificuldades de aprendizado, por meio de ações pedagógicas instituídas no momento do ingresso do aluno no Curso e também no transcorrer do mesmo. Trata-se de um programa, cujo objetivo é extrapolar questões acadêmicas e assistenciais, enfocando o fortalecimento de relações interpessoais nas diversas instâncias do cotidiano.
- Organização estudantil: A Faculdade IMESP – Monitor estimulará a organização dos órgãos estudantis, com vistas a contribuir para o desenvolvimento da consciência política do discente.

Acompanhamento dos egressos: Esse programa, além de procurar atrair ex-alunos à continuidade de estudos, prevê a possibilidade de avaliação da educação oferecida, com vistas a redirecionamentos de seus objetivos e metas, caso necessários. As ações podem ser resumidas como: acesso aos laboratórios de informática; acesso à Biblioteca; utilização do auditório para reuniões e/ou eventos; bolsas de estudo para outros Cursos.

1.12.1. Atendimento presencial

O atendimento presencial é realizado nas esferasadministrativas e pedagógicas e leva em conta as necessidades especiais e individuais de cada aluno.

A secretaria realiza o atendimento referente a questões administrativas, como análise curricular, questões financeiras, matrículas, registro de atividades complementares, expedição de documentos, recebimento de atestados e pedido de regime domiciliar etc. Já o atendimento relacionado às questões pedagógicas é realizado pela Coordenação do Curso.

A coordenação presta atendimento relacionado ao aspecto pedagógicodos cursos, resolvendo questões como esclarecimento sobre a grade curricular, notas, projetos de extensão, projetos de pesquisa, monitorias, questõesenvolvendo professores, tutores, alunos etc.

O coordenador atende o aluno pessoalmente, por e-mail ou por telefone.Realiza reuniões virtuais periódicas com os representantes de turma para tratar deassuntos de interesse dos alunos e da Faculdade e canalizar a comunicação coordenação-aluno.

A Faculdade possui, ainda, o Núcleo de Estágios que presta atendimento relacionado à captação e divulgação de vagas de estágio e emprego, além de representar, legalmente, a instituição em contratos de estágio. O coordenador, em contato frequente com empresas da área de segurança da informação, também recebe as demandas por estagiários e profissionais e divulgaaos alunos, além de comunicar ao Núcleo de Estágios.

1.12.2. Apoio Psicopedagógico

O apoio psicopedagógico fornecido pela Faculdade IMESP Monitor tem o objetivo de realizar processos de orientação e acompanhamento aos alunos que se encontram em dificuldades psíquicas e emocionais e outras que se caracterizem como necessidades educacionais de aprendizagem.

As ações desenvolvidas visam criar uma cultura de inclusão fundamentada no princípio da diversidade, fomentando o respeito e o convívio com as diferenças individuais e oferecer apoio psicopedagógico vinculado aos recursos e às estratégias voltados para o acompanhamento do percurso acadêmico do aluno e melhoria da qualidade do ensino.

Este apoio é prestado pelo NAPP- Núcleo de Apoio Psicopedagógico, por encaminhamento da área acadêmica. Este núcleo atende alunos dos Cursos de Graduação da FACULDADE MONITOR, que apresentam dificuldades psíquicase emocionais, assim como necessidades educacionais de aprendizagem e de acessibilidade. Criado em 2007, a partir de demanda interna institucional, situa-se nas dependências do Centro de Formação de Psicólogo.

O processo de encaminhamento, atendimento e retorno é descrito a seguir:

Encaminhamento: Por meio de e-mail o coordenador encaminha os nomes dos alunos e a queixa principal – descrição leiga.

Triagem: o NAPP recebe os encaminhamentos e realiza uma triagem inicial.

Os alunos procuram o NAPP para agendamento de entrevista inicial: queixa pessoal- ESCUTA DIFERENCIADA = identificação da necessidade principal.

É realizada a avaliação psicopedagógica: compreensão e interpretação de texto, dificuldades de leitura e escrita (dislexia), alunos com necessidades especiais (visão, audição, locomoção, limitações cognitivas, entre outras); componentes cognitivos (memória, atenção, fala e linguagem), funções executivas (planejamento e organização) e nível intelectual (pensamento e raciocínio abstrato).

E realizada a avaliação das condições socioeconômicas: condiçõesde moradia, de trabalho, de transporte e de lazer.

É realizado o atendimento específico: apoio psicopedagógico e estimulação ou reabilitação neuropsicológica.

Realização do atendimento psicológico: psicoterapia (por exemplo: dislexia/ trabalhar com autoestima).

Realização do acompanhamento do aluno: agendamento de retornos sistemáticos (semanais, quinzenais, mensais, semestrais, anuais).

Retorno: é dado um retorno e orientação aos coordenadores/conversa com professores (orientações, esclarecimentos, formas alternativas e diferenciadas de promover o crescimento acadêmico do aluno).

1.12.3. Alunos com Transtorno do Espectro Autista

A FACULDADE MONITOR cumpre o que é descrito na Lei nº 12.764, de 27de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista o que garante ao aluno autista o "direito assegurado nas políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência".

Neste sentido, quando a Faculdade Monitor recebe um aluno com Transtorno do Espectro Autista, a coordenação conversa com os familiares para obter informações sobre os interesses, preferências e coisas que podem causar desagrado ao aluno. Estas informações são passadas aos professores, que são orientados a:

- Detectar as características pessoais do aluno, verificando como ele se comporta diante das atividades pedagógicas e, a partir desta observação, estabelecer metas, partindo do que o aluno já sabe;
- Observar o interesse do aluno autista e detectar como o aluno aprende, então, utilizar as ferramentas e meios pedagógicos mais adequados para cada caso;
- Buscar e manter contato visual com aluno autista, estimulando sua comunicação, propondo atividades inclusivas em grupo, propiciando e mediando as brincadeiras entre o grupo e usando sempre uma linguagem simples, clara e firme.

Caso o professor sinta necessidade, poderá solicitar ajuda do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, por meio do Coordenador do curso e caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, FACULDADE MONITOR, após análise do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, há a disponibilização de acompanhante especializado.

1.12.4. Atividades de Monitoria e Nivelamento

Mesmo em cursos 100% EAD, na FACULDADE MONITOR ocorre a monitoria das disciplinas em que os alunos apresentam maior dificuldade, bem como em áreas que demandam nivelamento. O foco se concentra, prioritariamente,em disciplinas dos semestres iniciais. Há, no máximo, trinta alunos por monitor, emcada disciplina.

O monitor é um aluno de semestres avançados, com bom rendimento escolar e, especificamente, destacado desempenho na disciplina a ser monitorada. Os monitores de cada disciplina são orientados por tutores. Cada disciplina possui, pelo menos, um tutor que é um professor do corpo docente do curso.

Os alunos monitores são selecionados, segundo os critérios expostos, através de entrevista com os professores e com a coordenação do curso. Os monitores

recebem certificado ao final de cada semestre e que pode ser valido como horas de atividades complementares. Os monitores são acompanhados pelos professores e avaliados por estes ao final de cada semestre. Nos encontrosde monitoria, são revisados conceitos, resolvidos exercícios e desenvolvidasoutras atividades visando o reforço do aprendizado do monitorando. A inscrição dos alunos na monitoria acontece através da Central do Aluno, no início de cada semestre. As disciplinas a serem oferecidas são definidas pela coordenação, em conjunto com o NDE, e referendadas pelo Colegiado de Curso, a cada semestre.

A instituição possui ainda um programa on-line específico de nivelamento e reforço de conteúdo do ensino médio denominado Conexão Saber.Além deste programa disponibiliza ainda um curso de Inglês extracurricular onlineem diversos níveis, denominado CHANNEL 9 e um curso de Português denominado Canal 9.

No curso de Bacharelado em Direito, as monitorias são oferecidas aos sábados e no ambiente AVA.

1.12.5. Procedimentos para bolsas de estudo

A FACULDADE MONITOR orienta os alunos, tanto por meio da secretaria, professores e Coordenador, sobre os procedimentos referentes às bolsas de estudo. São divulgados os programas do Governo Federal (PROUNI e FIES) e programas próprios (convênio empresa, Familia10, bolsa funcionário, PRIUNI, para sempre 10 e volte a ser 10). Estes programas são apresentados resumidamente a seguir:

PROUNI:

Bolsa em parceria com o Governo Federal, para alunos com renda entre um salário-mínimo e meio e três salários-mínimos, que tenham estudado na rede pública.

Procedimento: O aluno se inscreve em site próprio do programa e entrega a documentação financeira sua e de seu grupo familiar na secretaria. É necessário ter realizado o último ENEM.

Percentual: Bolsas de 50% a 100%.

Convênio Empresa Mensal

Procedimento: O aluno retira o termo de responsabilidade na secretaria. Em alguns casos à empresa carimba, em outros, apresenta uma declaração de vínculo. O aluno devolve o termo na secretaria de acordo com o procedimento de sua empresa.

Percentual: 10% na maioria dos casos.

Família10

Procedimento: O aluno veterano indica um familiar (pais, irmãos ou filhos) para iniciar os estudos na Faculdade Monitor. O requerimento deve ser impresso na Central do Aluno e entregue na secretaria junto com documento que comprove vínculo.

Percentual: 7,5% a 10% (dependente de horário de unidade).

Bolsa Funcionário

Procedimento: O funcionário solicita junto ao seu gestor um formulário, preenche e entrega no RH, que é o responsável pelo cadastro da bolsa.

Percentual: de até 100%.

1.12.6. Aproveitamento de competências profissionais

A Faculdade IMESP Monitor, estabeleceu normas para o Aproveitamento de Competências Profissionais anteriormente desenvolvidas para ingressantes no Curso de Bacharelado em Direito. O aproveitamento deve ser solicitado pelo aluno ingressante. Há duas formas de aproveitamento:

- Através da análise curricular de cursos regulares realizados pelo aluno, com apresentação da devida documentação oficial (histórico, ementas, conteúdos programáticos);
- Através de avaliação individual do aluno por disciplina, para verificação das competências profissionais adquiridas no trabalho. O aluno deverá obter a nota equivalente à média de aprovação vigente.

A solicitação de aproveitamento deve ser feita a Secretaria de Registros Acadêmicos, pelo interessado, em formulário próprio, até 120 dias após seu ingresso através de processo seletivo.

1.13. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O Projeto de Autoavaliação Institucional da Faculdade IMESP Monitor tem finalidade básica instrumentalizar a gestão em relação às ações acadêmico administrativa, e consolidar a cultura avaliativa formativa, proporcionando à comunidade acadêmica e à sociedade, maior clareza acerca da missão e dos objetivos da Instituição sob as perspectivas do ensino, dapesquisa e da extensão

As ações acadêmicas administrativas estão implantadas e previstas em toda a instituição, consequentemente no Curso de Direito e resultam da Autoavaliação. O processo de autoavaliação permite caracterizar as qualidades das ações acadêmicas, possibilitando o repensar das ações pedagógicas e dos seus objetivos, visando à melhoria dos compromissos fundamentais, das práticas, processos e procedimentos para superar as deficiências, manutenção e aprofundamento das potencialidades dos cursos em toda sua estrutura.

O processo de Auto avaliação obedece aos princípios: a) da globalidadepor meio da avaliação sistêmica e dos resultados que conferem ao Curso de Bacharelado em Direito indicativos para tomada de decisão e melhoria das açõespedagógicas; b) do rigor quanto aos critérios de credibilidade da investigação, validade e credibilidade da coleta de informações confiáveis e credibilidade da análise dos dados coletados; c) do caráter formativo e não punitivo ou premiativo da avaliação e d) do envolvimento e do comprometimento de todo corpo acadêmicoe técnico.

Dessa forma, com o efetivo acompanhamento da CPA - Comissão Própria de Avaliação da Faculdade IMESP Monitor executa-se de acordo com o calendário anual, o Plano de Autoavaliação (PAA) do Curso de Direito, seguindo- se as etapas de sensibilização, de aplicação dos instrumentos avaliativos, dos de relato/discussão, de difusão e de ações de acompanhamento. O PAA é um importante momento para que a comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil se manifestem em relação ao curso de Direito, garantindo subsídios para gestão do curso ao longo dos períodos vindouros.

A auto avaliação fundamenta-se em um conjunto de princípios e critérios que sustentam suas metas e justificativas, tendo como foco as áreas de diagnósticoe dimensões: a) Organização Didático-Pedagógica, por meio da atuação do Coordenador, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso para análise do Perfil do Egresso, do Currículo Pleno, da interdisciplinaridade nos

semestres letivos, dos Planos de Ensino, das Atividades Complementares, do Estágio Curricular, da Monitoria, das atividades de Pesquisa e Iniciação Científica, das atividades de Extensão, dos Relatórios de desempenho dos alunos emitidos pelo INEP, da interação entre professores, alunos, tutores e tecnologias e dos Núcleos de Unidades Curriculares; b) Corpo Docente, por meio da análise do NDE, dos Docentes em Extensão, da Titulação, da Dedicação e da Aderência do Corpo Docente, dos Orientadores de Estágio, dos Tutores de Monitoria e da Avaliação de Desempenho Docente realizada pelos alunos, professores e gestores em relação às Metas Institucionais, Competências Profissionais, Relacionamento Interpessoal e Motivação Docente; e c) Infraestrutura, por meio da análise do acervo da Biblioteca, Periódicos e Bases de Dados, Bibliografia Básica, Bibliografia Complementar, Acervo do Curso e pertinência dos Ambientes de Simulação de Prática.

A partir dos Relatórios de Diagnóstico, em conjunto com o corpo docente, NDE, corpo discente e técnico administrativo, e com o acompanhamentoda Comissão Permanente de Avaliação, seguem-se as etapas para disseminação das informações encontros para discussão, análises e refinamento dos Instrumentos avaliativos com a verificação da legislação vigente e eventuaisorientações sob o âmbito do Ministério da Educação.

1) Metas Institucionais

- As perguntas referem-se à preocupação com a formação cidadã e ao incentivo à participação, desenvolvendo a responsabilidade e criticidade. Além disso, também é observado se há associação da teoria com o cotidiano profissional na construção do conhecimento;

2) Competências Profissionais

- Para esse item são avaliados aspectos relacionados à segurança do docente para ministrar o conteúdo da disciplina; se ele torna compreensível esse conteúdo; se é assíduo; se realiza atividades que incentivam a pesquisa e se incentiva a participação nos Programas de Monitoria, Iniciação Científica e Extensão.

3) Relacionamento Interpessoal

- Nesse item são observados aspectos referentes ao relacionamento do docente com a turma, se há preocupação com as dificuldades dos alunos; se aceita os questionamentos dos alunos e se exige frequência e pontualidade deles.

Além da avaliação que é feita pelos alunos, os professores e o coordenador também realizam uma autoavaliação com base nos mesmos quesitos, apontando ainda suas potencialidades e fragilidades. O instrumento é finalizado com a avaliação do docente pelo coordenador.

O Questionário Discente – QDi, composto por questões fechadas, tem como finalidade descrever o perfil do aluno, seus hábitos de estudo e verificar, deforma sucinta e objetiva, sua percepção quanto aos aspectos pedagógicos, de infraestrutura e serviços oferecidos pelo Curso.

A Pesquisa com o Ingressante tem o objetivo de permitir a construção mais real do perfil do aluno ingressante e a partir daí a coordenação e NDE melhorarem o itinerário deste perfil até o perfil do egresso, através da matriz curricular, das atividades de extensão e de pesquisa, e da melhor interação e integração entre elas.

A Pesquisa com o Egresso tem a finalidade de verificar se os objetivos do curso estão sendo cumpridos e o perfil do egresso está calibrado as demandasdo mundo do trabalho, permitindo ações corretivas e até alterações.

As reuniões de Colegiado, do NDE e a reunião de coordenadores com a direção são acompanhadas por membros da CPA, que interagem com os diferentes níveis de gestão acadêmica visando orientar e otimizar os procedimentos de autoavaliação e suas ações corretivas.

Os resultados da autoavaliação do curso são discutidos nas reuniões doNDE e colegiado de curso, sendo embasamento para a discussão e tomada de decisões com vistas à melhoria do curso, através de ações pontuais de curto e médio prazo, a partir da identificação de deficiências e pontos fortes. Por exemplo,as dificuldades de alunos com determinadas Unidades Curriculares são discutidaspelo NDE, junto ao colegiado, e os resultados das discussões são levados à Coordenação de curso que, com o apoio do próprio NDE e Colegiado, além da estrutura da instituição, busca fornecer ferramentas para sanar em parte as dificuldades identificadas, através, por exemplo, da monitoria de Unidades Curriculares.

Também são levados em conta os relatórios da autoavaliação para atualização de conteúdos da grade curricular, quando identificada alguma deficiência, buscando sempre atender às necessidades do futuro profissional em Direito. As potencialidades mostradas pelos relatórios de autoavaliação também são consideradas, buscando, com auxílio do NDE e colegiado, envolver ainda maiso aluno no ambiente acadêmico e no compromisso com o curso, dando-lheincentivos e melhores perspectivas acadêmicas e profissionais.

Além dos processos de avaliação interna, outros importantes insumos de gestão são originários de avaliações externas como o ENADE, CPC e relatóriospreparados pelas comissões de avaliação que visitarão o curso. Os relatórios de desempenho do curso fornecem dados que permitem ao NDE e Colegiado avaliarem, permanentemente, o perfil de formação do egresso e promover a atualização do Projeto Pedagógico. A Avaliação do Corpo Discente caracteriza e qualifica periodicamente o nível de aprendizado, as capacidades e competências adquiridas, o desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, a eficácia dos programas de monitoria, a diminuição da evasão, o perfil dos ingressantes, o índice de desempenho, aprovação ou reprovação, por disciplina e série, o incentivo à participação em projetos modelos e a evolução da vida profissional do egresso.

A Coordenação do Curso de Direito, em conjunto com o colegiado, o NDE e a Comissão Própria de Avaliação – CPA, analisam, discutem e debatem periodicamente os resultados apresentados nos relatórios provenientes das Avaliações, e elaboram propostas visando o desenvolvimento contínuo do Projeto Pedagógico do curso de Direito.

Tendo como base estas premissas, a proposta avaliativa descarta o caráter punitivo ou premiativo e não se propõe a ser normativo, prescritivo ou de realizar o ranqueamento, mas sua lógica busca, mediante suas ações,caracterizar-se pela flexibilidade, participação e colaboração, atuando como modelo cognitivo e instrumento de apreensão crítica da própria realidade com vistaà transformação acadêmica.

A gestão do Curso de Direito, juntamente com o NDE, são os responsáveis pela interpretação dos resultados e às medidas a serem tomadas para a implementação do curso em todas às dimensões, com o apoio institucional. Como garantia da manutenção de um ensino sólido, inovador e comprometido coma qualidade e lisura na trajetória de formação de seus egressos.

1.14. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Aprendizagem é, por excelência, um processo subjetivo de construção que se efetiva em diferentes contextos, no acesso as diferentes mídias (texto, áudio, vídeo) de forma individual ou coletiva, com materiais e objetos diversos, numa relação de reciprocidade, na inter-relação, na interação e no diálogo com o mundo e em um movimento constante e permanente.

Na prática docente a objetividade pedagógica e a clareza de como ocorre a aprendizagem do aluno são fatores determinantes na obtenção de resultados positivos no processo educacional.

A metodologia pautada nas linhas do construtivismo e do sócio- interacionismo tem por objetivo promover o autodesenvolvimento e o ensino- aprendizagem colaborativo, como também, articular conhecimentos e estimular a interação entre professor e alunos. Nesse sentido, se busca uma metodologia pautada na autonomia que promova uma constante revisão e atualização no papeldo professor e do aluno.

As relações de ensino-aprendizagem são pautadas em teoriaseducacionais que nos dias de hoje se adéquam as tendências e exigências sociaise as tecnologias da informação e comunicação, que amplia sobremaneira o procedimento e o espaço de armazenagem da informação bem como as possibilidades de compartilhamento, expandindo, consequentemente, a oportunidade de ensinar e aprender.

Vale lembrar que ensinar vai além do transmitir informação. Na contemporaneidade o professor não é mais o emissor do conhecimento nem o aluno mero receptor. O educador se caracteriza por orientar, estimular, relacionar, mediar, mais que informar. Nesse contexto, a função social do professor do ponto de vista de estimular as relações humanas se destaca, uma vez que integrar-se e aproximar-se mais do aluno, estabelecendo e estreitando parceria, resultam como recurso motivacional e eixo fundamental da prática educacional da base metodológica adotada.

Assim, valorizamos e estimulamos os canais de comunicação disponíveis como pontos de contato e troca entre professores e alunos.

O papel dos atores educacionais, passa por uma série de novas possibilidades que podem promover e estimular sobremaneira o processo de análise, articulação e interpretação de situações reais na perspectiva da formação intelectual e profissional, desenvolvendo dessa maneira a capacidade crítica e reflexiva no corpo discente.

O planejamento claro e objetivo, agregado à competência pedagógica do educador, numa concepção de ensino que promova além do uso das tecnologias, a valorização dos conhecimentos e a interação, compõem a estrutura metodológica que não se restringe à exposição de informação, outrossim, a mediação e interação entre os sujeitos do processo educacional.

Através da Central do Aluno, o discente consegue acesso a notas,faltas, agenda institucional, calendário escolar, sistema de consulta e reserva em qualquer das bibliotecas da instituição, acesso a biblioteca virtual e aos projetos de

IC e extensão de sua área, entre outros, cadastrar as atividades complementares para posterior comprovação documental e realizar renegociações financeiras através da Secretaria Virtual. A IES provém, também, uma série de serviços e informações ao aluno através de Central Telefônica. A instituição concede aos alunos, mediante pedido dos interessados, endereço de correio eletrônico gratuito.

Outra inovação tecnológica é o ambiente AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) onde são disponibilizados ao aluno, conteúdos de apoio em mídiadigital e conteúdo em forma de arquivo PDF. Os tutoriais são produzidos pelos professores conteudistas e revisados por comitê de revisores composta por professores do curso e por membros da equipe de Desenvolvimento em educaçãoa distância, que propõe, após uma revisão ortográfica e crítica, as adaptações e implementações necessárias, visando a atender e executar a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso, considerando os conteúdos específicos, objetivos, técnicas e métodos. No final de cada tutorial há a descrição da Bibliografia utilizada para sua produção.

Além dos documentos acima o aluno tem acesso ao regimento de estágio ede atividades complementares, que visam orientá-lo sobre os procedimentos necessários ao cumprimento destas atividades.

Todas essas ferramentas estão disponíveis para o discente, e podem ser acessadas em qualquer hora e lugar, através de dispositivos moveis, tais como smartphones e tablets, ou mesmo por computadores de mesa ou portáteis. Dessa forma, a relação e interação entre docentes, alunos e tutores podem ser realizadas com diferentes abordagens educacionais, considerando os conteúdos programáticos das unidades curriculares, e a competência requerida.

1.14.1. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação de Processos de Ensino-Aprendizagem

O processo de Avaliação da Aprendizagem no Curso ocorre de forma contínua, agregando, em caráter cumulativo, os conteúdos das disciplinas contempladas no currículo pleno. A avaliação do aproveitamento do aluno realizar-se-á por meio de instrumentos diversificados de avaliação, identificadas como AV1 e AV2. Todas as atividades avaliativas diversificadas aplicadas pelo professor compõem a nota AV1. A AV2 é uma prova integrada que considera a interdisciplinaridade dos conteúdos do semestre letivo.

As notas de cada instrumento de avaliação são representadas numericamente em escala de 0 (zero) a 10 (dez). A média é calculada pela equação (AV1 + AV2) / 2, sendo que para aprovação na disciplina, o aluno deve obter média final igual ou superior a 6,0 (seis).

O sistema de avaliação contínuo proporciona ao professor o acompanhamento da evolução do aprendizado do aluno em vários momentos do curso e, caso seja necessário, é possível adotar ações de melhoria durante o processo.

Quanto às técnicas de avaliação, busca-se a flexibilidade e a adequação. Os docentes podem utilizar métodos tradicionais e também técnicas alternativas, conforme julgarem conveniente e oportuno ao aprendizado dos alunos, inclusive as relacionadas as questões de necessidades especiais deacessibilidade, sendo orientados a promover processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com

deficiência.

Por fim, deve-se mencionar que no ambiente colaborativo de aprendizagem a participação e colaboração mútua deve ser contínua, de forma que a teoria possa fundamentar a prática e está, por sua vez, seja capaz de subsidiar a teoria dentro de um processo dinâmico de reformulação e construção de conhecimentos, habilidades e competências. Vale destacar que os instrumentosde autoavaliação do curso também são utilizados para a avaliação contínua da aprendizagem, especialmente a ADDi – Avaliação de Desempenho Discente, que permite um acompanhamento direcionado dos resultados obtidos pelos alunos do curso. Quanto às técnicas de avaliação, busca-se a flexibilidade. Os docentes podem utilizar métodos tradicionais e também técnicas alternativas, conforme julgarem conveniente e oportuno ao aprendizado dos alunos.

Não se enquadram nestas resoluções as Unidades Curriculares que exigemNota Única, sendo elas:

- Trabalho de Curso I e II, que recebem nota única ao final da disciplina, embora tal nota seja resultado de processo de avaliação contínuo;
- Estágio Supervisionado e Atividades Complementares, que recebem, ao final, o status “Cumpriu” ou “Não Cumpriu”.

1.15. ATIVIDADES DE TUTORIA

A Faculdade IMESP Monitor preocupa-se em prestar ao corpo discente um atendimento e suporte, no desenvolver de sua vida acadêmica, de qualidade atendendo às demandas didáticas e pedagógicas e ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas para o perfil do egresso e nas disciplinas da matriz curricular.

O tutor no Ensino a Distância – EaD constitui o primeiro contato com discente com esta modalidade de ensino, a esta cabe apresentar e introduzir o aluno no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, instigar a busca pelo conhecimento do material disponível, a verificação do processo por meio dos questionários e atividades e, por fim, interagir com o corpo discente por meio das ferramentas, síncronas e assíncronas, disponíveis no Moodle - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*. As ferramentas síncronas referem-se à comunicação instantânea entre o tutor e o discente, com exemplo temos o *chat.* Já as demais, assíncronas, tratam de comunicações que ocorrem de forma off-line entre uma das partes, como exemplo pode-se citar os fóruns e murais de recados.

> O tutor tem um papel fundamental no desenvolvimento da EaD, atuando como orientadores e agentes facilitadores do processo de ensino-aprendizagem. O tutor passa a atuar como um elo entre o sistema EaD e os alunos e como um mediador dentro do processo de interação entre os participantes (MENDES, 2012).

De acordo com a Portaria nº. 921, de 13 de outubro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos instrumentos de avaliação de instituições de educação superior e de cursos de graduação, que o tutor é o profissional com formação acadêmica com grau superior ao curso ao qual presta tutoria (Artigo 2º).

Ressalta-se que o corpo de tutores da Faculdade IMESP Monitor é composto por

profissionais com experiência acadêmica e profissional para apoio o discente no processo de ensino-aprendizagem e demonstrar a aplicabilidade do conteúdo teórico a prática.

Os tutores possuem as seguintes atribuições:

a) acessar o ambiente MOODLE diariamente;
b) participar de reuniões de tutoria, agendadas pela coordenação EAD;
c) auxiliar, quando necessário, os alunos no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
d) orientar os alunos sobre a realização das atividades (esclarecimentos de dúvidas, prazos de entrega etc.);
e) dar feedback ao aluno em todas as suas solicitações;
f) estimular a participação dos alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
g) entrar em contato, via e-mail e mensagem, com o aluno que não vem realizando as atividades;
h) gerenciar e atualizar, constantemente a planilha do seu grupo de alunos;
i) interagir com a coordenação de tutoria sobre dados relevantes relacionados ao rendimento dos alunos no Curso;
j) encaminhar aos professores e coordenadores de tutoria as dúvidas sobre os conteúdos ou relativas a outras dificuldades pedagógicas;
k) Aplicar provas presenciais, bem como corrigir e lançar as notas no sistema.

Cabe dizer que os tutores são avaliados por meio do instrumento de autoavaliação institucional e, pela coordenação, em instrumento específico, objetivando identificar as qualidades e as fragilidades, as quais precisam ser desenvolvidas, e o desenvolvimento de um plano de ação e melhorias. A somatória dessas ações permite a manutenção contínua da qualidade e o aperfeiçoamento das ações de tutoria.

1.16. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

De acordo com a Portaria nº. 921, de 13 de outubro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos instrumentos de avaliação de instituições de educação superior e de cursos de graduação, que o tutor é o profissional com formação acadêmica com grau superior ao curso ao qual presta tutoria (Artigo 2º).

A Faculdade IMESP Monitor ,quanto ao indicador referente aos conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício da tutoria tem ciência de que o corpo de tutores consiste no primeiro contato do discente com a Educação a Distância. Desta forma, o tutor deve possuir conhecimentos acadêmicos e na educação a distância, que através de suas habilidades e atitudes, permitam a interação e o suporte ao discente no processo de ensino-aprendizagem. Para que isso seja efetivo o emprego da tecnologia consiste na principal ferramenta de interação, desta forma, o domínio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e suas ferramentas de comunicação e conteúdo constituem um diferencial no relacionamento com o discente.

Outro ponto referente ao emprego da tecnologia da informação à ação do corpo de tutores consiste no emprego das Bibliotecas Digitais, Minha Biblioteca, que permitem, no processo de acompanhamento, a sugestão ao corpo de discente de material complementar, instigar a pesquisa e a busca pelo saber.

Em suma, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes da equipe de tutoria encontram-se implementados de forma transparente aos envolvidos no processo

de ensino-aprendizagem (discentes, tutores e coordenação), possibilitando a articulação das demandas dos alunos e o emprego correto da tecnologia e Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. É importante destacar que o corpo de tutores é avaliado pelo instrumento institucional, Autoavaliação Institucional, bem como pela coordenação, ambos de forma anual, como já apresentado anteriormente. Pontos que corroboram com o previsto

> A tutoria a distância atua a partir da instituição, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, e referenciados aos polos descentralizados de apoio presencial. Sua principal atribuição deste profissional é o esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. O tutor a distância tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, frequentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, junto com os docentes (REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA, 2007).

Os tutores, de acordo com calendário de desenvolvimento e capacitações, realizam atualizações de forma a reforçar a importância do corpo de tutores no processo de interação e atendimento ao aluno, *on-line*, e-mail ou via telefone e 0800.

Como mecanismos inovadores e práticas criativas o corpo de tutores tem a possibilidade de apresentar ferramentas, metodologia e tecnologias aplicadas ao segmento de Educação a Distância – EaD junto à coordenação, nos momentos de desenvolvimento e capacitações, junto à coordenação ou na caixa de sugestão.

1.17. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA deve constituir o meio que proporcione ao discente o acesso aos materiais didáticos, recursos e tecnologias e interações, que possibilitem além do desenvolvimento das competências e habilidades, instiguem a busca pelo conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA utilizado pela Faculdade IMESP Monitor é a plataforma o Moodle - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, consiste em um software livre de apoio a aprendizagem. Neste ambiente estão disponíveis o material didático, vídeos, plano de ensino, manuais, calendário acadêmico e outros materiais referentes ao curso. A ferramenta possibilita a interação entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (discentes, docentes, coordenação e tutores), através de suas ferramentas, assíncrona a síncrona, de comunicação. A ferramenta síncrona, *on-line*, consiste no *chat*, ou como é simplesmente conhecido “bate-papo”. Neste, em momento definido, o tutor encontra-se conectado para atender ao discente, esclarecer dúvidas e até mesmo sugerir material complementar. A ferramenta assíncrona, fórum e mural, consiste em um momento de discussão do conhecimento, partilha do conhecimento e até mesmo da prova de experiências profissionais.

1.18. NÚMERO DE VAGAS

O ato de Autorização do Curso, publicado por meio da Portaria n. 119, de 22 de abril de 2020, autorizou os nº de 200 vagas anuais para o Curso de Bacharelado em Direito.

Essa quantidade de vagas está em consonância com os estudos qualitativos e quantitativos realizados de forma periódica junto à comunidade acadêmica. A infraestrutura do curso, tecnológica e física, bem como o corpo docente apresentam-se de forma adequada face a este número de vagas.

2. DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor, está composto por 4 (quatro) docentes e a coordenação do curso, o que totaliza 05 (cinco) integrantes. Dentre os docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE, 01 (um) docente atua em regime de trabalho integral e 04 (quatro) docentes no regime parcial. Tal composição atende às normativas educacionais vigentes, visto que no mínimo 20% do corpo docente do Núcleo Docente Estruturante – NDE atua em tempo integral. Acrescido a isso, 100% dos docentes possuem titulação *strictu sensu*, conforme preceito legal que preconiza que 60% dos docentes integrantes deste núcleo devem ser mestre ou doutores.

Importante salientar que a escolha dos docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE embasa-se nos fatores de liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso (Resolução CONAES n° 1/2010).

Este núcleo reúne-se em intervalos periódicos, duas vezes por semestre. As atas de reunião encontram-se disponíveis e arquivadas junto a coordenação de curso, com a finalidade de acompanhamento, desenvolvimento e implementação de estratégias bem como a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC face às necessidades educacionais percebidas, advindas de avaliações internas ou externas, e legislação educacional vigente.
Atribuições do NDE:

I. Elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
IV. Propor formas de incentivo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, procurando coaduná-las às exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento dos cursos;
V. Cumprir e fazer cumprir as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
VI. Refletir sobre os processos de avaliação de aprendizagem e autoavaliação dos cursos e, a partir dos dados elencados, propor alterações na matriz curricular dos cursos, embasando-se na legislação pertinente.

A indicação dos representantes docentes será feita pelo Coordenador do Curso, para um mandato de 4 (quatro) anos, com possibilidade de recondução. Os integrantes serão nomeados através de Portaria expedida pela Mantendora da Faculdade.

Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso de Bacharelado em Direito, está composto da seguinte forma:

Docente	Titulação	Regime Trabalho	Link Lattes
Jorge Roberto Vieira Aguiar Filho	Mestrado	Integral	http://lattes.cnpq.br/0446766061798864
Arthur Jose Pavan Torres	Mestrado	Integral	http://lattes.cnpq.br/0253694529575189
Lucimar Maria da Silva	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/1154942198549565
Caryna de Mello Giaimo	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/7971921678240278
Thays de Mello Giaimo	Doutorado	Parcial	ttp://lattes.cnpq.br/2010442858969312

Além da precípua missão de elaboração e implantação do Projeto Pedagógico, é função do NDE a efetivação da organização didático-pedagógica e a dinamização da política de capacitação docente, além da apreciação dos instrumentos de autoavaliação do curso.

2.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Equipe Multidisciplinar[1] está constituída por profissionais de diversas áreas do conhecimento com vivência, profissional e acadêmica e na educação à distância.

A Equipe Multidisciplinar atua de forma a apoio o corpo docente, coordenação e tutores quanto a aplicação das tecnologias à educação, produção e disseminação de tecnologias e metodologias educacionais. A atuação de Equipe Multidisciplinar está estruturada no envolvimento, diálogo e na participação ativa e permanente de todos os profissionais das áreas educacionais e técnica.

As atribuições à Equipe Multidisciplinar compreendem contribuições individuais, de maneira sistemática e integrada, visando o objetivo final deste órgão, a manutenção da qualidade de produção e do material a ser disponibilizado ao corpo discente.

A equipe reúne-se de acordo com o calendário acadêmico estipulado visando a discussão dos itens acima, e a construção de um plano de ação sistematizado e documentado, bem como a descrição dos processos de trabalho.

2.3. PERFIL E ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO

O Prof. Ms. Jorge Roberto Vieira Aguiar Filho Graduado em Direito pelo Centro Universitário Anhanguera. Pós-graduado lato sensu em Direito Processual Civil, Direito do Trabalho e Direito Tributário. Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. Atualmente é Coordenador do Curso de Graduação de Direito, bem como, Professor da Faculdade Monitor, com ênfase nas áreas de Direito Financeiro e Tributário, Trabalho e Econômico.

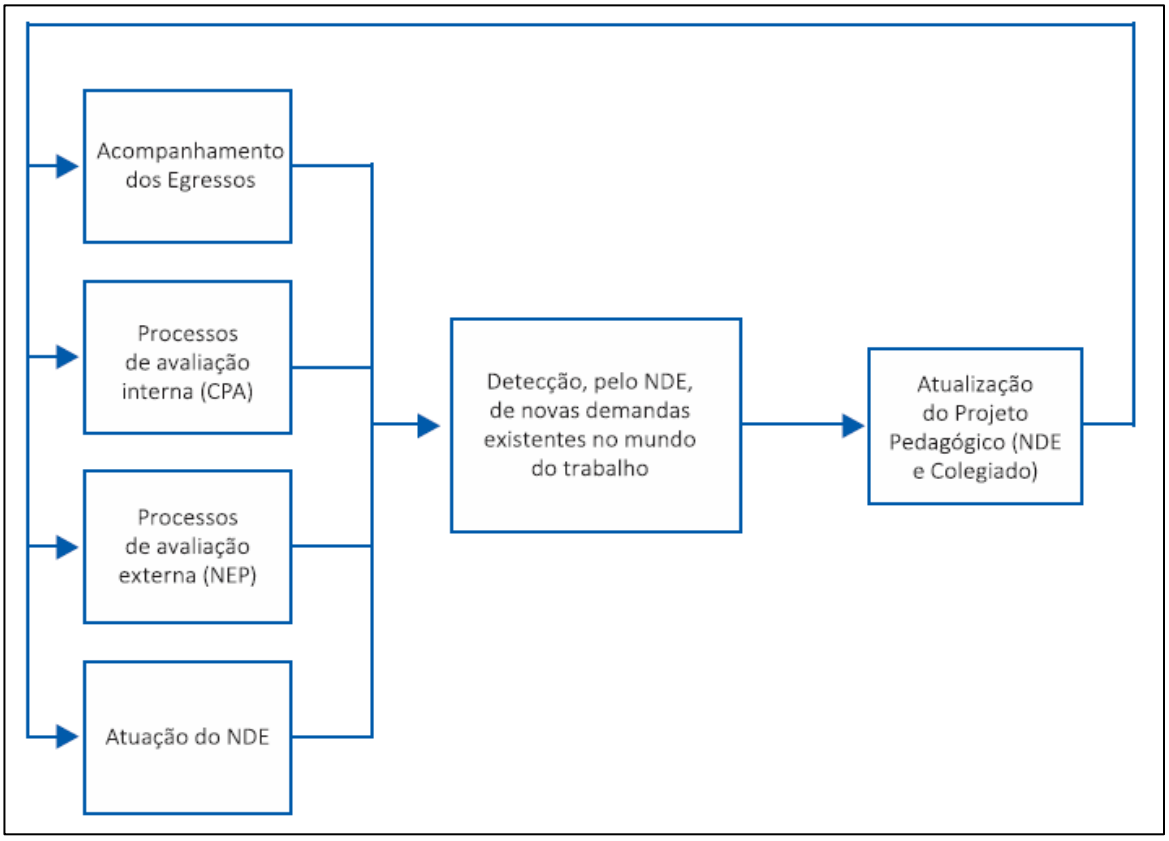
[1] Núcleo formado por professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância).

Dados Básicos da Coordenação do Curso:

Coordenação	Titulação	Regime Trabalho	Link Lattes
Jorge Roberto V.Aguiar Filho	Mestre	Integral	http://lattes.cnpq.br/0446766061798864

O coordenador do Curso é designado por meio de portaria, visto tratar-se de um ato administrativo. Cabe ao coordenador do curso a gestão sob sua responsabilidade, envolvimento com o Projeto Pedagógico do Curso, desenvolvimento dos objetivos, gerais e específicos, propostos ao curso bem como a materialização do perfil do egresso por meio da gestão de sua equipe, corpo docente e tutores.

Cabe à coordenação gerir sua equipe e garantir a qualidade do curso e a efetividade do processo de ensino-aprendizagem ao corpo discente. Para isso, o coordenador tem como ferramenta de gestão as avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, as quais balizam os indicadores de curso e da equipe, permitindo, assim, ao gestor, coordenador, definir estratégias, planos de ação e correções, quando necessário. Acrescido a isso, os insumos das tais avaliações são discutidos em reunião junto ao Núcleo Docente Estruturante – NDE, órgão de apoio a coordenação, estruturação e atualização do curso face às necessidades de mercado, devolutiva de avalições internas e externas, a fim de para aprimoramento contínuo do planejamento do curso.



Compete ao Coordenador de Curso:

i. integrar, convocar e presidir o Colegiado de Curso;

ii. Cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso e dos demais órgãos da Administração Superior;
iii. Acompanhar e avaliar a execução do Projeto Pedagógico de Curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante;
iv. Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
v. Elaborar o horário do curso e fornecer ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão os subsídios para a organização do calendário acadêmico;
vi. Estimular a extensão e a investigação científica;
vii. Fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenadoria de Curso;
viii. Acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito do curso;
ix. Homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso;
x. Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
xi. Apoiar o Núcleo Docente Estruturante - NDE na realização de Estudos e Elaboração de Relatório, que:
    a. Considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstre e justifique a relação entre a titulação do corpo docente e seu desempenho em sala de aula;
    b. Demonstre que a experiência profissional do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem;
    c. Demonstre e justifique a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida;
    d. Demonstre adequação das bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares do curso.
xii. Colaborar no preenchimento anual do Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP;
xiii. Planejar com os docentes oportunidades para os discentes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação;
xiv. Divulgar os diferenciais do curso;
xv. Fomentar a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino aprendizagem e de recursos inovadores;
xvi. Fomentar novas ideias e inovação no curso;
xvii. Indicar a contratação de docentes e sua demissão: participar do recrutamento e seleção de novos docentes e apresentar a Instituição a eles;
xviii. Indicar a necessidade de aquisição de livros, assinatura de periódicos e compra de materiais especiais, de acordo com os conteúdos ministrados e as

particularidades do curso, a partir programa ou plano de ensino aprovado para cada;

xix. Orientar a inscrição de estudantes habilitados ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, no ano de avaliação do curso;
xx. Liderar a elaboração e execução do Projeto Pedagógico do Curso - PPC;
xxi. Motivar docentes e discentes;
xxii. Orientar a vinculação do curso com os desejos e anseios do mercado de trabalho;
xxiii. Panejar, estimular e acompanhar o desenvolvimento de atividades complementares no curso;
xxiv. Participar nos processos decisórios do curso;
xxv. Promover ações de autoavaliação do curso, com o apoio do Núcleo Docente Estruturante - NDE, em conformidade com o determinado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.
xxvi. Estimular a participação dos alunos, docentes e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional;
xxvii. Auxiliar na incorporação dos resultados da avaliação externa no relatório de autoavaliação do curso;
xxviii. Realizar orientação acadêmica dos estudantes;
xxix. Supervisionar instalações físicas, laboratórios e equipamentos utilizados no curso, caso haja laboratórios específicos em seu curso;
xxx. Outras atribuições.

Dentre as atribuições do coordenador, destacam-se:

I – integrar, convocar e presidir o Colegiado de Curso;
II – cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso e dos demais órgãos da Administração Superior;
III – acompanhar e avaliar a execução do Projeto Pedagógico de Curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante;
IV – orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
IV – elaborar o horário do curso e fornecer ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão os subsídios para a organização do calendário acadêmico;
V – fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenadoria de Curso;
VI – acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito do curso;
VII – homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso;
VIII – exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
IX – acompanhar o desenvolvimento das atividades programadas e o desempenho do corpo docente, tutores e do corpo discente;
X – elaborar, semestralmente, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas e encaminhá-lo à Pró-Reitoria Acadêmica;
XI – exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei, pelo Estatuto ou por este Regimento Geral.

Acrescido a isso, há um plano de ação da coordenação, o qual dispõe de indicadores, que baliza as atividades da coordenação, a fim de garantir a manutenção da qualidade do curso ofertado aos alunos.

Agregado às avaliações a coordenação conta com o Núcleo Docente Estruturante

– NDE e o Colegiado que constituem órgão de apoio à coordenação, estruturação e atualização do curso face às necessidades de mercado, devolutiva de avalições internas e externas.

2.4. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador do Curso de Direito é de tempo integral e permite o atendimento da demanda existente, considerando um plano de ação anual, com indicadores disponíveis com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorece sendo a integração e a melhoria contínua.

Os principais tópicos considerando a demanda e o plano de ação mencionados são construir, implantar, atualizar e operacionalizar o Projeto Pedagógico de Cursos, com o apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE); atender e orientar a discentes e docentes; presidir o colegiado de curso e o NDE; verificar a infraestrutura no que diz respeito aos aspectos didático-pedagógicos; participar dos colegiados superiores da instituição; definir a grade de aulas semestral; incentivar, encaminhar e acompanhar as atividades de pesquisa e extensão, de acordo com as políticas explicitadas no projeto pedagógico e definidas pelo NDE; avaliar os docentes através dos indicadores de desempenho; realizar, regularmente, reunião com os representantes de turma; participar da equipe multidisciplinar; realizar, regularmente,reunião com tutores; participar, ativamente, do processo de auto avaliação e interagir com a Comissão Própria de Avaliação (CPA); examinar os indicadores dedesempenho da coordenação e promover ações de melhoria, se pertinente; zelar pelo relacionamento ético e respeitoso entre docentes e discentes.

2.4.1. Atuação junto ao Colegiado, Núcleo Docente Estruturante – NDE, Plano de Ação e Indicadores de Desempenho do Curso.

Acrescida às atribuições acadêmicas o coordenador deve destinar esforços para atividades de cunho administrativo, tais como: a participação em reuniões do Núcleo Docente Estruturante – NDE, Colegiado e no desenvolvimento de plano de ações e desempenho do curso objetivando garantir a qualidade almejada pela instituição.

A participação nos órgãos do Núcleo Docente Estruturante – NDE e Colegiado ocorrem de acordo as ações estipuladas no calendário acadêmico, ou se necessário em reuniões extraordinárias previamente convocadas. As atribuições do Núcleo Docente Estruturante – NDE já foram tratadas no Projeto Pedagógico de Curso – PPC no item 4.1 e o Colegiado de curso, item 4.1.1.

2.5. CORPO DOCENTE DO CURSO: TITULAÇÃO

O corpo docente do curso de Bacharelado em Direito é composto pelos Docentes elencados na tabela abaixo.

Outrossim, a Faculdade IMESP Monitor, considerando o seu perfil e missão, tem como premissa a contratação de docentes com experiência no mercado de trabalho, aderente às áreas de formação dos seus cursos superiores, além de sólida formação acadêmica.

É fundamental ter em sua equipe docente, profissionais que estejam alinhados com as características da instituição, para que sejam alcançados os resultados esperados ao longo do curso.

Docente	Titulação	Regime Trabalho	Link Lattes
Arthur Jose Pavan Torres	Mestrado	Integral	http://lattes.cnpq.br/0253694529575189
Caryna de Mello Giaimo	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/7971921678240278
Cleiton Lourenco Peixer	Especialização	Parcial	http://lattes.cnpq.br/5029361429189579
Cristiane Tereza Costa	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/8884012327641538
Cristian L. dos Santos Louback	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/0207858179802878
David de Medeiros Bezerra	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/5191767593955099
Jorge Roberto V. Aguiar Filho	Mestrado	Integral	http://lattes.cnpq.br/0446766061798864
Lucimar Maria da Silva	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/1154942198549565
Marcio Viana de Souza	Mestrado	Parcial	http://lattes.cnpq.br/7405757368224271
Wagner R. de Almeida Marchi	Mestrado	Integral	http://lattes.cnpq.br/8174651159554175
Thays de Mello Giaimo	Doutorado	Parcial	ttp://lattes.cnpq.br/2010442858969312

O regime de trabalho do corpo docente do curso de Bacharelado em Direito possibilita o atendimento do corpo discente, considerando a dedicação do docente à docência, participação do colegiado, planejamento didático e no planejamento e discussão das avaliações de aprendizagem junto à coordenação do curso.

A atividade do docente é registrada em seu plano de aula de forma individual pelo corpo docente. Documento que possibilita a coordenação do curso o acompanhamento da atividade docente, o cumprimento da ementa do curso, e a verificação de que os objetivos propostos para a disciplina e metodologia avaliativa estão sendo realizadas de forma a possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades do curso, bem como o perfil proposto para ao egresso do curso de Bacharelado em Direito.

Ressalte-se que o corpo docente possui experiência profissional que possibilita sua atuação no curso de Bacharelado em Direito, de forma a possibilitar ao discente o contato com a vida profissional e a problemática envolvida na profissão, visto que a experiência profissional do corpo docente permite a contextualização de exemplos práticos de acordo com a realidade da turma, demonstrando a aplicação da teoria à prática.

De bom alvitre assinalar que o corpo docente da instituição busca atualizar-se face às novas tecnologias aplicada a educação, necessidades e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho e inovações da área de formação e curso que lecionam. Fator que permite a condução do corpo discente a novos contextos e experiências prático-profissional.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Faculdade IMESP Monitor possui política de capacitação e formação continuada do corpo docente, incentivando e apoiando a sua participação em:

a) eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais;
b) cursos de desenvolvimento pessoal, no qual se inclui a formação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
c) qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.

2.6.EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

A docência universitária estabelece que, além de conhecimentos sobre a área específica de formação, o professor também atue sobre fundamentos pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem, aliados aos saberes de sua experiência e de sua produção científica. Nesse sentido, acredita-se que uma formação, voltada especialmente à prática pedagógica dos professores, torna-se, então, desafio essencial a ser transposto no ensino superior.

A formação pedagógica permite ao professor universitário olhar para sua prática pedagógica, interpretá-la e recriá-la, tornando-a também uma fonte de aprendizagem numa perspectiva de mudança e de inovação.

O corpo docente do curso de Direito, além do exposto anteriormente, tem um tempo de experiência no magistério de curso superior capaz de lhe provera percepção necessária para identificar possíveis problemas relacionados com osalunos.

O uso das metodologias empregadas no âmbito do curso dá forma a criação de exemplos e exercícios alinhando teoria e prática, de acordo com os conteúdos das unidades curriculares.

A implementação da avaliação continuada permite que uma reprodução fiel do aprendizado retido pelo discente possa ser explorado de maneira constante e acumulativa. A coordenação respalda os docentes para que os mesmos sejam vistos pelos alunos como os responsáveis pela transmissão do conhecimento, dessa forma exercendo a liderança necessária para condução das atividades em sala de aula.

2..7. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O corpo docente do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor, possui experiência e atua na Educação a Distância. A experiência é fruto da atuação como docente EaD, aluno em cursos de especialização na modalidade EaD ou na produção de material didático. Assim, o curso possui docentes com experiência da docência na Educação à Distância, conforme tabela abaixo.

A experiência do corpo docente na Educação a Distância possibilita, agregada a experiência na docência e formação profissional, o emprego de linguagem e exemplos contextualizados à futura realidade profissional do corpo discente, a elaboração de atividades específicas (diagnósticas, formativas e somativas) que possibilitem o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades prevista na disciplina e no perfil do egresso proposto pela instituição.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Faculdade IMESP Monitor possui política de capacitação e formação continuada do corpo docente, incentivando e apoiando a sua participação em:

a) eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais;
b) cursos de desenvolvimento pessoal, no qual se inclui a formação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
c) qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.

As políticas para capacitação e formação continuada do corpo docente incluem igualmente a capacitação para a educação a distância.

Desta forma, pode-se afirmar que o corpo docente do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor, exerce liderança em sua atuação junto aos envolvidos (corpo de tutores, corpo discente e coordenação) no processo de ensino-aprendizagem e são reconhecidos por sua produção, conforme plano de carreira institucional.

2.7. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

O corpo de tutores do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor, possui experiência comprovada no exercício da tutoria.

A experiência em tutoria possibilita ao corpo de tutores, agregado o emprego das ferramentas de comunicação (síncronas e assíncronas) disponíveis no Ambiente Virtual – AVA, permite que seja estabelecido um processo de comunicação e de mediação entre o corpo discente e o tutor, cabendo a este último a orientação e o acompanhamento do discente durante a disciplina e no desenvolvimento dos objetivos e competências previstas à disciplina.

O ambiente virtual também possibilita ao corpo de tutores a sugestão de material complementar, tais como indicação de livros, artigos, vídeos quanto aos temas abordados pela disciplina, visando o desenvolvimento do corpo discente de forma holística, humana, social e ambiental.

O Ambiente Virtual – AVA permite a coordenação através da extração de relatórios acompanhar o trabalho do corpo de tutores e a qualidade das informações e atendimentos prestados ao corpo discente.

2.8. TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

O corpo de tutores do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor possuem formação em nível superior na área da disciplina.

A vinculação do tutor à disciplina do curso de Bacharelado em Direito ocorre por meio de sua aderência, área de formação. Nos semestres iniciais, disciplinas de núcleo comum, os tutores possuem formação na área da disciplina e estão aptos a tutorial o discente face ao conteúdo previsto. Quanto às disciplinas específicas os tutores possuem formação na área.

2.9. EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O corpo de tutores do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor, possui experiência em educação à distância, fator que o possibilitar de dar suporte ao discente no momento da realização das atividades e disciplinas.

Essa experiência permite que, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, a mediação pedagógica entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem ocorra com qualidade, permitindo ao discente o desenvolvimento dos objetivos da disciplina.

O processo de ensino-aprendizagem estabelecido entre o tutor e discente é enriquecido por meio do emprego das ferramentas de comunicação do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, visto possibilitar ao tutor a inserção de material

complementar, tais como; indicações de leitura, artigos, filmes, bem como a comunicação de forma síncrona (chats) e assíncrona (fóruns). A comunicação, síncrona ou assíncrona, possibilita ao tutor um diálogo direto com o discente e o emprego de linguagem aderente a turma que está tutoriando.

Todos esses fatores, somados a experiência do corpo de tutores, contribuem para o processo formativo do discente e acesso a materiais que permitem uma visão holística de seu papel profissional na sociedade que atua.

Por fim, ressalta-se que a coordenação e o corpo de tutores, através do sistema, possuem um relatório do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, o qual permite o acompanhamento da turma e, de forma individualizada, do discente. Desta forma, é possível identificar as dificuldades, da turma e do aluno, e assim planejar ações de melhoria.

Acrescido a isso a instituição conta com um serviço de apoio psicopedagógico, realizado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

2.10. INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

A interação entre os tutores, docentes, coordenação e corpo discente ocorre por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, ocorrendo de forma síncrona (chats) e assíncrona (fóruns). A comunicação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem é essencial para que um diálogo seja estabelecido, ocorra o compartilhamento de ideias e conhecimentos por meio da utilização das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, gerando assim reflexões quanto ao conteúdo e objetivos da disciplina.

A coordenação e o corpo de tutores empregam para a gestão do curso e relacionamento com o discente um relatório extraído do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, o qual permite o acompanhamento da turma e, de forma individualizada, do discente. Neste momento é possível à coordenação e aos tutores identificar as dificuldades, da turma e do aluno, e planejar ações de melhoria, visando o incremento da interação.

2.11. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

O colegiado do curso superior de Bacharelado em Direito é composto por todos os docentes que lecionam no referido curso em determinado semestre e pelo coordenador do curso.

O coordenador do curso preside o colegiado, ao qual são apresentadas e submetidas as principais decisões do Núcleo Docente Estruturante, quando pertinentes, relacionadas ao tripé indissociável de ensino, pesquisa e extensão. Nas reuniões do colegiado, a coordenação faz, ainda, comunicação de diretrizes, normas e políticas institucionais e da diretoria da área a qual o curso está ligado.

O colegiado de curso reúne-se, ordinariamente, ao menos uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação da coordenação do curso. A CPA, Comissão Própria de Avaliação, é comunicada das reuniões do Colegiado de Curso e envia representantes para acompanhá-la. As reuniões do Colegiado de Curso são registradas em atas.

As decisões do colegiado são registradas no Sistema de Acompanhamento de Decisões do Colegiado (SADC) e acompanhadas até suas resoluções.

O colegiado é avaliado periodicamente pelos alunos através do Questionário discente. Os resultados dessa avaliação são discutidos com os docentes para implementação de possíveis reajustes na condução das atividades pertinentes.

2.12.PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A Instituição selecionou o corpo docente do curso considerando, além do perfil do profissional necessário a formação adequada do egresso, a aptidão para a extensão e produção científica ininterrupta e recente.

Os docentes possuem publicações nos últimos 3 anos. A IES e, em especial, o Plano de Capacitação Docente, contempla várias formas de estímulo àprodução científica, técnica, pedagógica e cultural dos professores, apoiando a divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais.

A produção cientifica, cultural, artística ou tecnológica estão atualizadas e registradas nas pastas dos docentes e em seus currículos lattes.

3. DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. APRESENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA IES

3.1.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

A Faculdade IMESP Monitor disponibiliza a seus docentes de tempo integral.

O ambiente foi constituído para atendimento individual, com móveis de escritório, mesa e cadeiras. As salas individuais dos docentes de tempo integral possuem estante para a guarda de livros e apostilas e armário tipo gaveteiro para a guarda de documentos e provas.

A instituição também disponibiliza em toda área do campus sinal de wi-fi com acesso por meio de login e senha fornecidos pela instituição. Os docentes em tempo integral podem empregar seus recursos próprios, tais como: notebooks, smartphone e tabletes. Acrescido aos recursos de tecnologia de informação disponíveis há uma impressora para uso coletivo em suas atividades acadêmicas e administrativas.

Diante do exposto, os gabinetes atendem de maneira excelente os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de docentes, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

O acesso à sala dos docentes atende aos requisitos legais quanto às pessoas com deficiência, de acordo com a normativa Norma Técnica - NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Apresenta piso tátil e placa de identificação em Braile, bem com luz de emergência e placas indicativas de saída.

3.1.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador

O coordenador do curso de Direito da Faculdade IMESP Monitor possui um gabinete de trabalho devidamente equipado segundo a finalidade.

A instalação da coordenação do curso constitui-se de uma sala comdimensão adequada, computador, telefone, equipamento e mobiliário específico para o desenvolvimento das funções administrativo-pedagógicas.

O atendimento prévio é realizado por funcionários que ficam em sala específica e que garantem a organização e agendamento do atendimento da coordenação. O atendimento é feito individualmente ou em grupos a docentes e discentes de uma forma privativa.

Existe ainda o acesso a um conjunto de ferramentas e aplicativos para a gestão acadêmica do curso. Um recurso é o Sistema SEU (acadêmico) que permite o acompanhamento da vida escolar do discente.

Outra ferramenta disponível é o Sistema de atendimento coordenador/discente (SACD) que permite o cadastro de solicitações e demandas do discente,a ação proposta pelo coordenador e o status dessa ação.

3.1.3. Sala Coletiva dos Docentes

A Faculdade IMESP Monitor dispõe de amplasala dos professores, que atende plenamente o corpo docente do curso de Direito.

A sala dos professores é equipada com computadores ligados à rede internae à internet, permitindo que os docentes possam gerenciar notas e faltas, imprimir provas, diários, entre outros materiais que possa ser utilizado nas disciplinas em curso. Além disso, a tecnologia Wi-Fi, também está disponível para uso do corpo docente proporcionando acesso a redes sociais, sites de streaming de vídeos, mediante login e senha de acesso, permitindo que professores possam utilizar seus equipamentos próprios para pesquisa e outras atividades de ordem acadêmica. A sala dos professores é de acesso exclusivo dos docentes, possui o apoio técnico-administrativo próprio através de uma secretária na recepção, além de possuir dimensão física, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza, equipamentos e segurança de acordo para o atendimento pleno e confortável a todos. A sala dos professores é utilizada maneira rotativa por professores, permitindo o acesso a mesas coletivas e computadores. A disposição das mesas permite a integração dos diversos grupos de professores.

O acesso à sala dos docentes atende aos requisitos legais quanto às pessoas com deficiência, de acordo com a normativa Norma Técnica - NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Apresenta piso tátil e placa de identificação em Braile, bem com luz de emergência e placas indicativas de saída.

3.1.4. Salas de Aula

A Faculdade IMESP Monitor conta com salas de aula, amplas, bem ventiladas e iluminadas. As salas de aula do curso são excelentes considerando os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Todas são equipadas com Datashow fixo, possibilitando ao docente o uso de diversos recursos e o emprego da metodologia ativa no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O corpo discente e docente tem acesso à rede por meio do wi-fi disponibilizado pelo campus, sendo acessado por meio de login e senha fornecido pela instituição. O acesso à internet possibilita ao docente a execução de ações interativas como pesquisa, acesso à material didático, consulta a artigos sobre a disciplina. Já ao discente permite o desenvolvimento da competência e habilidade prevista na disciplina por meio do estímulo à busca pelo conhecimento e tornar-se autor no processo de ensino-aprendizagem.

O acesso às salas de aulas atende aos requisitos legais quanto às pessoas com deficiência, de acordo com a normativa Norma Técnica - NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, apresentando piso tátil e placa de identificação em Braile, espaço destinado ao cadeirante, cadeira para obeso bem com luz de emergência e placas indicativas de saída.

3.2. BIBLIOGRAFIA

3.2.1. Bibliografia Básica

A Faculdade IMESP Monitor possui Biblioteca especializada para uso do corpo docente, discente e da comunidade da região, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado. Está organizada segundo os princípios internacionalmente aceitos da biblioteconomia, regida por regulamento próprio.

A Faculdade IMESP Monitor tem como meta possuir um acervo pertinente aos objetivos do curso para que a biblioteca seja efetivamente um órgão de apoioao desenvolvimento cultural do corpo discente e docente. O acervo da Biblioteca está disponível a toda a comunidade acadêmica. Para tanto, a política de aquisição, expansão, atualização e manutenção do acervo, concretiza-se, por meio da integração da biblioteca e o corpo docente, coordenadores e diretores, os quais propõem e pesquisam títulos necessários à qualificação dos cursos e programas.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) avaliam periodicamente as indicações bibliográficas para o curso, de forma a verificar a adequação dos títulos em relação aos objetivos de cada uma das disciplinas, bem como, fazer um trabalho de acompanhamento junto à equipe da biblioteca para verificação da disponibilidade e adequação dos volumes para uso dos alunos. Todo esse trabalho é registrado em ata.

A aquisição de livros tem como base o projeto pedagógico proposto pela coordenação e NDE, que é enviado à biblioteca para o levantamento dos títulos e exemplares já existentes no acervo e indicação de substituições quando necessário. A composição da bibliografia de cada disciplina é realizada da seguinte forma:

- Livros da bibliografia básica: é formada por, no mínimo, 3 títulos por disciplina. (descritos nos planos de ensino);
- Livros da bibliografia complementar: é formada por, 5 títulos ou mais (descritos nos planos de ensino)

Visando sempre a expansão do acervo, com enfoque de atualização e procurando seguir a produção editorial para acompanhamento de novas inclusõesde temas; os títulos/volumes são atualizados preferencialmente nos finais dos semestres, visando o início do semestre letivo.

A coordenação da biblioteca tem a responsabilidade de solicitar permanentemente a atualização do acervo de forma compatível com as bibliografias indicadas nos projetos pedagógicos e as necessidades que surgem durante o ano letivo. Eventualmente novas edições são adquiridas no decorrer dosemestre, avaliados os acréscimos de capítulos e itens a cada edição, bem comoé verificado se não se trata de reimpressão.

Os periódicos são disponibilizados aos alunos em formato eletrônico, através das bases de dados.

A aquisição de periódicos também tem como base o projeto pedagógico, indicação do coordenador do curso no que tange aos títulos indexados. São realizadas assinaturas dos periódicos por meio dos fornecedores ou diretamente junto às editoras. As assinaturas são anuais. A Biblioteca realiza também permutae recebe diversos títulos em doação. Além disso, através das bases de dados têm a oportunidade de incluir diversos títulos nacionais e internacionais na lista de

periódicos do curso.

A aquisição de outros materiais segue o mesmo critério.

A conservação e manutenção do acervo são mantidas pela limpeza diária, encadernação dos volumes semestralmente e de pequenos reparos diários. Os móveis e equipamentos são preservados da seguinte forma: os computadores e impressoras estão sob a responsabilidade do Departamento de Tecnologia de Informação que presta um serviço de Help Desk desenvolvido por um grupo de assistentes, com os quais a biblioteca mantém acesso direto. A preservação dos móveis é mantida pelo Departamento de Manutenção da Instituição, o qual possui uma equipe de consertos e reparos. A limpeza do ambiente e dos móveis é realizada diariamente e o ambiente é arejado e iluminado.

A Faculdade também mantém sua própria Editora e incentiva os docentes a produzirem livros que atendam as disciplinas do curso. Os livros produzidos pela Editora FACULDADE MONITOR ficam disponíveis gratuitamente aos alunos do curso por meio da Biblioteca Digital, acessada via Central do Aluno.

3.2.2. Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar adotada atende plenamente àsnecessidades do curso de Direito visa aprofundar certos aspectos do conteúdo apresentados na bibliografia básica. Em todas as unidades curriculares estão indicados pelo menos cinco títulos, com acesso impresso ou virtual.

O procedimento interno da biblioteca é o mesmo adotado para a bibliografia básica, portanto, há tombamento e informatização, sendo disponibilizado o catálogo eletrônico da biblioteca para os alunos do curso.

A bibliografia do curso de Bacharelado em Direito apresenta-se atualizada em conformidade com as exigências legais e acadêmicas necessárias para atender as demandas do mundo corporativo e o desenvolvimento das competências e habilidades prevista no perfil do egresso do curso. Ressalta-se que a bibliografia do curso está referendada em relatório do Núcleo Docente Estruturante – NDE, atendendo assim aos componentes curriculares e a oferta de vagas.

3.2.3. Empréstimo e Acesso ao Acervo

O empréstimo de livros se faz por meio do RA e senha do aluno, bem comoconsulta ao catálogo, reserva e renovação de livros. A consulta ao catálogo, reserva e renovação pode ser feita diretamente pela Central do Aluno.

O aluno do curso pode realizar o empréstimo e ter acesso aos serviços da biblioteca em todos os Campi da FACULDADE MONITOR, bastando, para isso, se apresentar munido de RA e senha pessoal.

3.2.4. Biblioteca Virtual - Minha Biblioteca

Minha Biblioteca é uma base de dados de livros eletrônicos, em português, que reúne milhares de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento.

3.2.5. Acessibilidade

A Biblioteca adota diretrizes de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida. Os alunos contam com a presença de monitores no espaço interno da Biblioteca.

Na Biblioteca os locais de pesquisa, salas de estudo em grupo e salão de leitura, cabines individuais, terminais de consulta, balcão de atendimento e área de convivência tem acessibilidade. As mesas são adaptáveis visando acessibilidade, acomodam os cadeirantes como também estão sinalizadas, no acervo físico a distância entre as estantes respeita a NB 6090 e com espaço para manobras de cadeirantes.

Nos computadores internos, há ainda o sistema NVDA que é um sintetizadorde voz para alunos de baixa visão e ainda impressora para aumento de letra.

O acervo bibliográfico conta com publicações em Braille e livros falados (audiovisuais) que fazem parte da bibliografia dos cursos, bem como outros recursos audiovisuais. Há um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e falado de uso didático, bem como convênio com instituições como Benjamim Constant, Dorina Nowill para receber livros e encaminhar alunos que desejam livros da bibliografia em braile ou falado.

Conta, ainda com literatura da área, disponível na Biblioteca Digital para a comunidade acadêmica.

3.3. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÂO BÁSICA

Os laboratórios didáticos especializados para o curso, possuem normas de utilização, funcionamento e segurança e de acessibilidade são de conhecimento de todos os seus usuários, através de informativos escritos e disponibilizados digitalmente, na Central do Aluno. Todos os laboratórios possuem identificação individual de seus usuários que para acessá-los necessitam de uma identificação e de uma senha e levam em conta as Decreto nº 5.296/200412, ABNT NBR 9.050/200413 para sua concepção.

Os laboratórios didáticos de formação básica do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor são implementados de forma a permitir ao discente e o docente o desenvolvimento da atividade pedagógico e as características e condições do futuro ambiente profissional do discente.

A quantidade de equipamentos está mensurada de forma a atender o desenvolvimento da atividade pedagógica, aos alunos e ao número de vagas ofertadas para o curso. Está equipado com lousa, tela de projeção, projetor fixo, mesas e cadeiras.

O discente com deficiência tem o acesso ao laboratório garantido, por meio do piso tátil, placa em Braile, rampas de acesso e corrimão, conforme exigência da normativa Norma Técnica - NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, havendo softwares específicos destinado ao uso do portados de necessidade, tal como: VLibras, DosVox e Lupa.

Ressalta-se que o ambiente atende aos quesitos de segurança, tais como: extintores de incêndio, iluminação de emergência e placas de identificação de saída, conforme exigido pelos bombeiros). Este ambiente também está presente

na avaliação institucional, objetivando a análise dos equipamentos e serviços prestados pela equipe de informática e, se necessário, ajustes.

3.4. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios didáticos de formação básica do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade IMESP Monitor são implementados de forma a permitir ao discente e o docente o desenvolvimento da atividade pedagógica e as características e condições do futuro ambiente profissional do discente.

Os alunos curso de Direito contam com o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, instalado no campus, que funciona como laboratório didático de formação específica, além de auxiliar no cumprimento das atividades de estágio supervisionado.

O laboratório didático especializado para o curso, possui normas deutilização, funcionamento e segurança e de acessibilidade, sendo de conhecimento de todos os seus usuários, através de informativos escritos e disponibilizados digitalmente, na Central do Aluno.

Todo o laboratório possui identificação individual de seus usuários que para acessá-los necessitam de uma identificação e de uma senha e levam em conta as Decreto nº 5.296/200412, ABNT NBR 9.050/200413 para sua concepção.

Todos os equipamentos atendem adequadamente os programas nelesinstalados. Todos os programas necessários são previstos no PPC do curso e nosplanos de ensino de cada uma das disciplinas e são legalmente adquiridos e instalados, estando a documentação comprobatória disponível na instituição. Todos os equipamentos dos laboratórios possuem acesso rápido a Internet,através de "link" dedicado. A quantidade de equipamentos disponíveis é suficienteno Campus.

O laboratório possui acessibilidade, dimensão, acústica e luminosidade adequadas a todos tipos de necessidades especiais. O laboratório possui, ainda, equipamentos, softwares e outros artefatos, além de apoio logístico operacional aos discentes portadores de necessidades especiais, sendo as adaptações necessárias realizadas de acordo com a matrícula dos alunos na disciplina. Os laboratórios possuem acessibilidade, dimensão, acústica e luminosidade adequadas.

As aulas práticas do curso são alocadas, de forma otimizada e conforme a demanda de turmas, em diversos laboratórios.

A infraestrutura existente protege os equipamentos e o ambiente. A redeelétrica é controlada através de estabilizadores de energia que evitam oscilações que venham a provocar danos aos componentes eletrônicos dos computadores.

Toda a área do laboratório é coberta por detector de incêndio e luzes de emergência. Além disso, nos corredores dos laboratórios há extintores do tipo gás carbônico e água pressurizada, além de hidrantes, sob a responsabilidade de uma equipe de brigada de incêndio treinada e preparada para qualquer eventualidade. Para utilizar os Laboratórios Acadêmicos de Informática, toda a comunidade acadêmica e administrativa da Faculdade Monitor deve se submeter às normas de utilização planejadas para o melhor aproveitamento de todo o aparato tecnológico oferecido. As normas de utilização são disponibilizadas e divulgadas para todos da

comunidade de usuários. Há equipamentos específicos para alunos portadores de deficiência visual e deficiência auditiva.

3.5. NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS DE ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS.

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) estruturado por regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas e busca atender, com qualidade, às demandas do curso.

O Núcleo de Prática Jurídica estará devidamente estruturado e operacionalizado para o melhor cumprimento das atividades relacionadas ao estágio supervisionado, por meio de atividade remota em tempo real junto à instituição sede.

A estrutura do NPJ busca proporcionar aos discentes e assistidos maior qualidade de atendimento, informação e estrutura, que será disponibilizada remotamente aos alunos em curso nos pólos de atendimento, via NPJ-e, plataforma digital - sistema faculdade, objetivando o acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas junto aos alunos por meio de atividades remotas digitais.

No núcleo, ocorrem simulações da prática cotidiana nos tribunais, que buscam atender a todas as áreas, como a prática civil, criminal, trabalhista, constitucional e tributária. São organizadas por meio do NPJ visitas orientadas a locais de interesse do discente do curso de Direito relacionadas à prática jurídica e à formação do perfil profissional do futuro egresso, como Tribunais Estaduais, Tribunais Federais, Juizados Especiais Estaduais e Federais, centros de resolução de conflitos, escritórios jurídicos, centros de arbitragem e conciliação privados, PROCON, Delegacias de Polícia e presídios, autarquias da administração pública, órgãos da administração pública e organismos internacionais.

Além da prática simulada, também ocorrem práticas reais por meio dos atendimentos via plataformas digitais, às demandas do público em geral, que necessitam de auxílio e orientação aos problemas reais que enfrentam, buscando o acesso à justiça. Para as práticas reais também serão firmados convênios com tribunal estadual, tribunais regionais, defensoria pública, ministério público, entidades como fundações, administração pública e organizações não governamentais.

O atendimento é realizado pelos alunos, que contam com a supervisão de professores e advogados disponíveis no núcleo.

O Núcleo de Prática Jurídica tem por finalidade:

- Desenvolver as atividades de estágio curricular, de acordo com a programação do Curso;
- Desenvolver o Estágio Profissional de Advocacia, de acordo com Convênio assinado o Conselho Seccional da OAB, tendo por base a legislação em vigor.

O Núcleo de Prática Jurídica é dirigido por um Professor Coordenador indicado pelo Coordenador do Curso, referendado pelo seu Colegiado.

FACULDADE MONITOR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Nutr.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES Nº 3**, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 2 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade para Educação superior a Distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

_____. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CES Nº 261/2006**. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer261.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CP Nº 8, de 6 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf . Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **Parecer CNE/CES Nº: 379, de 8 de dezembro de 2004**. Autorização para estender às Instituições de Ensino Superior não vinculadas ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE/SP), as exigências constantes da Deliberação CEE nº 37/2003 em substituição à Portaria MEC/DAU nº 33, de 2 de agosto de 1978. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces379_04.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **Portaria nº 1134, de 10 de outubro de 2016**. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. **Resolução CNE/CES nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 1**, **de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **RESOLUÇÃO Nº5, de 17 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 22 de maio de 2023.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R.; ROSA, C. F.; OLIVEIRA, M. C. F. A. Caracterização das habilidades sociais de universitários. **Contextos Clínicos**, v. 3,n. 1, p. 62-5, 2010.

CARRER, Clé, **Soft Skills**. INOVOHUMANO. 2021. Disponível em: https://www.sebraepr.com.br/wp-content/uploads/SOFT-SKILLS-e-book-01-2-1-2.pdf. Acesso em 16 fev. 2023.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Social Skills Inventory** (SSI-Del-Prette):Characteristics and studies in Brazil. In F. D. L. Osório (Ed.), Social anxietydisorder: From research to practice (pp.47-62). Hauppauge: Nova SciencePublishers, 2013.

IBRAHIM, R.; BOERHANNOEDDIN, A.; BAKARE, K. K. The effect of soft skills andtraining methodology on employee performance. European **Journal of Training and Development,** v. 41, n. 4, p.388-406, 2 maio 2017.

PIETERSE, V.; VAN EEKELEN, M. **Which are harder? Soft skills or hard skills?** 45thAnnual Conference of the Southern African Computer Lecturers' Association,SACLA 2016, Cullinan, South Africa, July 5-6, 2016, Revised Selected PapersEditors: Gruner, Stefan (Ed.), Communications in Computer and Information Science642, p. 160-167, Springer-Verlag, 2016.